



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS FLORIANÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

Adriano Casemiro Nogueira Campos de Sousa

Pós-verdade, populismo e meio ambiente: estratégias comunicativas e políticas
do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) para a área (socio)ambiental

Florianópolis, Santa Catarina
2023

Adriano Casemiro Nogueira Campos de Sousa

Pós-verdade, populismo e meio ambiente: estratégias comunicativas e políticas
do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) para a área (socio)ambiental

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia e Ciência Política – Área de Concentração: Sociologia.

Orientador: Prof. Luís Gustavo da Cunha de Souza, Dr.

Coorientador: Prof. Tiago Ribeiro Duarte, Dr.

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Sousa, Adriano Casemiro Nogueira Campos de
Pós-verdade, populismo e meio ambiente : estratégias comunicativas e políticas do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) para a área (socio)ambiental / Adriano Casemiro Nogueira Campos de Sousa ; orientador, Luís Gustavo da Cunha de Souza, coorientador, Tiago Ribeiro Duarte, 2023.
155 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. Pós-verdade. 3. populismo de direita. 4. políticas ambientais. I. Souza, Luís Gustavo da Cunha de. II. Duarte, Tiago Ribeiro . III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Sociologia e Ciência Política. IV. Título.

Adriano Casemiro Nogueira Campos de Sousa

Pós-verdade, populismo e meio ambiente: estratégias comunicativas e políticas do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) para a área (socio)ambiental

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 28 de julho de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Luís Gustavo da Cunha de Souza, Dr.

Departamento de Sociologia e Ciência Política - Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Rodolfo Palazzo Dias, Dr.

Departamento de Sociologia e Ciência Política - Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Tiago Ribeiro Duarte, Dr.

Departamento de Sociologia – Universidade de Brasília

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Sociologia e Ciência Política – Área de concentração: Sociologia.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof. Luís Gustavo da Cunha de Souza, Dr.

Orientador

Florianópolis, 2023.

*Dedico este trabalho a todas as pessoas que me apoiaram nessa trajetória
do mestrado.*

AGRADECIMENTOS

Concluir essa dissertação foi um verdadeiro desafio. Tendo iniciado o mestrado num período bastante conturbado por conta da pandemia e outros problemas pessoais, fui desafiado a conciliar as demandas acadêmicas com as demandas de trabalho, tanto remunerado quanto de cuidado. Assim, nesses últimos anos, passei por altos e baixos no que tange à saúde mental, o que certamente impactou no andamento da pesquisa. De qualquer forma, não fosse o apoio que tive do meu círculo de amigas e familiar nos momentos de dificuldade, não teria tido força para seguir adiante nesse percurso.

Sou grato, especialmente, à minha companheira, Isabella, por todo afeto e confiança que me transmitiu com suas palavras nos meus pontos mais baixos, não somente durante o mestrado, mas desde que nosso caminho juntos se iniciou. Não poderia deixar de agradecer a alguns amigos e amigas que me acompanharam mais de perto e ofereceram apoio constante nesse processo todo. Das amigas de Brasília, agradeço principalmente à Bel, à Poli, à Vicky, à Morgana, ao Tiago, ao Ribeiro, ao Lukete, ao Kyomai e ao Pedro Ribas. Sou muito grato também aos amigos e amigas que fiz em Floripa, que, mesmo no pouco tempo em que lá fiquei, contribuíram com muitas trocas de ideias e momentos de afeto e desabafo. Um agradecimento especial à Natalia, à Cris, à Isaura, ao Nicolás, ao Bruno e ao Victor por esses momentos especiais.

Agradeço à minha família por todo suporte e todo impulso que me oferecem desde sempre para que eu possa crescer no meu caminho. Em especial, à minha mãe, à minha avó, ao meu irmão e à minha prima Polyana, que me acolheu inicialmente na ilha nos meses em que lá fiquei. Também dedico um muito obrigado a todas as pessoas que me acolheram de alguma maneira na cidade, o que foi essencial para me estabilizar e seguir meu percurso.

Por fim, quero agradecer ao meu orientador e ao meu coorientador pelo acompanhamento e apoio nesse processo. Sua ajuda foi fundamental para aprimorar a pesquisa e me desenvolver enquanto sociólogo. Também agradeço aos colegas e amigos dos grupos de pesquisa em que participo: o NUPESC e o CTP. As discussões e trocas contribuíram muito para amadurecer minhas ideias nesses anos. A todas e todos que me apoiaram nesse processo, meu muito obrigado!

RESUMO

Esta dissertação aborda discussões recentes sobre pós-verdade e populismo, tendo como estudo de caso a área ambiental sob o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Partindo do problema da desinformação política vinculada a campanhas de propaganda digital que ganhou atenção pública principalmente em meados da década de 2010, a pesquisa seguiu uma linha argumentativa dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT) sobre a pós-verdade enquanto fenômeno de crescente crise de confiança no sistema de peritos, mais especificamente na imprensa, na ciência e no Estado democrático de direito. Nesse sentido, a política populista demonstra um potencial de fomentar a pós-verdade devido à postura de antagonismo com o establishment democrático e sua mediação pela imprensa e pelo conhecimento expert. Ademais, a pós-verdade parece ser reforçada pela comunicação digital populista e a própria arquitetura das mídias digitais centrada na economia de atenção. Essa dinâmica pôde ser percebida nos últimos anos durante os governos populistas de direita de Donald Trump, nos Estados Unidos, e Jair Bolsonaro, no Brasil, sobretudo na área ambiental, tendo em vista os discursos e práticas empregados por eles contra as políticas ecológicas estabelecidas previamente às suas gestões e ao conhecimento científico que as informava. Diante disso, o objetivo geral do trabalho foi compreender as estratégias de comunicação política do governo de Jair Bolsonaro sobre a área ambiental considerando sua inserção na agenda programática bolsonarista e em tendências sociais, políticas, econômicas, epistêmicas e culturais relacionadas, como o fenômeno da pós-verdade, a ascensão global de partidos de direita radical/extrema-direita e os debates sobre desenvolvimento sustentável. A metodologia de pesquisa se baseou principalmente na revisão da literatura acadêmica sobre os temas que atravessam o objeto de pesquisa, tendo como fundamentações teóricas principais os ESCT e perspectivas críticas da Sociologia e da Ciência Política. Assim, a dissertação se desenvolveu em três níveis referentes ao aprofundamento da discussão teórica sobre cada elemento. Primeiramente, trata-se da questão da pós-verdade e sua relação com transformações contemporâneas, como os efeitos da hegemonização do neoliberalismo na era digital. Em seguida, discute-se a emergência de partidos e movimentos populistas no passado recente, em especial os populismos de direita radical e extrema-direita, tendo como foco suas estratégias comunicativas de fomento da pós-verdade. Por fim, compreendendo a pauta ambiental como um lócus fundamental das disputas por hegemonia da direita radical populista, procedeu-se para a identificação das tendências da comunicação ambiental de atores desse espectro político e a efetuação de um estudo de caso do discurso e a prática do governo Bolsonaro para a área (socio)ambiental. A investigação levou ao entendimento de que a gestão bolsonarista buscou descreditar a ciência ambiental “mainstream”, assim como a governança ambiental prévia para promover ideias negacionistas dos consensos científicos sobre mudanças climáticas produzidas por experts e outros intelectuais orgânicos conservadores, reacionários e/ou ultraliberais/neoliberais para legitimar a rejeição às políticas regulatórias de preservação ambiental e aos direitos territoriais de povos indígenas e quilombolas. A presente dissertação contribui com o campo de estudos por agregar o papel de alguns militares do governo Bolsonaro a essa rede negacionista climática.

Palavras-chave: Pós-verdade; populismo de direita; políticas ambientais.

ABSTRACT

This Master's thesis addresses recent discussions about post-truth and populism, with the environmental area in Jair Bolsonaro's government (2019-2022) as a case study. From the problem of political disinformation linked to digital propaganda campaigns which came into the spotlight mainly by the mid 2010's, the research followed an argumentative line of Science and Technology Studies (STS) about post-truth as a phenomenon of increasing crisis of trust in the expert system, more specifically in press, science and the Democratic Rule of Law. In that regard, populist politics demonstrates a potential to foster post-truth due to its posture of antagonizing the democratic establishment and its mediation by the press and expert knowledge. Also, post-truth seems to be reinforced by populist digital communication and the very architecture of digital media centered on the attention economy. This dynamic could be noticed in recent years during the right-wing populist governments of Donald Trump, in the United States, and Jair Bolsonaro, in Brazil, especially in the environmental area, in view of the discourses and practices employed by them against the ecological policies established prior to their management and the associated scientific knowledge. That said, the thesis' general objective was to comprehend the political communicative strategies of Jair Bolsonaro's government about the environmental area considering its insertion bolsonarist programmatic agenda and in social, political, economic, epistemic and cultural related tendencies, such as the post-truth phenomenon, the global rise of far right parties and debates on sustainable development. The research methodology was based mainly on the review of the academic literature on the themes that cross the research object, having as main theoretical foundations the STS and critical perspectives of Sociology and Political Science. Thus, the thesis was developed in three levels referring to the deepening of the theoretical discussion about each element. First, we deal with the issue of post-truth and its relationship with contemporary transformations, such as the effects of the hegemony of neoliberalism in the digital age. Then, the emergence of populist parties and movements in the recent past is discussed, especially far right populism, focusing on their communicative strategies to promote post-truth. Finally, understanding the environmental agenda as a fundamental locus of disputes for hegemony of the populist radical right, we proceeded to identify the trends in environmental communication of actors in this political spectrum and carry out a case study of the discourse and practice of Bolsonaro government for the (socio)environmental area. The investigation led to the understanding that the bolsonarist management sought to discredit mainstream environmental science, as well as previous environmental governance to promote ideas denying scientific consensus on climate change produced by experts and other conservative, reactionary and/or ultraliberal/neoliberal organic intellectuals to legitimize the rejection of regulatory policies for environmental preservation and the territorial rights of indigenous peoples and quilombolas. This thesis contributes to the field of studies by analyzing the role of some military of Bolsonaro's government to this climate denialist network.

Keywords: Post-truth; right-wing populism; environmental policies.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	16
1.	DESORDEM INFORMACIONAL: DESINFORMAÇÃO, <i>FAKE NEWS</i> E PÓS-VERDADE	24
1.1.	COMUNICAÇÃO POLÍTICA NA ERA DIGITAL E DESORDEM INFORMACIONAL	24
1.2.	PÓS-VERDADE, NEOLIBERALISMO, DIGITALIZAÇÃO E POPULISMO..	30
2.	POPULISMOS E PÓS-VERDADE: A ASCENSÃO E AS ESTRATÉGIAS COMUNICATIVAS DA DIREITA RADICAL POPULISTA E DO BOLSONARISMO	42
2.1.	MUDANÇAS CULTURAIS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.....	43
2.2.	DEFININDO O POPULISMO	49
2.3.	<i>FAR RIGHT</i> : POPULISMO E RADICALISMO NO CAMPO DA DIREITA ...	58
2.3.1.	A ascensão do bolsonarismo no Brasil	67
2.4.	ESTRATÉGIAS COMUNICATIVAS DA DIREITA RADICAL POPULISTA E A PÓS-VERDADE.....	79
2.4.1.	O governo de Jair Bolsonaro e as estratégias comunicativas da pós-verdade	85
3.	O MEIO AMBIENTE NO CENTRO: DISPUTAS DISCURSIVAS E POLÍTICAS NO GOVERNO BOLSONARO	95
3.1.	COMO O MEIO AMBIENTE SE TORNOU UMA PAUTA POLÍTICA CENTRAL NO MUNDO E NO BRASIL (1960-2010).....	96
3.2.	COMUNICAÇÃO AMBIENTAL DA DIREITA RADICAL/EXTREMA-DIREITA	107
3.3.	A COMUNICAÇÃO AMBIENTAL NO GOVERNO BOLSONARO: ENTRE O NEGACIONISMO E UMA CIÊNCIA AMBIENTAL “PATRIOTA”?.....	111
3.4.	A POLÍTICA ANTIAMBIENTALISTA E ANTIINDIGENISTA DO GOVERNO BOLSONARO.....	123
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144

1. INTRODUÇÃO

A popularização da Internet e das redes sociais no século XXI tem suscitado uma série de transformações culturais, econômicas, epistêmicas e políticas. Pelo menos desde meados da década de 2010, a esfera pública foi tomada por debates acerca do uso político das redes sociais, especialmente após a divulgação de escândalos de financiamento de campanhas de propaganda digital baseados na difusão massiva de informações e notícias falsas em países ocidentais como Estados Unidos e Inglaterra e posteriormente em outras partes do mundo, inclusive no Brasil. Diante disso, expressões como “desinformação”, “fake news” e “pós-verdade” se tornaram recorrentes nos noticiários e conversas cotidianas a respeito da política, além de terem inspirado uma variedade de pesquisas e reflexões acerca da inserção dessas questões no contexto histórico atual. Nessa perspectiva, a presente dissertação busca contribuir para os esforços de compreensão desses fenômenos em solo brasileiro, particularmente no governo de Jair Bolsonaro (2018-2022) e seu discurso relacionado à área ambiental.

Nesta dissertação, utiliza-se o termo “desinformação” no sentido da palavra inglesa *disinformation*, isto é, informação falsa intencionalmente criada para causar prejuízos a outrem (WARDLE; DERAKSHAN, 2017, p. 20). Seguindo essa linha, o termo “fake news” ou “notícias falsas” remete a textos baseados em desinformação, informações distorcidas e/ou incorretas (“*misinformation*”) que mimetizam o formato jornalístico para prejudicar alvos determinados, geralmente com fins políticos (GOMES; DOURADO, 2019). Aliado a esses conceitos, baseamos as reflexões aqui presentes na perspectiva cibernética do fenômeno da “pós-verdade” exposta por Letícia Cesarino (2021), que significa a emergência de uma crise de confiança no sistema de peritos da ciência, do jornalismo e do Estado em razão das transformações associadas à digitalização da sociedade, à hegemonização da doutrina neoliberal e à política populista. Nessa perspectiva, mais do que simplesmente discutir a desinformação como estratégia de comunicação política, buscamos discutir como desenvolvimentos culturais, econômicos e políticos contemporâneos cristalizados nos populismos contribuem para reforçar a crise epistêmica ao mesmo tempo que apostam em novas formas intermediação da política (CESARINO, 2022; FISCHER, 2019).

Considera-se o “neoliberalismo” tanto em seus aspectos político-econômicos, quanto culturais e epistêmicos. No primeiro ponto, pode-se entendê-lo como a doutrina econômica formulada na Sociedade Mont Pèlerin na década de 1940 em contraposição ao Estado planejador e como a ordem político-econômica inaugurada na década de 1970 na ditadura de Augusto Pinochet no Chile e internacionalmente hegemonizada nos anos 1990 com o Consenso de Washington (1989), cujos pilares são medidas de austeridade fiscal, privatizações, desregulamentação, liberalização, financeirização e globalização das economias nacionais; e cujas consequências socioeconômicas têm sido concentração de riquezas, aumento das desigualdades, desindustrialização e precarização de direitos ambientais, trabalhistas e sociais (HARVEY, 2005; FRASER, 2018). Em termos culturais, sua consolidação levou ao estabelecimento de novas formas de subjetivação e discursos fundamentados numa racionalidade fortemente individualista e empresarial, como bem analisado por Pierre Dardot e Cristian Laval (2016), bem como uma agenda moral centrada no mercado e na família patriarcal (BROWN, 2019) e novos modos de mediação epistêmica apoiados nas dinâmicas mercadológicas e nas tecnologias de comunicação e informação (MIROSWKI, 2019; CESARINO, 2021).

Nesse sentido, o neoliberalismo se constitui como elemento central na análise dos fenômenos citados por fundamentar a “arquitetura digital” centrada nas ‘Big Tech’ e estar no centro das disputas políticas contemporâneas (CESARINO, 2021; ZUBOFF, 2015; 2018). Assim, os termos “fake news”, “desinformação” e “pós-verdade” se popularizaram principalmente no contexto do plebiscito do Brexit no Reino Unido e das eleições presidenciais dos Estados Unidos, ambos em 2016, pela percepção de especialistas e jornalistas de fluxos massivos de informações falsas em postagens e anúncios nas redes sociais (ALCOTT; GENTZKOW, 2017). A divulgação dos escândalos envolvendo a atuação da empresa Cambridge Analytica, de manipulação do algoritmo do Facebook para influenciar pessoas a votarem a favor do ‘Brexit’ e em Donald Trump nas eleições presidenciais estadunidenses, levou a uma série de debates públicos sobre a regulação das redes sociais e pesquisas voltadas a compreender esse cenário por parte de pesquisadores, agências governamentais e think tanks.

Com isso, no contexto das eleições brasileiras de 2018, voltei minha atenção para a forma que as redes sociais e o noticiário estavam sendo pautados por diversas fake news, geralmente com viés antipetista, conservador ou reacionário.

Diante disso, a revelação da campanha de financiamento de pacotes de disparo em massa de mensagens prejudiciais ao Partido dos Trabalhadores (PT) e favoráveis a Bolsonaro por parte de empresários (MELLO, 2018) elevou o interesse em investigar as estratégias de comunicação política da direita radical/extrema, que vinham demonstrando sua eficiência quanto à orientação dos debates políticos, não somente no Brasil, como em outros países do mundo. Atento a essa questão, observou-se a continuidade da difusão de desinformação nas redes sociais no governo eleito de Bolsonaro, assim como vinha sendo observado também no governo de Trump, já num contexto em que diversas agências de checagem de fatos ou setoriais nesse sentido em jornais tradicionais online haviam surgido com a intenção de desmentir fake news e informações falsas. A leitura de artigos acadêmicos e relatórios a respeito de desinformação e fake news de cunho político me levou ao entendimento de que nenhum desses fenômenos é algo novo, pois se enquadram na lógica da propaganda política. Contudo, o que se destaca como novo é a rapidez com que as informações inverídicas se difundem por conta da capilaridade da Internet e da arquitetura algorítmica das redes sociais (CESARINO, 2021), o que potencializa a capacidade de manipulação das pessoas em prol de interesses ocultos daqueles que detêm condições de exercer influência a partir dos dados gerados nas plataformas (SUSSER; ROESSLER; NISSENBAUM, 2019).

Nesse contexto, ao observar os discursos e práticas antiecológicos de Trump e Bolsonaro, interessei-me em compreender o papel da desinformação quanto às questões relacionadas à crise climática, à justiça e às políticas ambientais. Desse modo, aproximei-me da linha explicativa desse cenário de desordem informacional a partir dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT), que tem incluído o negacionismo científico e climático em suas reflexões a respeito do panorama atual de desordem informacional (CESARINO, 2020; 2021; RAJÃO et al., 2022; MIGUEL, 2022; ORESKES; CONWAY, 2010; DUNLAP; MCRIGHT, 2015; SUSSER; ROESSLER; NISSENBAUM, 2019). Assim, a pesquisa convergiu com a perspectiva de buscar compreender como a direita radical populista promove estratégias comunicativas para reduzir a confiança popular na política do *establishment* e na sua mediação pelo sistema de peritos para fomentar visões de mundo conservadoras, etnonacionalistas, ultraliberais e/ou reacionárias mediadas por canais e influenciadores digitais (CESARINO, 2022; GERBAUDO, 2018; FISCHER, 2019; FONSECA; RIBEIRO; NASCIMENTO, 2022).

Tendo isso em vista, busca-se compreender como o governo Bolsonaro mobilizou desinformação para garantir seus interesses, ou seja, que estratégias comunicativas foram utilizadas pelo governo Bolsonaro para desestabilizar a confiança no sistema de peritos e no establishment político, o que pode ser percebido por um observador externo à base bolsonarista como o fomento de uma desordem informacional. Assim, o objetivo geral do trabalho foi compreender as estratégias de comunicação política do governo Bolsonaro sobre a área ambiental considerando sua inserção na agenda programática bolsonarista e em tendências sociais, políticas, econômicas, epistêmicas e culturais relacionadas, como o fenômeno da pós-verdade, a ascensão global de partidos de direita radical/extrema-direita e os debates sobre desenvolvimento sustentável. A partir disso, os objetivos específicos se voltaram para realizar um aprofundamento nas discussões teóricas sobre cada um desses elementos e suas interseções. Primeiramente, objetivou-se discutir a relação entre o fenômeno da pós-verdade, o neoliberalismo e o fortalecimento de partidos e movimentos populistas de direita radical/extrema-direita, assim como de movimentos negacionistas e/ou céticos a consensos científicos, através das mídias digitais. Em segundo lugar, a intenção foi identificar as características centrais dos partidos e movimentos populistas de direita/extrema-direita ao redor do globo, tendo como foco suas estratégias de comunicação política e traçando comparações com o bolsonarismo enquanto movimento sociopolítico que reúne uma coalizão de setores conservadores e reacionários da sociedade brasileira. O propósito seguinte foi comparar a comunicação ambiental (HANSEN, 2020) dos partidos populistas de direita/extrema-direita e do governo Bolsonaro evidenciando semelhanças e diferenças, especialmente suas atitudes frente à agenda climática global e ao consenso científico referente ao caráter antropogênico das mudanças climáticas. Diante desses achados, buscou-se relacionar a comunicação e as políticas adotadas, defendidas e propostas pelo governo Bolsonaro para o meio ambiente e áreas correlatas, como as políticas para os povos indígenas e quilombolas, compreendendo a inserção da agenda relativa aos temas para os setores conservadores e reacionários brasileiros.

Nesse sentido, este trabalho se desenvolveu a partir de três níveis, relacionados aos objetivos fundamentais da pesquisa. Primeiro, buscou-se discutir o cenário amplo de desordem informacional que tem sido potencializado por estratégias de manipulação digital através das novas tecnologias de informação e

comunicação (SUSSER; ROESSLER; NISSENBAUM, 2019) e sua arquitetura neoliberal, que em conjunto com a política populista, coproduzem o fenômeno da pós-verdade (CESARINO, 2021). Segundo, realizou-se um aprofundamento na questão da ascensão dos populismos de direita ao redor do mundo nos últimos anos e, sobretudo, suas estratégias comunicativas de fomento da pós-verdade que alçaram suas lideranças para o centro das contendas políticas contemporâneas. Por fim, compreendendo a pauta ambiental como um lócus fundamental das disputas por hegemonia da direita radical populista, procedeu-se para a identificação das tendências da comunicação ambiental da *far right* e a efetuação de um estudo de caso do discurso e a prática do governo Bolsonaro para a área.

Destarte, a metodologia de pesquisa se baseou principalmente na revisão da literatura acadêmica e algumas fontes jornalísticas sobre os temas que atravessam o objeto de pesquisa, tendo como fundamentações teóricas principais os Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia e perspectivas críticas da Sociologia e da Ciência Política a respeito dos populismos de direita e sua relação com a crise de hegemonia do neoliberalismo. Com essa dissertação, propôs-se contribuir com uma análise voltada para as estratégias comunicativas inseridas no discurso do populismo reacionário centrado na figura de Bolsonaro (LYNCH; CASSIMIRO, 2021) para o meio ambiente e questões correlatas, bem como a relação desse discurso com as decisões políticas adotadas pelo governo brasileiro entre 2019 e 2022. Assim, no terceiro capítulo, realizou-se uma análise de discurso e das políticas para a área (socio)ambiental da ex-gestão presidencial. Nessa conjuntura, a retórica política das direitas radicais e extremas tem se voltado contra a globalização, sobretudo por conta dos valores progressistas e universalistas do multiculturalismo e do ambientalismo (LYNCH; CASSIMIRO, 2021), o que reforça o interesse em analisar como o bolsonarismo, enquanto movimento radical que reúne grupos conservadores, reacionários e ultraliberais, tem expressado essas questões em solo brasileiro.

Com isso, partiu-se da hipótese de que a gestão presidencial de Bolsonaro e seus aliados políticos, como o governo Trump nos Estados Unidos, estariam mobilizando a estratégia do “contramovimento negacionista climático” (DUNLAP; MCRIGHT, 2015; ORESKES; CONWAY, 2010) de fomentar incertezas acerca de consensos científicos relacionados às mudanças climáticas para promover políticas antiambientalistas e antiindigenistas. Em vista disso, ao revisar as produções

recentes sobre a gestão bolsonarista, a investigação levou ao entendimento de que a comunicação ambiental da coalizão reacionária no poder tentava, na verdade, desestabilizar a confiança no conhecimento experto “mainstream” vinculado à governança ambiental e, simultaneamente, promover uma “ciência patriota” (FONSECA; RIBEIRO; NASCIMENTO, 2022) orientada por ideias negacionistas produzidas por experts e outros intelectuais orgânicos conservadores, reacionários e/ou ultraliberais/neoliberais para legitimar a rejeição às políticas regulatórias de preservação ambiental e aos direitos territoriais de povos indígenas e quilombolas. Contudo, observou-se que a literatura a respeito da ressonância de ideias negacionistas climáticas com o discurso bolsonarista (MIGUEL, 2022; SANTOS, 2022; VON BEHR, 2022) tem focado muito nas influências ideológicas de atores vinculados ao agronegócio, ao reacionarismo religioso (principalmente Olavo de Carvalho) e a *think tanks* neoliberais-conservadores, sem a devida atenção à contribuição do pensamento de atores da elite militar para essa perspectiva discursiva no caso brasileiro. Nesse sentido, a pesquisa buscou contribuir com essa lacuna a partir da agregação de falas proferidas por atores que compuseram em algum momento o núcleo militar do governo Bolsonaro, em especial os generais da reserva Augusto Heleno e Eduardo Villas Bôas. Ademais, analisou-se também o conteúdo dos resumos de webinars promovidos pelo instituto deste último entre 2021 e 2022, tendo em vista que contaram com a participação de alguns dos principais experts promotores de negacionismo climático no Brasil.

Assim, justifica-se a relevância da pesquisa por sua contribuição com reflexões a respeito do problema da pós-verdade a partir da análise crítica de discursos bolsonaristas sobre o meio ambiente, especialmente em diálogo com agentes do meio militar. Mesmo com a derrota eleitoral de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022, é certo que o bolsonarismo continuará sendo uma força relevante na política, visto o grande número de deputados e senadores eleitos pelo bloco (ELEIÇÕES..., 2022), e na sociedade brasileira, vide o público radicalizado pró-Bolsonaro que vem se manifestando violentamente contra as instituições da democracia liberal e reivindicando intervenção militar (RÖLKE, 2022), o que culminou nos atos terroristas de depredação da Praça dos Três Poderes, em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023. Ademais, imagens e vídeos dos atos antidemocráticos pós-eleitorais que circulam nas redes sociais e, posteriormente, nos noticiários demonstram como parte desse público parece estar, de fato, vivendo

uma efervescência coletiva descolada da realidade, tendo reagido intensamente a notícias falsas enviadas nos canais de comunicação bolsonaristas no Whatsapp e no Telegram. Citam-se como exemplos a celebração da “notícia” da prisão de Alexandre de Moraes que ocorreu em Porto Alegre (BOLSONARISTAS COMEMORAM..., 2022) e a mensagem que dizia que a cantora Lady Gaga seria uma “primeira-ministra do Tribunal de Haia” que estaria articulando a intervenção federal para apurar novamente as urnas (BOLSONARISTAS ACHAM..., 2022). Esses acontecimentos demonstram como a esfera pública brasileira têm se transformado nos últimos anos, sobretudo por conta da crise de confiança nas instituições democráticas e no sistema de peritos e a radicalização da direita (CESARINO, 2020; CESARINO, 2021), o que implica a necessidade de compreender esse cenário e promover reflexões que estimulem a concepção de estratégias para combater a o autoritarismo e a desinformação, em especial sobre o meio ambiente, tendo em vista a urgência de conter a crise climática para evitar consequências desastrosas para o planeta e os seres vivos.

O texto está dividido em três capítulos. No primeiro, apresenta-se uma discussão sobre a questão do papel da “arquitetura digital do neoliberalismo” (CESARINO, 2021) para a conjuntura de desordem informacional, centrada nos termos desinformação, fake news e pós-verdade. O capítulo seguinte destaca a formação dos populismos das “novas direitas” e do bolsonarismo, em particular, no contexto de crises econômicas e políticas vinculadas à hegemonia neoliberal. Além disso, argumenta-se que as estratégias de comunicação política bolsonaristas seguem a lógica de guerra cultural (HUNTER, 1991) contra valores progressistas e universalistas, aproveitando-se de campanhas de criação de caos informacional com amplo uso de desinformação para manter a fidelidade entre base eleitoral e líder populista. O terceiro capítulo introduz reflexões sobre como a pauta ambiental se tornou central para a política contemporânea e como grupos conservadores e reacionários têm mobilizado ideias que negam consensos científicos sobre mudanças climáticas, de diferentes maneiras, para evitar avanços na agenda de regulação ambiental ou até a desinstitucionalizar. Concluimos que o governo Bolsonaro buscou fomentar uma “ciência ambiental patriota”, orientada pelo dispositivo do negacionismo climático (MIGUEL, 2022) e por ideias alinhadas ao bolsonarismo, como estratégia de justificação das políticas adotadas para o meio ambiente, que sofreram duras críticas internas e, sobretudo, internacionais. Assim,

discute-se como, no caso do governo Bolsonaro, a postura antiecológica e antiindigenista ressoa a política da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) de fomento da expansão da fronteira extrativista para áreas preservadas, sobretudo a Amazônia, que atualmente é justificada pelo discurso, típico da guerra cultural, de que a agenda climática seria uma imposição das elites globalistas progressistas (e até comunistas) corruptas para acabar com a soberania nacional do Brasil.

Nas considerações finais, são apresentadas algumas indicações de críticas à comunicação ambiental bolsonarista, além de pontos que merecem investigações aprofundadas no futuro. Podem ser citados a questão da continuidade ou do minguamento da direita radical e extrema nos próximos anos sem uma liderança na presidência, os desenvolvimentos da relação dos atores desse espectro político com o sistema de peritos e, particularmente, com as pautas ambiental-climática e indigenista e a rede negacionista que compõe a “ciência ambiental patriota”. Outros pontos que merecem aprofundamento em pesquisas futuras são o desenrolar da relação entre os atores da *far right* com as plataformas digitais no contexto de crescente regulação.

1. DESORDEM INFORMACIONAL: DESINFORMAÇÃO, *FAKE NEWS* E PÓS-VERDADE

Neste capítulo, apresenta-se um panorama a respeito de debates recentes envolvendo a percepção de um cenário de crescente desordem informacional que tem sido associado às tecnologias de informação e comunicação na era digital. Ou melhor, ao seu uso estratégico por grupos de interesse para efetuar campanhas de propaganda. Em vista disso, discutiremos como a arquitetura digital tem favorecido campanhas difusoras de mensagens e ideias que fomentam a desordem informacional, assim como a desconfiança nas instituições políticas e no sistema de peritos, em particular a imprensa, o Estado e a ciência.

Inicialmente, discorre-se como eventos políticos recentes explicitaram o potencial da instrumentalização das mídias digitais para realizar campanhas de “propaganda computacional” (BRADSHAW; HOWARD, 2019), marcadas pelo que ficou conhecido popularmente como “*fake news*” e desinformação, por sua vez mobilizadas para prejudicar adversários e promover uma agenda política. Em seguida, defendemos a linha argumentativa de que tal cenário de desordem informacional constitui um quadro de “pós-verdade”, isto é, uma crescente crise de confiança no establishment político e no sistema de peritos, coproduzido pelo neoliberalismo, pela arquitetura das mídias digitais e pela política populista (CESARINO, 2021). A partir dessas discussões, entenderemos, nos próximos capítulos, como o bolsonarismo se pautou, tanto nas campanhas eleitorais quanto no governo, em estratégias comunicativas fomentadoras da pós-verdade, sobretudo nos contextos da pandemia e da política ambiental.

1.1. COMUNICAÇÃO POLÍTICA NA ERA DIGITAL E DESORDEM INFORMACIONAL

O século XXI tem sido marcado por uma sequência de rápidas transformações nas sociedades, sobretudo por conta do vertiginoso ritmo de avanços científicos e tecnológicos vivenciados continuamente. Nessa perspectiva, destaca-se como as tecnologias de informação e comunicação e, especialmente, a popularização da Internet tem transformado rapidamente todos os campos das sociedades. No que tange à política, a última década demonstrou como o uso político da Internet pôde

proporcionar tanto certo grau de democratização em alguns países como de desdemocratização em outros (DAVIDSON; SAULL, 2017; LUDWIG, 2020; CESARINO, 2020). Diante disso, a emergência de uma lógica de comunicação fundamentada na arquitetura algorítmica das redes sociais, em que impera a busca pela captação da atenção das pessoas a qualquer custo, tem dado espaço para um fluxo massivo e incessante de discursos pautados em informações falsas e distorcidas para fins políticos.

Na verdade, tal cenário demonstra ser propício para a manipulação de forma geral, entendida como “*a imposição de influências ocultas ou encobertas na tomada de decisão de outrem*”. Isso significa influenciar as crenças, desejos, emoções, hábitos ou comportamentos de alguém sem sua consciência ou de maneiras que frustrariam sua capacidade de *se tornar* consciente disso minando suposições geralmente confiáveis” (SUSSER; ROESSLER; NISSENBAUM, 2019, p. 26, tradução nossa). A manipulação se impõe como um problema para a autonomia individual, haja vista que afeta as condições de *competência* e *autenticidade* dos sujeitos nos processos de tomada de decisão – o que implica consequências negativas para a democracia liberal tendo em vista a centralidade da autonomia individual como princípio normativo (SUSSER; RÖESSLER; NISSENBAUM, 2019).

Seguindo a conceituação de Daniel Susser, Beate Roessler e Helen Nissenbaum, as tecnologias de informação facilitarão a manipulação por conta da arquitetura das plataformas online baseada na mineração de dados gerados constantemente pelos usuários e posterior segmentação de conteúdo a partir de algoritmos que delimitam perfis com a intenção de personalizar o conteúdo e publicidade direcionados para cada indivíduo, o que foi denominado de “arquitetura neoliberal das mídias digitais” por Letícia Cesarino (2021). A geração incessante de dados de uso das plataformas facilita o que os autores definiram como “manipulação online”, isto é, “*o uso de tecnologia da informação para influenciar abertamente a tomada de decisão de outra pessoa*” (SUSSER; ROESSLER; NISSENBAUM, 2019, p. 29). Consequentemente, práticas manipulativas online são “*aplicações de tecnologias da informação que impõem influências ocultas nos usuários ao alvejar e explorar vulnerabilidades nos processos de tomada de decisão*” (SUSSER; ROESSLER; NISSENBAUM, 2019, p. 29). Alguns exemplos de práticas manipulativas online apresentados pelos autores são o direcionamento de anúncios comerciais específicos para adolescentes em momentos de vulnerabilidade

emocional pelo Facebook, as estratégias algorítmicas de condução ('nudge'¹) do comportamento de trabalhadores do Uber e a criação de perfis psicográficos para influenciar eleições através de dados fornecidos pelo Facebook (SUSSER; ROESSLER; NISSENBAUM, 2019, p. 7-12). Este último ponto é de particular relevância para nossa discussão, já que envolve a questão da desinformação política. Em todo caso, devido à capacidade de proporcionar instrumentos estratégicos para manipulação de multidões online, a arquitetura neoliberal das mídias digitais se impõe como problema sociológico, não somente por conta de suas implicações criadoras de novas dinâmicas de produção, consumo e trabalho, no que foi denominado por Shoshana Zuboff (2015; 2018) como "capitalismo de vigilância", mas também por seus efeitos de coprodução de subjetividades políticas, sobretudo com sua relação com a política populista (CESARINO, 2021).

No que tange ao capitalismo de vigilância, é importante destacar alguns pontos discutidos por Zuboff (2015). Este modelo econômico institucionalizou uma nova lógica de acumulação, baseada na extração de dados acerca do comportamento humano na Internet, cujo alcance global e uso cotidiano possibilitam prever e manipular ações tendo como base o histórico comportamental individual (ZUBOFF, 2015, p. 85). Concebendo as populações como fonte de extração de dados, a economia centrada nas Big Techs promove um mundo de recompensas e punições, estímulos e respostas, em que novas possibilidades de subjugação são produzidas sem que as empresas sejam responsabilizadas por isso em virtude de seus mecanismos opacos de extração de informações e controle do comportamento pessoal (ZUBOFF, 2015, p. 85-86). Assim, o capitalismo de vigilância proporciona novos modos de mediar a informação, nos quais a democracia, no sentido da soberania popular, só interessa se não ameaça as receitas da vigilância (ZUBOFF, 2015, p. 86). Em vista disso, as plataformas digitais propiciaram instrumentos para

1 O termo 'nudge' foi desenvolvido por Richard Thaler e Cass Sustein como "algum aspecto da arquitetura de escolha que altere o comportamento das pessoas de forma previsível sem proibir nenhuma opção ou mudar significativamente seus incentivos econômicos" (THALER; SUSTEIN, 2000, p. 6 apud SUSSER; ROESSLER; NISSENBAUM, 2019, p. 23, tradução nossa). Nesse sentido, a arquitetura de escolha significa o contexto em que as pessoas tomam decisões. Com isso, "nudge" implica levar um indivíduo a agir de determinada maneira ao alterar sua arquitetura de escolha, como ocorre em algumas estratégias de marketing. Os autores argumentam que nem todo "nudge" pode ser considerado manipulativo, pois é necessário que haja exploração de vulnerabilidades para intervir no processo decisório de forma oculta, o que ocorre mais facilmente no meio digital (SUSSER; ROESSLER; NISSENBAUM, 2019, p. 25).

que atores políticos aliados a grupos de poder econômico pudessem realizar estratégias de vigilância e manipulação digital para atender seus interesses.

Em 2016, o debate sobre o fenômeno das “*fake news*” tomou os noticiários de boa parte do hemisfério ocidental, sobretudo por conta do fluxo de informações falsas que marcou o ambiente digital no contexto do referendo do ‘Brexit’² no Reino Unido e das eleições presidenciais dos Estados Unidos. Esses eventos foram marcados por campanhas de “propaganda computacional” (BRADSHAW; HOWARD, 2019) levadas a cabo por grupos de poder econômico em conjunto com “tropas digitais” (que incluem robôs, *trolls*, militantes e apoiadores) e que se apoiaram na “arquitetura” de algoritmos de segmentação de conteúdo das mídias digitais para difundir extensivamente notícias falsas e informações distorcidas ou inverídicas para favorecer seus interesses. Nesses momentos, destacou-se a atuação central das empresas Facebook e Cambridge Analytica, cujo co-fundador, Steve Bannon, também foi estrategista-chefe da campanha e de parte da gestão presidencial de Donald Trump, além de “consultor” eleitoral da família Bolsonaro (CESARINO, 2020). Além disso, investigações de agências de inteligência e segurança dos Estados Unidos, como a Central Intelligence Agency (CIA) e o Federal Bureau of Intelligence (FBI), revelaram a interferência de agentes russos nas eleições presidenciais daquele ano a partir de cyber-ataques cuja intenção seria desacreditar a candidatura de Hillary Clinton em prol da candidatura de Trump (STROBEL; BAYOUMY, 2017).

No contexto brasileiro, o debate sobre as *fake news* tomou os holofotes a partir das eleições de 2018. O escândalo do financiamento, por parte de empresários, de pacotes de disparo em massa de mensagens no WhatsApp para manipular a opinião pública em prol da candidatura de Jair Bolsonaro desvelado pela jornalista Patrícia Campos Mello, do jornal *Folha de S. Paulo* (MELLO, 2018) foi um dos momentos que mais chamaram a atenção popular a respeito do tema da desinformação. Posteriormente, desenrolaram-se investigações contra *fake news* encabeçadas pelo Superior Tribunal Federal e o Congresso Nacional, que apontaram para relações diretas com o governo Bolsonaro e sua base de apoio na polêmica do chamado “Gabinete do Ódio”. Esse escândalo foi inicialmente revelado pelo jornal *Estado de S. Paulo* em setembro de 2019, quando evidenciou a existência de um grupo de

² O termo se refere à saída do Reino Unido da União Europeia aprovada em plebiscito no dia 23 de junho de 2016, sendo uma abreviação de “*British Exit*”.

assessores que trabalhavam no Palácio do Planalto com a gestão de páginas nas redes sociais voltadas para a difusão de desinformação e ataques contra adversários. De acordo com relatório da Polícia Federal divulgado na mídia, tais assessores teriam sido recrutados pelos filhos de Bolsonaro (Carlos, Eduardo e Flávio³) e atuavam em quatro fases: (1) **eleição** do alvo; (2) **preparação** das tarefas a serem executadas e dos canais de difusão das mensagens; (3) **ataque** contra o alvo por meio das mensagens enviadas em páginas e grupos coordenados e (4) **reverberação** das mensagens pela retransmissão cruzada dos seguidores (VASCONCELOS, 2022).

Diante desse quadro, a questão da manipulação online tem demonstrado ser um fenômeno de crescente importância em virtude do uso cotidiano das tecnologias da informação que facilitam a rápida debilitação da autonomia dos sujeitos e, portanto, da tomada de decisões coletivas, especialmente em contextos democráticos. Com isso em mente, os eventos citados e outros casos semelhantes em outros países levaram à multiplicação de agências de verificação de fatos ('fact-checking') online e diversos debates envolvendo acadêmicos, jornalistas e agentes governamentais a respeito de como lidar com a proliferação de notícias e informações falsas nas redes sociais, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa. Diante disso, abriu-se um campo de investigação amplo e com múltiplas perspectivas acerca do fenômeno, o que pode ser percebido pela explosão de artigos, relatórios e livros buscando explicar a situação de desordem informacional e promover medidas para contorná-la desde então.

Por conta dos acontecimentos de 2016 nos Estados Unidos e no Reino Unido, as discussões sobre o tema foram fortemente influenciadas pela literatura de língua inglesa, que conta com diferentes tipos conceituais de desordem informacional, conforme destacado por Claire Wardle e Hossein Derakshan (2017) em relatório publicado pelo Conselho da Europa:

- **Disinformation** - informação que é falsa e deliberadamente criada para prejudicar uma pessoa, grupo social ou país.
- **Misinformation** - informação que é falsa, mas não criada com a intenção de causar prejuízos.
- **Malinformation** - informação que é baseada na realidade, usada para infligir prejuízo a uma pessoa, organização ou país (WARDLE; DERAKSHAN, 2017, p. 20, tradução nossa).

3 Os três filhos do ex-presidente são políticos. Durante o mandato de Bolsonaro, Carlos atuava como vereador da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo como deputado federal e Flávio como senador.

Como não há na língua portuguesa uma correspondência exata para cada uma das palavras, o termo desinformação é geralmente usado indiscriminadamente nas publicações e traduções acerca das *fake news*, que incluiriam tanto *disinformation*, quanto *misinformation*, porém no contexto de mensagens que mimetizam o formato jornalístico (GOMES; DOURADO, 2019). Utilizaremos, aqui, o conceito de **desinformação** no sentido apresentado acima de *disinformation* para destacar a intencionalidade na criação, (re)produção e circulação de informações falsas para confundir o debate público. Em casos sem essa intencionalidade, ou seja, *misinformation*, trataremos como informações incorretas, descontextualizadas ou distorcidas. Embora seja outro aspecto relevante em termos de estratégias de comunicação política, não trataremos de casos envolvendo *malinformation*⁴ em razão de nosso foco ser discutir informações falsas, mais especificamente a desinformação.

Dito isso, considerar a questão da intencionalidade da desinformação é fundamental para evidenciar o caráter de estratégia de propaganda de atores e grupos políticos. É certo que não há nada de novo em utilizar desinformação e notícias falsas enquanto estratégia política de manipulação da opinião pública. Entretanto, o que chama atenção quanto ao problema no contexto da informação digital é a rapidez com que as narrativas falsas circulam por conta das mídias digitais e os efeitos sociais e políticos que a ampla difusão delas tem gerado. Isso porque muitas dessas narrativas são elaboradas nas campanhas para engajar diretamente crenças e afetos prévios percebidos no público alvo das mensagens, o que inclui suas insatisfações e desconfianças relativas ao establishment político e a outras instituições. Assim, apesar da importância de se considerar o elemento da intencionalidade na fabricação de informações e notícias falsas para as campanhas propagandísticas, deve-se destacar que, para compreender as nuances do problema da desordem informacional, é necessário voltar a discussão para a questão da confiança (ou desconfiança) dos indivíduos nos discursos e nas fontes com que interagem. Nesse sentido, uma parte da literatura acadêmica sobre o tema tem convergido em associar esse panorama de desordem informacional a um cenário mais amplo de crise de confiança nas instituições da democracia liberal, em especial o Estado e o jornalismo, decorrente das transformações vinculadas à digitalização

4 De acordo com Wardle e Derakshan (2017), *malinformation* pode incluir discursos de ódio, assédio e vazamentos de informações pessoais.

das sociedades contemporâneas e, mais especificamente, do capitalismo, agora centrado na economia de atenção (ROXO; MELO, 2018; SOUZA, 2019; GOMES; DOURADO, 2019; CESARINO, 2020; 2021).

Em razão desse contexto desordenado e devido à ampla cobertura midiática dos acontecimentos envolvendo as campanhas de propaganda digital apoiadas em desinformação, o Dicionário Oxford elegeu “pós-verdade” (‘post-truth’) como a palavra do ano de 2016, cujo significado seria “relativo a circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes em moldar a opinião pública do que apelos a emoções e crenças pessoais” (OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2016, tradução nossa). Além de ser questionável a ideia de que a opinião pública tenha sido em algum momento da história predominantemente moldada por critérios racionais, essa definição é problemática por desconsiderar que a própria noção de objetividade é sujeita a dinâmicas de poder e hegemonia (GRAMSCI, 1999). A despeito disso, o termo tem suscitado importantes reflexões que consideram o panorama recente de intensa proliferação de desinformação em notícias falsas e discursos negacionistas, conspiratórios e anti-academicistas, sobretudo no meio digital (CESARINO, 2021; SOUZA, 2019). Nessa dissertação, seguimos a conceituação de pós-verdade da antropóloga Letícia Cesarino (2021), visto que ela capta adequadamente o panorama atual de progressiva crise de confiança nas instituições do sistema de peritos e no conhecimento experto ligado à ciência “mainstream”, sem assumir, contudo, que o debate público fosse anteriormente orientado por uma “verdade” única. Tendo isso em mente, mais do que simplesmente discutir notícias, dados ou discursos produzidos para desinformar, a noção de pós-verdade auxilia a compreender a questão da confiança ou desconfiança nas fontes promotoras de “verdades”.

1.2. PÓS-VERDADE, NEOLIBERALISMO, DIGITALIZAÇÃO E POPULISMO

A discussão sobre o conceito de pós-verdade realizada por Letícia Cesarino (2021), fundamentada em uma explicação cibernética (BATESON, 1972) associada aos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT), demonstra ser um caminho frutífero para compreender o contexto contemporâneo, principalmente por evidenciar a existência de uma crise não somente sociopolítica ou econômica, mas também epistêmica. Tal crise, por sua vez, teria ligação com os processos de

neoliberalização e digitalização⁵ das sociedades contemporâneas, assim como com a política populista, mais especificamente do espectro da direita (CESARINO, 2021). A autora segue a linha de pensamento de Phillip Mirowski (2019) que considera o neoliberalismo surgido com a Sociedade Mont Pèlerin na década de 1940 não somente como uma nova agenda econômica ou moral (BROWN, 2019), mas também uma nova doutrina epistêmica que concebe o mercado como melhor processador de informação e, portanto, único validador *a posteriori* da verdade (CESARINO, 2021, p. 87).

O populismo é entendido a partir da teoria de Ernesto Laclau (2005) e Chantal Mouffe (2000), que o concebe como uma forma de fazer política sem conteúdo ideológico específico centrada numa liderança carismática que se apresenta como representante da “vontade do povo” de mudança ou ruptura num contexto social insatisfatório. Nessa perspectiva, o “povo” é um significante vazio constituído a partir do delineamento de uma fronteira amigo-inimigo, geralmente sobreposta à fronteira entre o povo e uma elite privilegiada e corrupta, e que cinde a heterogeneidade da sociedade para consolidar um público diretamente ligado ao líder populista.

O emergente regime de pós-verdade é descrito por Cesarino (2021, p. 77) como uma “‘crise de confiança’ (ZONEN, 2012) que advém de uma mudança profunda nos tipos de mediação que organizam – e reorganizam em novas bases – a produção de conhecimento legítimo nas sociedades contemporâneas”. Em outras palavras, a “pós-verdade é uma condição epistêmica na qual qualquer enunciado pode ser potencialmente modificado por qualquer um, a um custo muito baixo – ou seja, em que não há mais controle (...) [pelo sistema de peritos]” (CESARINO, 2021, p. 77).

De fato, ao analisarmos dados de surveys de opinião pública acerca da credibilidade das instituições, como no *Latinobarómetro* (2018), é possível observar a tendência progressiva de perda de confiança na mídia, no Estado e na democracia e, simultaneamente, incremento de valores autoritários e conservadores no Brasil. Contrariamente, outros surveys voltados à questão da confiança pública na ciência têm demonstrado a altíssima credibilidade da ciência no Brasil, como o *State of Science Index Survey* que obteve 92% de respondentes brasileiros/os afirmando

5 Nesse contexto, “digitalização” remete ao movimento de migração progressiva de interações interpessoais e atividades culturais, econômicas, políticas e sociais, de modo geral, para ambientes digitais.

confiar na ciência em algum grau (3M COMPANY, 2022). Todavia, a análise de Cesarino (2021) sobre o desenrolar de uma crise de confiança no sistema de peritos é importante por captar a emergência de públicos que têm se contraposto às mediações tradicionais da modernidade, em especial grupos radicais conspiratórios, negacionistas da ciência, anti-academicistas e extremistas conservadores ou reacionários que têm aflorado na Internet e, no caso do Brasil, têm se organizado principalmente em torno do bolsonarismo. Posteriormente, Cesarino (2022) utilizou a ideia de “públicos antiestruturais” para caracterizar essa agregação de diferentes atores que, de maneiras diversas, se contrapõem ao establishment democrático-liberal e ao sistema de peritos associado, o que será melhor destrinchado adiante. Enfatiza-se aqui, por enquanto, que a campanha do ex-presidente foi efetiva por canalizar a insatisfação e/ou desconfiança de uma parcela considerável da população frente ao *status quo* cultural, epistêmico, econômico e político através de sua retórica radicalmente antissistema, o que contribuiu para a agregação de pessoas já alinhadas à direita com esses públicos antiestruturais menores, porém mais radicais.

Para entender melhor esse processo, é necessário destrinchar a campanha eleitoral presidencial de 2018 (CESARINO, 2020). Baseada numa etnografia digital em grupos de WhatsApp bolsonaristas, Cesarino constatou a emergência de um “populismo digital” neoliberal-conservador liderado por Jair Bolsonaro, apoiado na campanha de difusão extensiva de mensagens de ataque a seus adversários, frequentemente com desinformação e informações descontextualizadas ou distorcidas, e levada a cabo intensamente pelos seguidores, que se identificaram como “marqueteiros do Jair”. Ademais, a campanha também se baseou na construção de uma dinâmica líder-povo em que a comunicação seria percebida como direta e sem mediações de agentes externos, como os jornalistas, tratados como inimigos pelo então candidato, assim como acadêmicos e universidades públicas, além de atores políticos e movimentos sociais progressistas e de esquerda, sobretudo os movimentos feminista, antirracista e LGBTQIA+ (CESARINO, 2020). Nessa análise, pode-se perceber que o populismo digital neoliberal-conservador de Jair Bolsonaro se caracterizou pela utilização de campanhas de propaganda online, com mensagens desinformativas e conspiratórias com viés neoliberal-conservador ou até reacionário, como mecanismo de disputa de hegemonia para atrair um maior público para apoiar seu projeto político autoritário,

apresentando-o como única solução possível ao cenário conturbado testemunhado naquele momento. Desse modo, a campanha populista digital demonstrou ser essencial não somente para desacreditar seus adversários, tanto à esquerda quanto à direita, mas para mobilizar e agregar afetos antissistema percebidos na opinião pública em prol da vitória do projeto bolsonarista.

Paolo Gerbaudo (2018, p. 746) sustenta que as mídias sociais e os populismos possuem afinidades eletivas, tendo em vista que oferecem um canal de representação àqueles que não se sentem representados pelo establishment e, conseqüentemente, agregam indivíduos desconectados, porém com visões de mundo semelhantes. Nesse sentido, há dois elementos que caracterizam as mídias sociais como importantes espaços de promoção da política populista: o design das plataformas de expressão individual e a arquitetura algorítmica com seus efeitos de “filtro bolha” (GERBAUDO, 2018, p. 746). Assim, indivíduos atomizados puderam expressar nas redes sociais sua insatisfação com o estado da política e da economia, assim como com a mídia “mainstream” e seu percebido viés favorável ao establishment, o que, com o desenvolvimento dos algoritmos de filtragem por interesse, levou ao estabelecimento de comunidades digitais de pessoas com ideias semelhantes (GERBAUDO, 2018, p. 746-750). Esse agrupamento veio a favorecer a ação de lideranças populistas que canalizaram os afetos antissistêmicos para formar uma rede militante que promove campanhas digitais sem necessariamente receber remuneração (GERBAUDO, 2018, p. 746) – embora o financiamento de estratégias de propaganda digital também seja mobilizado, como nos casos envolvendo a Cambridge Analytica e a campanha de disparo de mensagens em massa promovida por empresários bolsonaristas em 2018.

Outro ponto da arquitetura das mídias digitais que favorece a formação de multidões online é o “efeito de rede” (“network effect”), ou seja, “a tendência que torna os nós altamente conectados propensos a se tornarem ainda mais conectados” (GERBAUDO, 2018, p. 750, tradução nossa). Isso ocorre principalmente com os algoritmos de timeline, já que eles favorecem conteúdos inéditos, apelativos e/ou sensacionalistas (GERBAUDO, 2018, p. 751), o que contribui para uma tendência de “mobocracy”⁶ (GARDELS, 2016) ou também de

6 No inglês “mob” significa “multidão”, enquanto “cracy” se traduz para o português como “cracia”, do sufixo grego “κρατία”, cujo significado se refere a poder, domínio. Logo, a palavra “mobocracy” diz respeito a uma espécie de domínio da multidão.

mobilização de “enxames” virtuais respondentes aos estímulos (CESARINO; NARDELLI, 2021). Nesse ponto, Wendy H. K. Chun (2016) argumenta que as redes sociais possuem uma temporalidade de “crise permanente”, tendo em vista que os usuários se sentem instigados a responder a qualquer “reviravolta” para se manterem “atualizados” em tempo real. Segundo a autora, a possibilidade de autoexpressão nas redes sociais digitais gera a impressão de empoderamento e responsabilidade individual em tempo real diante do incessante fluxo de informação e do constante desenrolar de “crises”. Em face disso, momentos de crise são valiosos para as plataformas por possibilitarem uma situação de extração de uma quantidade volumosa de dados relativos às formas que os usuários reagem a diferentes estímulos, o que favorece a segmentação de perfis para direcionamento de conteúdo e anúncios (CHUN, 2016).

Nessa perspectiva, somando-se a cultura de valorização de personalidades e celebridades reforçada pelas redes sociais, percebe-se como os discursos populistas de antagonismo às elites e ao establishment político podem ser impulsionados pela arquitetura algorítmica (GERBAUDO, 2018, p. 752). Com isso, as redes sociais dispõem de um viés favorável ao populismo, o que “indica que a narrativa subjacente e o valor orientador dominante das mídias sociais vão na contramão de traços centrais da política do establishment, incluindo institucionalismo, moderação, formalidade e a pretensão liberal de racionalidade” (GERBAUDO, 2018, p. 752, tradução nossa). Diante disso, não surpreende o movimento de criação de “partidos digitais” ou “partidos de plataforma” de cunho populista em diversos países com a pretensão de promover uma relação direta e sem intermediários com o eleitorado e seus interesses, porém organizados a partir do modelo de negócios das plataformas com sua lógica de extração de dados para expansão do alcance (GERBAUDO, 2019). Contudo, como Gerbaudo argumenta no livro *The Digital Party: Political Organisation and Online Democracy* (2019), em muitos casos as decisões nesses partidos são centralizadas por “hiperlíderes” e/ou seu entorno próximo, que buscam uma legitimação reativa de sua base de apoio.

Em convergência com essa perspectiva de desintermediação da política, o populismo digital neoliberal-conservador analisado por Cesarino tem reforçado a crise de confiança no sistema de peritos através de três principais estratégias de reorganização cognitiva: “eu-pistemologias” (ZONEN, 2012), elos causais ocultos e antagonismo amigo-inimigo (CESARINO, 2021, p. 79-83). Segundo Liesbet van

Zoonen (2012), as contradições e insuficiências nos discursos das instituições que deveriam reduzir incertezas – o governo, a ciência e a mídia – contribuíram para uma crescente “insegurança epistemológica”, reforçada pela Internet devido a sua abertura à livre expressão de ideias e capacidade de conexão de pessoas com suas “verdades” próprias. Assim, as “eu-pistemologias” dizem respeito à preferência por sentidos imediatos obtidos através de experiências pessoais, especialmente visuais, e ao privilégio de informações emitidas por pessoas que compartilham das mesmas opiniões e visões de mundo, o que pode ser percebido como transversal a todo o espectro ideológico (CESARINO, 2021, pp. 79-81). Com isso, “[a]s eu-pistemologias emergem a partir da crise de confiança nas formas de produzir realidade a partir do método científico, avançando em seu lugar a legitimidade da experiência individual, da trajetória de vida, dos sentidos imediatos, dos afetos e das intuições” (CESARINO, 2021, p. 80)

O segundo ponto, os elos causais ocultos, remete às narrativas conspiratórias e alarmistas, mais presentes nas interações digitais das novas direitas, que têm servido uma função metacomunicativa de manter a atenção dos seguidores no líder populista (CESARINO, 2021, pp. 81-82). Por fim, a distinção antagonística é uma característica central do populismo em que se define não somente a relação “nós contra eles”, mas a fidelidade entre o líder e o “povo”, reduzido à base apoiadora enclausurada em sua bolha ideológica por meio da arquitetura algorítmica (CESARINO, 2021, pp. 82-83).

Destacando a coprodução entre neoliberalismo e digitalização do fenômeno da pós-verdade, Cesarino apresenta o conceito de “arquitetura neoliberal das mídias digitais” ou “arquitetura digital do neoliberalismo”, que remete à lógica estruturante da economia de atenção baseada nos algoritmos de mineração de dados e segmentação de conteúdo e publicidade (CESARINO, 2021). Assim, os usuários seguem usando as redes por horas com conteúdo personalizado de acordo com seus interesses e gerando mais lucro às empresas a partir da extração dos dados que são vendidos para anunciantes. Nessa perspectiva, os conteúdos que geram mais engajamento são os que mais chamam a atenção do público, independentemente de sua veracidade ou não. Convergindo com essa ideia, uma pesquisa de Soroush Vosoughi, Deb Roy e Sinan Aral (2018) com dados do Twitter apontou que notícias falsas têm maior potencial de serem espalhadas do que notícias verdadeiras.

Além dessa interface entre digitalização e neoliberalismo na formação das infraestruturas sociotécnicas, deve-se destacar algumas consequências relevantes da reestruturação epistêmica decorrente dessa relação que, em conjunto com a ação da política populista, tem conformado a emergência da pós-verdade (CESARINO, 2021). A visão cibernética defendida por Leticia Cesarino (2021, p. 83-92) aponta sete padrões estruturais dessa ordem emergente. Em primeiro lugar, há um *colapso de contextos* por conta da dissolução progressiva de separações entre contextos estabelecidos no arranjo moderno da esfera pública (público/privado; consumidor/produtor; manipulação/espontaneidade), bem como de separações funcionais entre esferas ou campos sociais (econômico, político, cultural etc.) (CESARINO, 2021, p. 85-86). Segundo, destaca-se a *performatividade*. A neoliberalização e a digitalização das sociedades contemporâneas convergem na produção de subjetividades altamente performativas a partir das métricas algorítmicas, o que leva a uma conformação paradoxal de uma “individuação em rede” centrada em mediações mercadológicas fundamentadas no modelo de negócios das plataformas (CESARINO, 2021, p. 86).

Em terceiro lugar, a concepção epistêmica do neoliberalismo, em especial na versão hayekiana, do mercado como melhor processador de informação, em contraposição ao Estado regulador, tem consolidado um cenário em que “a verdade não pode ser conhecida de antemão, mas apenas performativamente como um *a posteriori*, resultado da livre interação dos agentes” (CESARINO, 2021, p. 87). Isso é reforçado pela lógica da influência digital, baseada em riscos e na navegação da entropia informacional (CESARINO, 2021, p. 87). A seguir, em quarto lugar, a *influenciabilidade do sujeito* se relaciona com a aparência de liberdade de ação, espontaneidade e meritocracia do meio digital que implica a não percepção das dinâmicas existentes por trás do controle algorítmico e mercadológico das plataformas (CESARINO, 2021, p. 88).

O quinto padrão seriam *mediações (i)mediatas*, tendo em vista a fragilização do sistema de peritos, reforçada pelas “mediações que produzem efeitos de não mediação” (MAZZARELLA, 2019 apud CESARINO, 2021, p. 90) dos populismos, livre mercado, mídias digitais e pós-verdade. O padrão seguinte, o sexto, seria a *invisibilização de assimetrias estruturais* por conta do obscurecimento das mediações e consequente deslocamento da *accountability* para outros atores para evitar a responsabilização pelas ações tomadas, o que é recorrente tanto na retórica

populista, quanto neoliberal, inclusive com as próprias ‘Big Techs’ (CESARINO, 2021, p. 91). Por fim, há a questão do *conteúdo gerado pelo usuário e pirâmide* que, em poucas palavras, está inserido numa dinâmica de retroalimentação entre neoliberalismo e arquitetura digital por conta da centralidade do empreendedorismo individual e familiar, da economia de compartilhamento e serviços, além de outras formas de enriquecimento rápido, associados à extração de valor dos dados gerados no ambiente online e atuação de esquemas de pirâmide (MIROWSKI, 2019 apud CESARINO, 2021, p. 91-92).

Assim, a exposição sobre a pós-verdade feita por Cesarino é relevante por compreender como a popularização da Internet e das redes sociais e sua capilarização no cotidiano das pessoas têm desestabilizado a confiança das pessoas nas formas de mediação epistêmica características da sociedade moderna, isto é, o sistema de peritos do jornalismo, do Estado e também da ciência. Essa análise se fundamenta na hipótese de que, como com a criação da prensa de Gutemberg no século XV, estaríamos vivendo num momento liminar (TURNER, 1969) ou de crise de paradigma (KUHN, 2006), marcado por um processo duplo de desintermediação do arranjo moderno do sistema de peritos como principal ordenador da realidade em termos epistêmicos e reintermediação nos termos das emergentes mediações digitais e, mais particularmente, algorítmicas (CESARINO, 2021, p. 74-75). Citando uma expressão de Antonio Gramsci, a autora argumenta como, nesse contexto de desordem ou entropia informacional, emergem “sintomas mórbidos” do interregno próprio das “crises orgânicas”, ou seja, crises de hegemonia (CESARINO, 2021, p. 75). Alguns exemplos desses sintomas seriam as pseudociências, como o terraplanismo, e grupos conspiratórios radicais, como o QAnon⁷ (CESARINO, 2021, p. 91).

Dessa forma, a leitura de Cesarino sobre a pós-verdade é adequada para compreender a emergência de públicos que se constituem em contraposição ao

7 O QAnon é originalmente uma teoria da conspiração e posteriormente movimento político surgido nas comunidades virtuais da extrema-direita estadunidense em 2017 a partir de publicações de um ou mais usuários denominados “Q”, cuja teoria central argumenta que há uma cabala global secreta de satânicos canibais operadores de uma rede de tráfico sexual infantil que tenta controlar a política e a mídia. Tal grupo seria constituído por personalidades das elites progressistas, sobretudo do Partido Democrata dos Estados Unidos. Para a comunidade *QAnon*, o ex-presidente Donald Trump teria sido recrutado pela elite militar estadunidense para acabar com a rede criminosa e punir seus membros. Desde sua criação, a teoria tem incorporado várias outras conspirações, incluindo o negacionismo da pandemia, o movimento antivacina e a tese de que a eleição presidencial estadunidense de 2020 teria sido fraudada – o que levou alguns seguidores a participarem da invasão do Capitólio que ocorreu em janeiro de 2021 (ROOSE, 2021).

arranjo da esfera pública moderna, que nos dias de hoje incluem não somente os grupos citados, mas também negacionistas da ciência, anti-academicistas e grupos políticos radicais como o bolsonarismo e o trumpismo. Embora não sejam fenômenos de todo recentes, a emergência de tais grupos tem sido potencializada pela facilidade de condução de práticas manipulativas online através da arquitetura neoliberal das mídias digitais. Isto é, esses grupos se valem da arquitetura digital do neoliberalismo para disputarem hegemonia e, assim, exploram uma crise do sistema de peritos que é bem mais ampla. Por meio das técnicas de análise de ‘Big Data’, torna-se fácil entender e explorar as vulnerabilidades das pessoas para manipulá-las a agir de forma coordenada por estrategistas ocultos, como ocorreu nos escândalos da Cambridge Analytica e do Gabinete do Ódio. Nesse cenário, as lideranças populistas podem se fortalecer ao explorar insatisfações e desconfianças de suas audiências alvejadas relacionadas ao *establishment* e os saberes expertos, consolidando-se como únicos representantes legítimos da “voz do povo”.

De qualquer maneira, como ainda há pouca regulação do que circula nas redes sociais, os grupos de direita radical e extrema têm ganhado muito espaço, tendo em vista que engajam muitas interações no ambiente digital ao mobilizar afetos negativos como medo, nojo, raiva e ressentimento através dos discursos propagados com ideias autoritárias, intolerantes e aparentemente contrárias ao *establishment* político e o sistema de peritos que promove narrativas factuais que “ordenam” a complexidade da realidade (em especial a ciência, o jornalismo profissional e as instituições do Estado Democrático de Direito) (CESARINO, 2021). Essa foi a abordagem adotada pelas campanhas eleitorais de Donald Trump, Jair Bolsonaro e outros atores políticos que se apoiaram em discursos populistas antissistêmicos e anticorrupção (CESARINO, 2020). Assim, pode-se perceber como a extrema-direita tem se beneficiado mais diretamente dessa política de caos informacional do que outros grupos políticos, devido às particularidades de suas estratégias comunicativas de promoção de desinformação articulada a discursos de ódio, calcada na perspectiva de uma verdadeira “guerra cultural” (HUNTER, 1991) que mobiliza e direciona afetos negativos contra o *establishment* político progressista (GALLEGO, 2018; CESARINO, 2020; PINHEIRO-MACHADO; FREIXO, 2019; ROCHA, 2018; MESSEMBERG, 2017). Nesse sentido, busca-se, por um lado, desintermediar a política ao descreditar o sistema de peritos e, por outro, reintervém-la num novo paradigma iliberal e autoritário (CESARINO, 2022).

Como discutiremos no capítulo seguinte, as análises da coalizão que se constituiu em torno de Bolsonaro auxiliam a compreender o bolsonarismo como fenômeno que amalgamou públicos identificados com ideias ultraliberais/neoliberais, conservadoras e reacionárias em torno de uma retórica populista radicalmente antissistema. Contudo, como Cesarino (2022) destaca, é necessário considerar a dimensão técnica que possibilitou a reunião do “povo” representado pelo discurso populista bolsonarista através da Internet. Por conta do elemento vinculado à sociabilidade digital, Cesarino (2022, p. 164) reflete que o bolsonarismo precisa ser entendido mais como fenômeno sociotécnico que agrega “públicos antiestruturais” do que por conteúdo ou base social fixos. Isso porque “a atual infraestrutura cibernética das novas mídias introduz um viés técnico favorável à desestabilização” do establishment liberal-democrático em razão de sua temporalidade de crise permanente, o que favorece “o tipo de política avançada pela atual convergência neoliberal-conservadora e suas formas associadas de pós-verdade” (CESARINO, 2022, p. 165). Nesse meio, torna-se propícia a ressonância de indivíduos inseridos em ecossistemas digitais conspiratórios e de pseudociências com grupos políticos radicais ou extremos, que se agregam nos “públicos antiestruturais” ressentidos com o “sistema” e suas mediações pré-digitais, buscando transformá-lo radicalmente através de emergentes formas digitais de mediação (CESARINO, 2022, p. 165). Tendo isso em mente, pode-se argumentar que o bolsonarismo enquanto movimento político poderá ter continuidade mesmo com a derrota eleitoral de Jair Bolsonaro e a perda de capital político de seus filhos ou de políticos de direita radical ou extrema inspirados por sua liderança (CESARINO, 2022).

Diante do exposto, seguimos com a perspectiva cibernética de Cesarino que compreende que o contexto contemporâneo de desordem informacional, ou melhor o regime emergente de pós-verdade, tem sido coproduzido pela digitalização das sociedades, pela hegemonização do neoliberalismo e seus efeitos epistêmicos e pela política populista. Nesse sentido, a arquitetura neoliberal das mídias digitais tem sido mobilizada mais eficazmente pelo populismo de direita radical e extrema-direita por conta de sua capacidade de captar a atenção dos usuários e pautar o debate público através de conteúdos apelativos da “política do medo” (WODAK, 2015) e da “política do ódio” (GALLEGO, 2018), especialmente em conjunturas de crise. Ademais, seus discursos reforçam o panorama da pós-verdade por incluírem atores do sistema de peritos no lado inimigo da fronteira antagonística, de modo a

consolidar as lideranças populistas como únicos mediadores confiáveis num ambiente repleto de inimigos. Além do mais, buscam propiciar novas formas de intermediação com os públicos mobilizados pela política populista, geralmente baseadas na ação de influenciadores digitais (CESARINO, 2022). Frente a isso, buscaremos argumentar adiante que a política populista de direita radicalizada parece buscar consolidar um público sustentador do projeto autoritário e excludente e formas alternativas de intermediar o sistema político, o que significa, sobretudo, se distanciar da ordem de pesos e contrapesos, da imprensa livre e o conhecimento experto “desconfortável” para o governo.

Tendo esses pontos em vista, discutiremos nos próximos capítulos as estratégias comunicativas dos populismos de direita, com foco no bolsonarismo, para, em seguida, abordar a comunicação ambiental dos atores do campo da direita radical no mundo, em especial o governo Bolsonaro. Essas discussões se relacionam com o fenômeno da pós-verdade porque a postura crítica ao sistema de peritos se expressa de forma muito clara no discurso e na política de alguns grupos de direita radical e extrema de negar ou questionar o consenso científico sobre as mudanças climáticas antropogênicas e, principalmente, a agenda multilateral de enfrentamento à crise climática. Contudo, essas práticas não partem simplesmente de atitudes “irracionalistas” de um grupo político mal informado. Mais do que isso, elas se originam da estratégia de grupos neoliberais-conservadores que estabeleceram um “contramovimento negacionista” dos consensos científicos acerca do clima com a intenção de “frear” a agenda regulatória e intervencionista decorrente da política climática (DUNLAP; MCCRIGHT, 2015). Não obstante, o negacionismo ou ceticismo climáticos se enraízam socialmente por conta de uma “lógica sociocultural” que questiona os conhecimentos consensuais da ciência ambiental-climática justamente porque os vinculam a um “regime de verdade” (FOUCAULT, 1991) que ameaça os modos de vida de parcelas mais conservadoras da população (FISCHER, 2019). De qualquer maneira, atores políticos da direita radical e extrema têm buscado promover na Internet ideias que negam ou questionam as mudanças climáticas, seu caráter antropogênico ou sua urgência⁸ com a intenção de amplificar a desconfiança

⁸ Segundo John Cook e Haydn Washington (2011), há três tipos de negacionismos das mudanças climáticas, que se relacionam aos três elementos apresentados: negacionismo da tendência, negacionismo da atribuição e negacionismo do impacto. Enquanto o primeiro nega a própria tendência de mudanças climáticas, o segundo nega que a causa das alterações seja antrópica e o terceiro nega que seu impacto seja negativo e, portanto, urgente.

popular a respeito do tema a partir de uma visão de mundo particular. Isso pôde ser observado no compartilhamento de publicações negacionistas oriundas de perfis, blogs e/ou *think tanks* neoliberais-conservadores dos Estados Unidos por comunidades digitais de céticos climáticos na Alemanha (KAISER, 2020), assim como por negacionistas climáticos em suas redes sociais no Brasil (MIGUEL, 2022). Como veremos, no caso brasileiro, o populismo reacionário de Bolsonaro promoveu estratégias para descredibilizar o sistema de peritos e, simultaneamente, possibilitar a institucionalização de ideias negacionistas apoiado numa rede de experts e outros intelectuais neoliberais, nacionalistas e/ou religiosos.

2. POPULISMOS E PÓS-VERDADE: A ASCENSÃO E AS ESTRATÉGIAS COMUNICATIVAS DA DIREITA RADICAL POPULISTA E DO BOLSONARISMO

Como evidenciado, o fortalecimento das direitas radical e extrema de caráter populista no século XXI é um processo que tem raízes no cenário de crises de hegemonia que perpassam os campos econômico, político, cultural e epistêmico, associadas às dinâmicas próprias do neoliberalismo na era digital em que emergem eu-pistemologias aparentemente antissistêmicas no contexto de desordem informacional. Em várias partes do mundo, como no Brasil, observam-se processos de desindustrialização, privatização de recursos públicos essenciais e precarização de direitos trabalhistas, sociais e ambientais vinculados diretamente à agenda de reformas neoliberais estabelecidas em torno do Consenso de Washington no final da década de 1980 (HARVEY, 2005).

Quanto aos países ocidentais e de sua área de influência, em especial a América Latina, podem-se destacar as quatro mudanças mais marcantes que caracterizam as transformações do final do século XX até os dias atuais: o progressismo dos movimentos sociais antiopressão⁹, o paradigma da modernização ecológica, a hegemonização global do neoliberalismo e a difusão da Internet. Como abordamos a questão digital e a emergência da pós-verdade no século XXI no último capítulo, aqui nos deteremos nos outros pontos.

Assim, neste capítulo, discutiremos a ascensão dos populismos no passado recente, tendo como foco a direita populista radical. Inicialmente, discorre-se sobre transformações culturais, econômicas e políticas inauguradas na segunda metade do século passado que auxiliam a compreender a multiplicação de movimentos e lideranças populistas ao redor do globo. Então, apresentamos uma revisão teórica acerca do conceito de populismo e suas explicações para, em seguida, aprofundarmo-nos nos populismos de direita, com um foco particular no bolsonarismo. A partir disso, abordamos as estratégias comunicativas e políticas dos

9 Com “movimentos antiopressão”, referimo-nos aos movimentos sociais de grupos populacionais oprimidos por razões de gênero, raça, etnia, sexualidade e/ou outros marcadores sociais de diferença, que alcançaram maior visibilidade pública a partir de meados do século XX em boa parte do mundo. Opta-se por essa definição ao invés de “movimentos identitários” por compreendermos que as pautas de tais mobilizações não se resumem à busca pelo reconhecimento positivo das identidades, já que a parcela mais progressista deles reivindica transformações nas estruturas sociais com o objetivo de acabar com as opressões e desigualdades. É principalmente contra essa parcela dos movimentos que a guerra cultural da extrema-direita se direciona.

atores populistas de direita que reforçam o quadro da pós-verdade, tendo sido o governo Bolsonaro um importante exemplo nesse sentido.

2.1. MUDANÇAS CULTURAIS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

A segunda metade do século passado foi marcada pela germinação de importantes transformações nas sociedades cujos efeitos podem ser percebidos na emergência, no passado mais recente, de novos atores políticos que se relacionam de alguma forma com essas mudanças, em que se destacam os de caráter populista. Em primeiro lugar, a ação coletiva dos movimentos antiopressão, que ganharam maior visibilidade e força política a partir do final da década de 1960, foi relevante para a expansão da cidadania ao denunciar e lutar contra opressões e injustiças associadas às identidades de grupos subalternizados, em especial de mulheres feministas, pessoas racializadas e LGBTQIA+. Some-se a isso a emergência dos movimentos ambientalistas/ecológicos, sobretudo a parcela crítica à injustiça ambiental de caráter racista e classista (ACSELRAD, 2002), também implicou em importantes mudanças nas sociedades devido à reivindicação de práticas sociais e políticas públicas em defesa do meio ambiente, o que resultou posteriormente no estabelecimento do paradigma da modernização ecológica ou desenvolvimento sustentável nas economias capitalistas e nos organismos internacionais. Os desenvolvimentos associados aos novos movimentos sociais resultaram no estabelecimento de novas identidades coletivas não contempladas de forma plenamente satisfatória pelos movimentos sociais anteriores baseados em categorias como classe e nacionalidade, lançando as bases da “Nova Esquerda”.

Segundo Ronald Inglehart (1993), o fortalecimento de valores progressistas de autoexpressão e pluralidade associados às reivindicações desses novos movimentos sociais seria decorrente da melhoria das condições materiais de vida das populações dos países ricos do Atlântico Norte, de modo que valores materialistas passaram a se tornar progressivamente menos relevantes que valores pós-materialistas para gerações nascidas no período pós-Guerras, notadamente por conta do estabelecimento dos Estados de Bem-Estar Social. Essa mudança na estrutura cultural-valorativa estaria associada com a emergência de divisões sociais não somente entre as gerações, mas também entre setores das elites, abrindo

espaço para o que posteriormente veio a ser denominado de “guerras culturais” (HUNTER, 1991; 2022 [2006]).

O conceito de “guerras culturais” foi primeiramente desenvolvido pelo sociólogo da religião estadunidense James Davidson Hunter (1991) no contexto de emergência de linhas divisórias de cunho moral na população dos Estados Unidos a partir dos anos 1960, mas tendo se aprofundado, principalmente, da década de 1980 em diante. Desde então, alguns dos principais temas em disputa política seriam o aborto, os direitos de pessoas homossexuais e as discussões feministas e de gênero nas escolas. Nessa conjuntura, antigas clivagens religiosas passaram a perder sua relevância, tendo em vista a consolidação de distinções entre concepções morais conservadoras (tradicionalistas ou ortodoxas) e progressistas (liberais, seculares e relativistas) (HUNTER, 2022 [2006]). Isso levou à formação de novas identidades religiosas baseadas na distinção entre setores religiosos conservadores e progressistas, de modo que grupos mais tradicionalistas/ortodoxos de diferentes religiões se tornaram mais parecidos em seus alinhamentos políticos do que suas contrapartes mais progressistas (HUNTER, 2022 [2006], p. 31). Assim, estabeleceu-se um “‘novo’ eixo de tensão e conflito de natureza fundamentalmente cultural”, distinto do consolidado eixo dos conflitos da economia política (HUNTER, 2022, p. 31).

Em suma, na raiz desse conflito estão entendimentos conflitantes do bem e de como o bem é fundamentado e legitimado. Esses entendimentos se refletem em visões morais concorrentes da vida coletiva e no discurso que sustenta essas visões. Por sua vez, eles se manifestam em instituições concorrentes (suas elites e seus interesses) que geram essa produção cultural. Tudo isso se desenrola dialeticamente. (...)

A polaridade deste eixo [cultural] parece explicar melhor a variação de posições em uma ampla gama de disputas domésticas populares. Por sua vez, é por meio das polaridades dessas controvérsias que uma luta de longo alcance pela identidade nacional é travada (HUNTER, 2022, p. 31).

Assim, a cultura na perspectiva de Hunter vai além da psicologia coletiva das antigas pesquisas de opinião pública, pois a compreende “como sistemas de símbolos e outros artefatos culturais, instituições que produzem e promulgam esses símbolos, discursos que articulam e legitimam interesses particulares e campos concorrentes nos quais a cultura é contestada” (HUNTER, 2022, p. 38). Desse modo, mesmo que opiniões extremas no espectro cultural-valorativo possam ser minoritárias a princípio, sua apropriação por instituições e elites favorece a disseminação de ideias, símbolos e discursos para públicos mais amplos com pessoas que tendem mais para um lado do que outro (HUNTER, 2022). A questão

das elites é fundamental nesse aspecto, já que seu poder material e simbólico, sobretudo daquelas inseridas na produção cultural, conforma sua posição privilegiada de fornecimento de narrativas que legitimam ou deslegitimam outros atores, eventos públicos e símbolos associados (HUNTER, 2022, p. 49). Diante disso, as guerras culturais envolvem a influência das elites na produção cultural de instituições específicas, uma base ativista aguerrida e uma parcela da população mais moderada e menos motivada que pende mais para um dos lados em disputa (HUNTER, 2022, p. 49).

Destarte, a hipótese das guerras culturais proposta por Hunter foi importante por evidenciar o emergente delineamento de conflitos relativos a temas morais que, no caso dos Estados Unidos do século XXI, se consolidaram numa polarização política em torno de identidades coletivas antagônicas entre os progressistas Democratas e os conservadores/reacionários Republicanos. Outros países, inclusive o Brasil, enfrentam polarizações semelhantes, apesar de constituídas de outras maneiras. Como discutido no capítulo anterior, o uso político das novas tecnologias de informação e comunicação é um elemento essencial na consolidação da polarização política.

Diferentemente do contexto dos países do Norte Global analisado por Inglehart, a realidade altamente desigual dos países da América Latina foi marcada por experiências com ditaduras militares no decorrer do século XX que resultaram mais em concentração de riquezas e violência estatal do que em progresso material para as classes populares. Entretanto, seja pela influência cultural exercida pelos países ocidentais, seja pelas dinâmicas próprias de cada conjuntura nacional, novos movimentos sociais também emergiram a partir de meados do último século como importantes sujeitos políticos coletivos no cenário latino-americano de lutas articuladas por cidadania, justiça e democratização. No caso do Brasil, a luta contra a Ditadura Civil-Militar contou com a articulação dos tradicionais movimentos da classe trabalhadora com movimentos feministas, antirracistas (em especial o Movimento Negro Unificado), indigenistas, camponeses e LGBTQIA+ em torno de uma “cadeia de equivalências” (LACLAU; MOUFFE, 2015 [1985]) pró-democratização (GOHN, 2013). No processo constituinte que resultou na Constituição Federal de 1988, a mobilização desses sujeitos coletivos contribuiu para o reconhecimento de princípios e direitos caros a suas lutas no texto constitucional, como a valorização da diversidade cultural, a igualdade em direitos e

deveres entre homens e mulheres, a rejeição a qualquer forma de discriminação, o objetivo de erradicação da pobreza e das desigualdades, a defesa do meio ambiente, o respeito à autonomia dos povos indígenas, entre outros (BRASIL, 1988).

Assim, em diferentes graus e temporalidades em diversas partes do mundo, parte das pautas dessas lutas passaram a ser gradualmente incorporadas nos âmbitos cultural-midiático e empresarial, bem como em novos direitos e políticas públicas específicas por parte do Estado, também associados à ascensão de sujeitos desses grupos a postos de trabalho mais qualificados ou até posições de poder, principalmente após a criação de políticas afirmativas. As discussões levantadas pelas lutas por reconhecimento e justiça dos novos movimentos sociais e dos movimentos anticoloniais também foram paulatinamente se consolidando no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Por conseguinte, decorreu-se o estabelecimento de tratados e agências internacionais voltados à reivindicação de direitos específicos para mulheres, minorias raciais, étnicas e sexuais e o meio ambiente como direitos humanos. No século XXI, esses valores se cristalizaram, primeiramente, na agenda dos Objetivos do Milênio e, anos mais tarde, na Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O processo de consolidação dessa governança global calcada em princípios multiculturais de direitos humanos e de sustentabilidade ambiental se deu simultaneamente ao movimento gradativo de globalização econômica. Impulsionada pelo declínio do socialismo soviético a partir de 1989, a globalização se fundamentou na expansão mundial do neoliberalismo efetivamente inaugurado na ditadura de Augusto Pinochet no Chile, em 1973, e seguidamente solidificado pelos governos de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, na década de 1980. Consolidado no Consenso de Washington, em 1989, pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), o programa político-econômico neoliberal passou a ser adotado por outros países em desenvolvimento, sobretudo da América Latina, a partir dos anos 1990 (HARVEY, 2005).

Assim, políticas de privatizações, redução de gastos públicos, disciplina fiscal, desregulação, liberalização comercial e outras reformas nesse sentido se efetivaram, em diferentes graus e períodos, ao redor do mundo. Em termos distributivos, essas políticas resultaram, para as classes ricas, em mais concentração de riquezas e, para as classes populares, precarização de condições

materiais de existência, devido à desregulação de legislações trabalhistas, de seguridade social e proteção ambiental e à redução do orçamento do Estado para a manutenção de serviços públicos essenciais e a erradicação da pobreza (HARVEY, 2005; FRASER, 2018). Além disso, desenrolou-se um processo de desindustrialização das economias, que passaram a ser majoritariamente voltadas ao setor de serviços, em decorrência da transferência de boa parte das indústrias para países do Sul Global com mão de obra mais barata. Isso contribuiu para o incremento do desemprego nas nações que tiveram parte significativa de seu setor industrial transferido (HARVEY, 2005; FRASER, 2018). No caso de países mais industrializados da Europa e dos Estados Unidos, esse movimento desindustrializante é apontado por parte da literatura acerca da ascensão dos movimentos populistas de direita radical como um elemento importante que explicaria o ressentimento com a globalização da parcela da população anteriormente empregada em indústrias, ou seja, os “deixados para trás” (MÜLLER, 2016; FRASER, 2018; MANOW, 2021).

De qualquer forma, Nancy Fraser (2018) analisa a conformação de um bloco histórico “neoliberal progressista” na década de 1990 nos países ocidentais, sobretudo nos Estados Unidos, a partir da presidência do Democrata Bill Clinton. Em sua análise, o neoliberalismo progressista se constituiu num bloco hegemônico que reuniu uma agenda distributiva neoliberal (expropriativa e plutocrática) e uma agenda de reconhecimento (isto é, cultural-valorativa) progressista, porém liberal-meritocrática (FRASER, 2018, p. 46). Ou seja, ao mesmo tempo que as políticas de financeirização e redução do Estado, desindustrialização, globalização econômica e precarização trabalhista se aprofundavam, valores progressistas e cosmopolitas associados aos novos movimentos sociais e à indústria cultural se estabeleciam nas dinâmicas políticas, assim como algumas mulheres e indivíduos de minorias étnico-raciais e sexuais ascendiam para posições de poder numa perspectiva meritocrática (FRASER, 2018, p. 47). Embora, por um lado, esse processo de maior reconhecimento seja importante para a inclusão democrática dos grupos subalternizados, por outro, setores críticos dos movimentos citados apontam-no como insuficiente por conta da manutenção das estruturas de hierarquia social fundamentadas nas divisões de classe, gênero, raça e sexualidade (FRASER, 2018; LUDWIG, 2019). Em todo o caso, o relativo progresso decorrente do fortalecimento das identidades coletivas dos novos movimentos sociais nos campos cultural,

econômico e político também implicou o fomento de afetos negativos, como ansiedade e ressentimento, em parcelas mais privilegiadas da população que se sentiram ameaçadas de alguma forma por essas mudanças geracionais, especialmente homens e pessoas brancas, cisgênero e heterossexuais com visão de mundo mais conservadora (FRASER, 2018; HOCHSCHILD, 2016).

Outro fenômeno associado à globalização percebido como aspecto relevante no que tange ao recrudescimento da direita radical na América do Norte e na Europa é o crescente fluxo migratório, particularmente de pessoas do Sul Global (MÜLLER, 2016; MANOW, 2021; FRASER, 2018). Embora a migração internacional não seja uma ocorrência recente, a questão se tornou um dos principais pontos de constituição de identidade coletiva dos movimentos e partidos da direita radical e extrema-direita atualmente em razão da acelerada amplificação do número de imigrantes e refugiados relacionada às dinâmicas da globalização. Alguns exemplos dessas dinâmicas são a facilitação da movimentação de indivíduos entre países, acordos e tratados internacionais relativos à migração e ao refúgio e mudanças na divisão social do trabalho (FREDERICI, 2019). Neste último ponto, além da tendência de maior presença de imigrantes e refugiados em postos de trabalho precarizados, destaca-se a “terceirização” do trabalho reprodutivo para imigrantes racializadas, contratadas a baixa remuneração, tendo em vista a ascensão nos últimos anos de mais mulheres brancas de países do Norte Global a empregos mais qualificados e que demandam mais tempo de dedicação (FREDERICI, 2019). Em todo o caso, seja em busca de melhores condições de vida, seja em fuga de conflitos, perseguição política ou desastres ambientais, um fluxo cada vez maior de pessoas do Sul Global tem se estabelecido nos países capitalistas centrais, o que tem sido acompanhado pela intensificação de sentimentos e atitudes anti-imigrantes e nacionalistas, ou melhor, nativistas. No caso da Europa, essa postura se intensificou com a crise migratória a partir de 2015¹⁰.

Diante das transformações discutidas, multiplicaram-se nas últimas décadas protestos e movimentos populistas nos países do Atlântico Norte, tanto de direita quanto de esquerda (CASSIMIRO, 2021; FRASER, 2018; MANOW, 2021; MÜLLER, 2016). Ainda que o populismo não seja um fenômeno político recente, sendo,

10 A crise migratória ou de refugiados da Europa se refere à situação crítica com auge em 2015 e marcada pelo aumento brusco do número de pessoas tentando imigrar para ou se refugiar no continente, principalmente partindo de países da África, do Oriente Médio e outras partes da Ásia em direção ao ocidente europeu.

inclusive, recorrente na história contemporânea da América Latina, a proliferação de movimentos e partidos populistas na Europa e nos Estados Unidos no século XXI proporcionou uma nova onda de variadas reflexões sobre o tema. No subcontinente latino-americano, os casos da ascensão à presidência de políticos como Evo Morales na Bolívia, Hugo Chávez e Nicolás Maduro na Venezuela, Jair Bolsonaro no Brasil e Andrés Manuel López Obrador no México também reacenderam o interesse acadêmico sobre o fenômeno na região.

2.2. DEFININDO O POPULISMO

Revisando a literatura sobre definições de populismo, Paulo Henrique Cassimiro (2021, p. 2) afirma que, apesar da diversidade de explicações a seu respeito, “os usos do conceito de populismo remetem à necessidade de expressar alguma disfunção na ‘prática’ da democracia”. Segundo o autor, o conceito de populismo tem sido abordado como ideologia, estilo político, ontologia política, estratégia agonista ou representação (CASSIMIRO, 2021). O ponto comum entre as diferentes abordagens nos textos analisados é justamente a associação do populismo com tensões com a democracia liberal (CASSIMIRO, 2021, p. 45-46). Não obstante essa diversidade conceitual com suas ambiguidades e insuficiências analíticas, Cassimiro (2021, p. 45) argumenta que as análises acerca do fenômeno são relevantes para compreender as críticas e crises das democracias.

Não cabe aqui apresentar um debate aprofundado acerca do conceito, portanto nos deteremos em aspectos que demonstram mais relevância para nossa discussão. Segundo o entendimento de Ernesto Laclau (2005), o populismo cinde a totalidade social a partir da prática hegemônica de estabelecimento de identidades antagônicas nos significantes vazios “povo” e “elites”. De acordo com a teoria da hegemonia de Laclau, a constituição de identidades coletivas sempre perpassa por um processo de articulação hegemônica de universalização de particularidades a partir da formação de cadeias de equivalência entre diferentes demandas, tendo em vista que não é possível “enclausurar” a heterogeneidade social em representações unívocas a respeito do “povo”, da “vontade popular” e das “elites” (LACLAU; MOUFFE, 2015; LACLAU, 2005). Nessa perspectiva, pode-se dizer que duas características definidoras do populismo são antielitismo e antipluralismo (MÜLLER, 2016). Todavia, para Laclau (2005), a ação populista de invocar a representação

autêntica do povo através da identidade constituída em torno do antagonismo às elites e da agregação de múltiplas demandas insatisfeitas pelo sistema político, ou pelo menos percebidas como tal, é um aspecto constitutivo das disputas políticas contemporâneas, o que permite a existência de populismos tanto de direita quanto de esquerda (LACLAU, 2005, p. 87). Nesse sentido, para o autor argentino, o populismo constitui ontologicamente o político (CASSIMIRO, 2021, p. 17-24).

Entretanto, a concepção ontológica de Laclau é problemática porque cai numa circularidade lógica ao igualar as formas de mediação institucional características das democracias modernas a uma “totalidade diferencial” associada às elites, de modo que o populismo teria inevitavelmente como fim o estabelecimento de alternativas “mais democráticas” no que tange às estruturas de poder (CASSIMIRO, 2021, p. 24-25). Dessa forma, enquanto Laclau concebe possibilidades emancipatórias através de versões de esquerda do populismo, Jan-Werner Müller (2016) e Cassimiro (2021) argumentam que o caráter antipluralista do fenômeno se constitui, na verdade, como potencial ameaça à democracia, sobretudo em sua versão liberal. Para Müller (2016, p. 8), o populismo é uma forma de política identitária fundamentada num conjunto de reivindicações de lógica antielitista e antipluralista que concebe o “povo” como uma unidade com substância particular e moralmente superior a quem lhe é externo, em especial as “elites corruptas”, mas também outros grupos tidos como inferiores, como minorias étnicas. Desse modo, “o populismo não é nem uma parte autêntica da política democrática moderna, nem um tipo de patologia causada por cidadãos irracionais. Ele é a sombra permanente da política representativa”, pois ela possibilita a prática de atores se apresentarem como representantes legítimos do “povo” para se contrapor às elites poderosas (MÜLLER, 2016, p. 70, tradução nossa).

Assim, para Müller, o fenômeno populista não pode ser um corretivo da democracia, pois sua lógica de fazer política é exclusória e antiinstitucionalista, tendo em vista que, quando estão no poder, os populistas buscam suprimir a sociedade civil crítica e transformar as instituições – e em alguns casos até as constituições nacionais – para que lhe sejam favoráveis (MÜLLER, 2016, p. 70-71). Isso não significa que todas as demandas de parcelas da população vocalizadas pelas lideranças populistas devam ser ignoradas, mas que elas deveriam ser incorporadas pelo sistema político através de uma lógica distinta da lógica populista, marcadamente antipluralista (MÜLLER, 2016, p. 71). Nesse aspecto, o populismo

pode ser útil para dar visibilidade para as parcelas da população que não se sentem efetivamente representadas pelos atores inseridos no sistema político (MÜLLER, 2016, p. 71).

Outro aspecto importante do populismo para nossa discussão apontado por Müller (2016) é a prática das lideranças populistas de rejeitarem a mediação de outros atores ao apelar para uma comunicação supostamente direta com o “povo”. Nesse ponto, os populistas frequentemente contestam a mídia, a ciência e os poderes Legislativo e Judiciário na medida em que sua mediação comunicativa introduz informações e discursos que questionam ou criticam sua autoridade (MÜLLER, 2016). Os líderes populistas buscam se apresentar como únicos representantes legítimos do povo e, portanto, com acesso privilegiado à “vontade popular”, de modo que a mediação de atores dessas instituições, com sua linguagem “técnica” e “politicamente correta”, é enquadrada como expressão do caráter antidemocrático das elites (MÜLLER, 2016, p. 70).

Essa estratégia se soma à prática de se apoiar em teorias conspiratórias para reforçar a narrativa de que a liderança populista é perseguida pelas elites inimigas do povo (MÜLLER, 2016). Segundo o cientista político Joseph Uscinski (2020, p. 2), teorias da conspiração são recorrentes na história da política, pois propiciam relatos alternativos sobre supostas conspirações contra o bem comum lideradas por pessoas poderosas ou autoridades epistemológicas – como a mídia, a academia, agências governamentais ou cientistas – acusadas de serem corruptas ou inconfiáveis. De acordo com Uscinski (2020), as teorias da conspiração podem ser confirmadas ou não por autoridades epistemológicas competentes para avaliá-las em cada caso, porém isso não necessariamente altera a confiança das pessoas nelas. Independentemente de apresentarem sólidas evidências ou não, lideranças populistas frequentemente promovem discursos baseados em teorias da conspiração para justificar suas falhas e/ou se representar como heróis antissistema (MÜLLER, 2016; LYNCH; CASSIMIRO, 2021). Diante disso, populistas, sobretudo de direita, usualmente apelam para o senso comum, bem como instrumentalizam “bodes expiatórios” para reforçar a confiança de sua base eleitoral em suas lideranças e descreditar fontes críticas e adversários (WODAK, 2015; FISCHER, 2019; WAISBORD, 2018; EDIS, 2020).

Diante desses pontos, consideramos mais adequada a concepção de Christian Lynch e Paulo Cassimiro (2021, p. 224, grifos originais) de populismo como

“um estilo de fazer política típico de ambientes democráticos ou de massa, praticados por uma liderança carismática”. Os discursos populistas têm como cerne o argumento de que a política deveria ser voltada para representar o “povo” contra o “antipovo”, geralmente as elites dominantes. Com isso, os autores seguem:

Esse modelo populista de representação recorre a discursos baseados preferencialmente na linguagem dos afetos ou nas paixões, apelando a um “povo” concebido como um singular coletivo, ou seja, um ente, não fictício e formado por indivíduos diferentes, mas como uma entidade homogênea dotada de vontade própria (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 225).

Assim, a política populista se direciona no sentido de diminuição do pluralismo característico da democracia liberal, pois pode atuar pela redução da autonomia da oposição e dos contrapesos institucionais, já que aposta na liderança carismática como intérprete privilegiado e representante legítimo da vontade do “povo” (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 225). Seguindo essa caracterização, o populismo se diferencia em termos ideológicos (esquerda/direita) e de intensidade e métodos de ação (moderado/radical).

Quanto a esse último ponto, um populismo moderado “não confronta a democracia e pode mesmo fortalecê-la”, sobretudo em processos de democratização, pois pode introduzir rupturas em padrões oligárquicos e favorecer a participação popular com o apelo aos afetos para mobilizações políticas (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 225). Pelo contrário, o populismo radical ameaça o Estado de direito a partir das ações desafiadoras da liderança populista, que, ao estressar constantemente as instituições com discursos e propostas polêmicas, apresenta-se como herói antissistema que trará redenção para o “povo” puro, injustiçado pelo sistema explorador ou corrompido (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 226). Nessa perspectiva, o líder populista é como um parasita do sistema democrático, pois necessita dessa relação conflituosa com ele para continuar no poder.

Por isso, o populismo radical está menos preocupado em governar o país forjando consensos em torno de projetos institucionais do que em explorar, por via da polarização, o mal-estar gerado por aqueles problemas, criando deliberadamente conflitos para jogar uma parte do país (“o povo”) contra a outra (o “antipovo”). O “antipovo” é composto por todos aqueles não identificados com uma ideia de povo bem definida do ponto de vista histórico, territorial ou cultural. Ações ordinárias ou divergências naturais em um ambiente democrático são transformadas em ameaças à soberania do povo (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 226).

Dito isso, cabe descrever as distinções entre populismos de esquerda e de direita. Tendo como influência a matriz ideológica socialista-comunista, o populismo de esquerda se orienta pelo “pelo imperativo de redução das desigualdades pelo recurso à revolução”, significando o “povo” “como o conjunto de

trabalhadores explorados por uma minoria de capitalistas, que dirigiram o Estado conforme seus exclusivos interesses” e, em alguns casos, outros grupos subalternizados que combatem “a hegemonia dos costumes impostos por concepções de poder social etnocêntricas baseadas no patriarcado, na heteronormatividade ou na branquitude” (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 225). Por outro lado, o populismo de direita apresenta, em geral, influências ideológicas tradicionalistas (TEITELBAUM, 2020), etnonacionalistas ou nativistas (MUDDE, 2007) e em alguns casos nazifascistas (FORCHTNER, 2020). Nesse sentido, segundo Lynch e Cassimiro (2021, p. 225):

O populismo é de direita, por sua vez, quando, orientado pelo imperativo de preservação da ordem pelo recurso à autoridade, descreve o “povo” como um conjunto de empresários e famílias ameaçados em sua moral tradicional por uma minoria de subversivos que atacam a propriedade privada e atentam contra os bons costumes. Também no Brasil, foram expressivos desse tipo de liderança políticos como Jânio Quadros, Carlos Lacerda e Fernando Collor. Nos últimos tempos, como reação à nova esquerda, a nova direita tem salientado em especial o combate à pauta identitária, defendendo a ordem cultural tradicional, valorizando principalmente os atributos de masculinidade ou virilidade no âmbito familiar.

No caso da Europa, Philip Manow (2021) traça distinções entre os populismos de esquerda e de direita a partir da relação entre a estrutura econômico-política de cada país e o processo denominado de “hiperglobalização”, isto é, a “acelerada integração econômica, cultural e política que se deu internacionalmente a partir dos anos 1990” (MANOW, 2021, p. 2, nossa tradução). Nessa perspectiva, sua teoria do populismo argumenta que ele seria “uma reação aos conflitos distributivos resultantes do que tem sido denominado de ‘desconsolidação do Estado-nação’” (MANOW, 2021, p. 2). Como os países europeus possuem distintas orientações econômicas e estruturas de bem-estar social, considera-se suas especificidades para compreender os protestos populistas, porque os choques decorrentes da globalização impactam de diferentes maneiras as populações de cada país (MANOW, 2021, p. 3). Essa abordagem considera não somente as mudanças político-econômicas, mas também as transformações ideológicas que ajudam a compreender a emergência ou a transição entre populismos de direita e esquerda em cada conjuntura nacional (MANOW, 2021, p. 9).

Assim, o autor argumenta que, quando há choques oriundos da hiperglobalização no movimento transfronteiriço de bens e capital, ou seja, no comércio internacional e nos fluxos financeiros, populismos de esquerda tendem a emergir, como ocorreu no sul da Europa com a crise financeira de 2008-09 e a

consequente crise da zona do Euro em 2009-10 (MANOW, 2021, p. 2). Por outro lado, a emergência de protestos populistas de direita estaria associada a choques da hiperglobalização no movimento transfronteiriço de pessoas, ou melhor, choques migratórios, como a crise de refugiados de 2015-16 (MANOW, 2021, p. 2). A natureza da imigração (se ela é laboral ou forçada) também implica diferentes impactos, tendo em vista a responsividade das políticas de proteção laboral e de bem-estar social de cada país frente à mudança demográfica (MANOW, 2021, p. 9). Desse modo, o autor conclui traçando uma tipologia de quatro formas de populismo na Europa contemporânea de acordo com a estruturação das economias políticas de cada país.

Na análise de Manow (2021, p. 6-7, 10-11), as economias políticas nortenhas, que incluem tanto os países da Escandinávia quanto a Alemanha, são fundamentadas, em linhas gerais, em abertura econômica favorável ao seu modelo de crescimento baseado em exportações e um amplo sistema de bem-estar social de caráter universalista com políticas de renda mínima, que também inclui “outsiders”. Diante disso, a Europa Setentrional teria experimentado, principalmente, a emergência de protestos populistas de direita do tipo “insider” (“*right-wing ‘insider’ protest*”) em virtude do aumento expressivo da imigração forçada para esses países, em especial na crise de refugiados de 2015-16, o que teria gerado pressões na área de proteção social e atitudes conhecidas como “chauvinismo social” (MANOW, 2021, p. 10-11).

Por outro lado, as economias políticas liberais/ocidentais, em que se destaca o Reino Unido e Irlanda, possuem mercados de trabalho liberalizados e boa parte dos empregos em setores de baixa produtividade, o que favorece a imigração laboral (MANOW, 2021, p. 13). Diante disso, a percepção de aumento da competição por postos menos qualificados gera tensões entre os “outsiders” do mercado de trabalho ou pessoas com medo de cair nessa categoria (MANOW, 2021, p. 8). Desse modo, o protesto populista de direita do tipo “outsider” (“*right-wing ‘outsider’ protest*”) se distingue do outro tipo de direita por que enquanto aquele tem raízes na competição salarial em contextos econômicos mais liberalizados, este remete à competição no sistema de bem-estar social (“*welfare competition*”) no contexto das economias nortenhas (MANOW, 2021, p. 11).

Em contrapartida, as economias políticas sulistas da Grécia, Itália e Espanha teriam vivenciado a emergência de protestos populistas de esquerda (“*left-wing*

protest”) devido à sua maior vulnerabilidade aos choques nos fluxos de bens e capital (MANOW, 2021, p. 7, 13). Isso porque tais países teriam suas economias orientadas à demanda doméstica, com dependência de endividamento público e/ou privado e alta inflação salarial (MANOW, 2021, p. 9). Porém, em razão de sua forte proteção social exclusiva para os trabalhadores internos, a imigração não teria tanto impacto e equilibraria, de certa forma, o dualismo entre os setores formal e informal (MANOW, 2021, p. 10). Todavia, o autor aponta que o fortalecimento dos partidos populistas de direita Vox, na Espanha, e Lega Nord, na Itália, nos últimos anos refletiria uma onda de imigração secundária nesses países, já que a passagem de imigrantes e refugiados para os países do Norte se tornou mais difícil, o que implica novas pressões econômicas (MANOW, 2021, p. 10).

No caso dos países europeus centrais e orientais, Manow (2021, p. 8) argumenta que a transição de economias soviéticas para economias integradas, parcial ou totalmente, à União Europeia trouxe benefícios econômicos, mas também prejuízos para os setores agrícola e industrial e um fluxo emigratório maior que o imigratório. Contudo, por conta do legado do passado soviético, os partidos culturalmente conservadores são os que apresentam pensamento econômico mais à esquerda, enquanto os partidos culturalmente liberais (progressistas) dispõem de uma agenda econômica neoliberal (MANOW, 2021, p. 12). Dessa maneira, os protestos políticos que mobilizam os “perdedores” da transformação econômica, sobretudo na Polônia, na Hungria e na Romênia, estariam relacionados à busca por refúgio de choques econômicos, bem como ao ceticismo frente ao aprofundamento da integração europeia, sobretudo por causa de preocupações relativas à questão da soberania nacional (MANOW, 2021, p. 12).

A partir disso, Manow argumenta que, apesar das diferenças regionais nos protestos populistas, eles devem ser compreendidos como um problema mais amplo da União Europeia, tendo em vista a europeização das políticas comerciais e migratórias entre os países membros (MANOW, 2021). Apesar de apresentar insights importantes para compreender a ascensão dos populismos nos países europeus, argumentamos que a explicação de Manow é insuficiente no que tange às particularidades das dinâmicas cultural-valorativas nesses casos, especialmente no que tange aos populismos de direita. Aprofundaremos tais singularidades na próxima seção.

O caso da ascensão do populismo de direita nos Estados Unidos possui semelhanças e distinções com relação aos desenvolvimentos ocorridos na Europa. De acordo com Nancy Fraser (2018), a crise financeira de 2008/9 levou a uma crise global do paradigma neoliberal, por suas políticas distributivas que privilegiam a classe mais rica, vinculada à economia financeira globalizada, em detrimento das classes trabalhadora e média, o que resultou na queda do padrão de vida de indivíduos dessas classes e desencanto com o sistema político. Por consequência, essa crise hegemônica possibilitou a ascensão da retórica populista reacionária de Donald Trump, que associou os problemas sistêmicos à elite política do bloco neoliberal-progressista do Partido Democrata, transferindo a “responsabilidade” da crise às políticas de reconhecimento progressistas, especialmente os direitos de migrantes e refugiados, os movimentos antiopressão e ambientalistas (FRASER, 2018).

A campanha populista de Trump foi efetiva por canalizar os afetos de indignação com a precarização da vida decorrente da financeirização e globalização corporativa que muitos trabalhadores e trabalhadoras vinham enfrentando ao longo das últimas décadas a partir da lógica populista do “nós contra eles” (FRASER, 2018). Assim, com seus discursos reacionários que contavam com falas machistas, racistas, homofóbicas, transfóbicas e anti-imigrantes, o empresário outsider mobilizou uma significativa parcela da população que também não se sentia representada pelas políticas progressistas de reconhecimento dos governos Democratas: “evangélicos cristãos, brancos sulistas, americanos rurais e de cidades pequenas e estratos da classe trabalhadora branca descontentes”, sobretudo aqueles que perderam empregos por conta da desindustrialização, bem como “libertários, partidários do Tea Partiers, a Câmara de Comércio e os irmãos Koch, além de um punhado de banqueiros, falcões do setor imobiliário, magnatas do setor de energia, capitalistas de risco e especuladores de fundos especulativos” (FRASER, 2018, p. 49).

De fato, pesquisas como as de Arlie Hochschild (2016) e Benjamin Teitelbaum (2020) permitem compreender o estabelecimento desse bloco histórico constituído em torno de Trump. Em sua investigação no estado da Louisiana, Hochschild (2016) buscou compreender a visão de mundo de habitantes conservadores do sul dos Estados Unidos, cujos estados costumam votar majoritariamente no Partido Republicano, no contexto de aprofundamento da

polarização política com o ganho de visibilidade do Tea Party¹¹ e as eleições de 2016. Acompanhando e entrevistando cidadãos e cidadãos associados ao movimento, majoritariamente pessoas brancas de classe média, Hochschild (2016) evidencia que sua visão de mundo é caracterizada pela oposição a regulação estatal e impostos, pela forte convicção religiosa cristã e pela defesa de sua honra pessoal e familiar. Diante disso, a socióloga argumenta que essas pessoas se sentiam como “estranhas em sua própria terra”, não somente porque se sentiam menosprezados pela cultura progressista cosmopolita e secular associada ao Partido Democrata e às elites estadunidenses costeiras, mas também porque acreditavam que a promessa do “sonho americano” estaria sendo corrompida pelo governo de Barack Obama por suas políticas afirmativas e outros apoios federais que beneficiavam grupos subalternizados, em especial minorias raciais, imigrantes e mulheres. Em convergência a isso, a partir de suas entrevistas com Steve Bannon, Teitelbaum (2020) evidencia a estratégia eleitoral do “America First” pensada pelo ex-estrategista de Trump de mobilizar, principalmente, eleitores da “América rural branca” por representarem uma suposta essência tradicionalista e nacionalista do país em contraposição aos “valores degenerados” dos liberais democratas e cosmopolitas. Assim, o trumpismo também atraiu uma parcela mais extrema da população vinculada a grupos supremacistas brancos, o que raramente era rechaçado pelo então presidente e Bannon (TEITELBAUM, 2020).

Apesar da emergência de novos atores populistas nas sociedades do Sul Global não poder ser explicada completamente por teorias centradas nos contextos europeu e norte-americano, é certo que a influência exercida pelos países ocidentais centrais sobre as nações periféricas aponta para a possibilidade de “importação” de estratégias políticas (PINHEIRO-MACHADO; VARGAS-MAIA, 2023). Tendo esses elementos em mente, discutiremos com mais profundidade o populismo de direita e seu lado radical. Compreender suas características centrais e estratégias de comunicação em outros países é fundamental para entender o bolsonarismo com mais propriedade.

11 O Tea Party é um movimento criado em 2009 dentro do Partido Republicano a partir da mobilização da elite empresarial republicana e ativistas conservadores que se associaram nesse grupo após uma série de manifestações contrárias ao então recém-eleito presidente Barack Obama, com o auxílio da organização através das redes sociais e da cobertura favorável da Fox News. Tendo características populistas, libertárias-capitalistas, anti-imigrantes e racistas, seu público é composto em sua grande maioria por homens, brancos, mais velhos (acima dos 55 anos) e de classe média (WILLIAMSON; SCOKPOL; COGGIN, 2011).

2.3. FAR RIGHT: POPULISMO E RADICALISMO NO CAMPO DA DIREITA

De acordo com Bernhard Forchtner (2020, p. 3), o que tem sido denominado pela literatura internacional mais recente como direita radical, extrema-direita, “*far right*” e variações cobre um continuum de partidos e movimentos localizados à direita dos partidos conservadores “tradicionais”, perpassando atores simplesmente antiliberais até atores efetivamente antidemocráticos, ou seja, extremistas. Geralmente adjetivados como ultranacionalistas ou etnonacionalistas e autoritários, suas expressões mais extremas são usualmente qualificadas como neofascistas ou neonazistas (FORCHTNER, 2020, p. 3). Os populismos de direita se inserem no espectro da *far right*, para usar o termo mais amplo, manifestando-se de distintas maneiras e intensidades em sintonia com a herança cultural e ideológica dos países em que se formam (FORCHTNER, 2020, p. 3; WODAK, 2015). Essa diversidade de expressões também é percebida nas perspectivas dos movimentos e partidos da direita radical sobre o meio ambiente e as mudanças climáticas (FORCHTNER, 2020; LOCKWOOD, 2018), o que será abordado em mais detalhes no capítulo 3.

Nessa perspectiva, Ruth Wodak (2015, p. 23) argumenta que os partidos populistas de direita combinam diferentes imaginários políticos ao construir e evocar narrativas identitárias distintas relacionadas a seus passados nacionalistas com ênfases diversas em questões políticas relevantes para cada conjuntura. Assim, considerando o contexto dos países do Norte Global, a autora destaca que

alguns partidos ganham apoio ao exibir uma relação ambivalente com passados *fascistas* e *nazistas* (por exemplo, na Áustria, Hungria, Itália, Romênia e França); alguns partidos, em contraste, concentram-se principalmente numa *ameaça percebida do Islã* (por exemplo, nos Países Baixos, Dinamarca, Polônia, Suécia e Suíça); alguns partidos restringem sua propaganda a um *perigo percebido às suas identidades nacionais* por minorias étnicas e migrantes (por exemplo, na Hungria, Grécia, Itália e no Reino Unido); e alguns partidos endossam principalmente uma *agenda conservadora-reacionária cristã tradicional (fundamentalista)* (por exemplo, nos Estados Unidos) (WODAK, 2015, p. 23).

Apesar dessas distinções, é possível pensar em elementos comuns que unem os atores desse espectro político. Baseado na abordagem do populismo como ideologia “estreita” (“thin-centered ideology”), Cas Mudde (2021 [2010]; 2007) argumenta que o que caracteriza ideologicamente a direita radical populista é o nativismo e o autoritarismo. O nativismo é “uma ideologia que sustenta que os Estados devem ser habitados exclusivamente por membros do grupo nativo (‘a nação’) e que elementos não-nativos (pessoas e ideias) são fundamentalmente

ameaçadores para o estado-nação homogêneo” (MUDDE, 2007, p. 19 apud MUDDE, 2021, p. 9). Nesse sentido, o nativismo se alimenta facilmente do racismo e da xenofobia. Por sua vez, o autoritarismo remete à valorização da ordem e da autoridade numa perspectiva conservadora, o que inclui o dever de punir severamente casos de infrações à autoridade (MUDDE, 2007, p. 23 apud MUDDE, 2021, p. 10). Tendo o contexto europeu em vista, o cientista político sustenta que a agenda da direita radical populista costuma se focar na trindade “corrupção – imigração – segurança”, o que geralmente ressoa em atitudes compartilhadas por grandes parcelas populacionais (MUDDE, 2021, p. 18).

Nesse aspecto, o sucesso eleitoral dos partidos populistas de direita radical não pode ser explicado somente pelo aumento da demanda em momentos de crise, mas pela eficácia de sua estratégia de estabelecer a “posse da posição” sobre questões que envolvem um ou mais temas dessa trindade (MUDDE, 2021, p. 18). Pode-se citar como exemplo a campanha de Bolsonaro em 2018 por ter se apresentado como o candidato que era “contra tudo que está aí”, referindo-se principalmente ao que foi denominado como “velha política”, associada retoricamente a escândalos de corrupção e fracassos na gestão da segurança pública dos governos do PT e do PSDB, o que demonstrou ser uma estratégia efetiva para canalizar os votos do eleitorado de direita (NOBRE, 2020). Outro caso interessante que pode ilustrar esse argumento foi o aumento da popularidade de Viktor Orbán na Hungria após a adoção de uma postura nativista extrema no contexto da crise de refugiados de 2015-16¹², o que levou à “desidratação” do então crescente partido de extrema-direita Jobbik por ter perdido a posse da posição anti-imigrante e autoritária para o partido Fidesz do primeiro-ministro após essa guinada (TEITELBAUM, 2020, p. 57-58).

Analisando o bolsonarismo e movimentos semelhantes como o trumpismo, a conceituação de populismo radical de direita de Lynch e Cassimiro (2021, p. 226) demonstra ser a mais adequada:

Ele pretende resistir ao avanço da igualdade social em nome de um culturalismo supostamente representativo do “povo verdadeiro”, que justificaria a manutenção ou restauração de uma ordem caracterizada pela hierarquia no âmbito do trabalho e da vida privada. Essa ideia reacionária de “restauração da ordem” organiza o mundo entre bons nacionalistas

12 Nesse contexto, Viktor Orbán adotou uma retórica profundamente anti-imigrante, mandou construir um muro na fronteira com a Sérvia com forte patrulhamento militar e, posteriormente, fechou e fortificou a fronteira com a Croácia, além de ter enviado imigrantes que já se encontravam na Hungria para a Áustria (TEITELBAUM, 2020, p. 57-58).

conservadores (o “povo”) e maus cosmopolitas e progressistas (o “antipovo”), e prega uma cruzada apocalíptica da salvação de uma “civilização judaico cristã ocidental” entendida como coletividade de famílias organizadas em nações culturalmente definidas, mais ou menos independentes do Estado e amalgamadas pelo cristianismo.

Nesse aspecto, o populismo radical de direita pode ser apontado como reacionário, pois interpreta o presente como uma etapa decadente da história a partir de uma visão idealizada e seletiva de um passado nacional mais ordenado ou até glorioso, aproximando-se, assim, do fascismo. De acordo com Lynch e Cassimiro (2021, p. 227), a “decadência da civilização” apontada pelos intelectuais reacionários é vinculada hoje em dia, principalmente, ao que eles percebem como “comunismo cultural” ou “marxismo cultural” emergido a partir dos anos 1960 com a “nova esquerda” e seus valores progressistas, ideais mais inclusivos de cidadania e métodos de manifestação mais diretos. Por isso, a direita radical e a extrema-direita contemporâneas se percebem inseridas numa cruzada em defesa da “civilização ocidental”, de modo que “[o] ‘povo’ necessitaria ter o direito de portar armas e se organizar em milícias para proteger sua ‘liberdade’ contra essa ‘ditadura comunista’ imposta do alto” por um uma elite burocrática, cosmopolita e progressista percebida como homogênea numa suposta conspiração contra os povos (LYNCH; CASSIMIRO, p. 227).

A ideia de “decadência civilizacional” da *far right* bebe diretamente da fonte de uma corrente filosófica denominada “tradicionalismo”, ou “perennialismo”, como bem apresentado no livro *War for Eternity: Inside Bannon’s Far-Right Circle of Power Brokers*, de Benjamin Teitelbaum (2020). O livro apresenta os achados etnográficos do autor, que passou alguns anos entrevistando e acompanhando figuras centrais da direita radical tradicionalista, sobretudo Steve Bannon, Olavo de Carvalho e Aleksandr Dugin¹³. Teitelbaum (2020, p. 13-23) apresenta o Tradicionalismo como uma linha/escola de pensamento antimodernista, anti-Iluminista e antimaterialista, cujos autores centrais são René Guenon e Julius Evola, intelectuais que foram muito influentes para o fascismo italiano e o nazismo alemão. Num sentido amplo, o tradicionalismo pode ser entendido como modos de agir que se baseiam em tradições antigas, o que se insere na perspectiva do conservadorismo. No caso da escola Tradicionalista, acredita-se que há uma “Tradição” que fundamenta as principais religiões de origem indo-europeia e organiza as hierarquias da realidade

13 Aleksandr Dugin tem atuado como conselheiro e embaixador informal do governo do presidente russo Vladimir Putin, estabelecendo relações com países com potencial de contestação da hegemonia ocidental, em especial a Turquia, a Hungria e a China (TEITELBAUM, 2020, p. 39-49).

social a partir de valores espirituais, de modo que há quatro principais castas: sacerdotes, guerreiros, comerciantes e escravos. Cada uma das castas se rege por um conjunto de valores. Assim, as duas primeiras são tidas como as mais valorizadas, pois os sacerdotes se guiam por valores de transcendência espiritual e os guerreiros se orientam por princípios de honra. Alternativamente, as duas outras castas se guiam por valores materialistas, sendo os comerciantes orientados pelo dinheiro e os escravos pela mera satisfação de suas necessidades materiais (TEITELBAUM, 2020, p. 13-23).

Na visão Tradicionalista, existem ciclos históricos associados a cada uma das castas, porém este ciclo seria baseado na noção platônica de degeneração: da Era de ouro, segue-se a de prata, de bronze e, por fim, das trevas. Com isso, passa-se da Era dos sacerdotes em diante até chegar na Era dos escravos, fadada a um período de destruição que abrirá espaço para uma nova fase espiritualmente elevada. É importante destacar que tanto o liberalismo quanto o comunismo são profundamente rejeitados pelos Tradicionalistas por serem ideologias modernas e materialistas, sendo o liberalismo associado aos comerciantes e o comunismo aos escravos. Desse modo, o comunismo é tido como o ponto mais baixo da história espiritual humana (TEITELBAUM, 2020, p. 13-23).

Essas crenças aproximam os três principais atores conselheiros da *far right* contemporânea que chegou ao poder, Bannon, Carvalho e Dugin, assim como fundamentam em algum grau a visão de outros atores no campo, como Viktor Orbán (TEITELBAUM, 2020). Assim, a ojeriza desses atores à modernidade liberal, ao secularismo, ao comunismo, à globalização, ao multiculturalismo e ao feminismo fundamenta seu diagnóstico de decadência civilizatória e sua reação contra a institucionalização política desses elementos na governança democrática e transnacional contemporânea. Nesse sentido, Teitelbaum (2020) argumenta que a *far right* tradicionalista se voltou para uma ação “metapolítica”, ou seja, de transformação do político através de uma “guerra pela eternidade” do tradicionalismo contra o materialismo, que também pode ser entendida pela definição de “guerra cultural” de Hunter (1991). Por isso, setores como as artes, a educação, a ciência, as universidades e a cultura de massa se tornaram palcos importantes das disputas políticas promovidas pelos movimentos e partidos direitistas radicais e extremos. Destarte, as ideias antimodernistas, anti-iluministas e antimaterialistas reforçam uma postura de desconfiança ou até antipatia frente a instituições científicas e

universidades (TEITELBAUM, 2020). Nos populismos de direita, isso substancia o que Wodak (2015, p. 90) denominou de “arrogância da ignorância”, isto é, um “anti-intelectualismo”¹⁴, ou melhor um “anti-academicismo” ou “anticientificismo”, que rejeita explicações e soluções científico-acadêmicas em benefício de explicações e soluções simplistas do senso comum e/ou providas do líder carismático.

Contudo, ao passo que o tradicionalismo engloba diversas religiões indo-europeias numa perspectiva esotérica, as interpretações de seus adeptos nesse espectro político se distinguem em virtude de suas narrativas identitárias associadas às suas concepções nacionalistas. Isso se reflete na diversidade de diagnósticos geopolíticos dos três “power brokers” supracitados (TEITELBAUM, 2020). Por exemplo, Steve Bannon e Olavo de Carvalho convergiam na centralidade da defesa do “Ocidente”, associado à classe trabalhadora branca de cultura judaico-cristã conservadora, supostamente ameaçado pelas elites globalistas progressistas e pela ascensão da China ao patamar de potência mundial (TEITELBAUM, 2020, p. 200-201). Por outro lado, Aleksandr Dugin associa diretamente o “Ocidente” (leia-se os Estados Unidos e a União Europeia) à modernidade liberal e à globalização, enquadrando-o como ameaça à integridade cultural e espiritual das nações do “Oriente”, percebidas como elevadas espiritualmente por alegadamente terem preservado sua essência tradicionalista, o que justificaria o estabelecimento de uma aliança eurasiática em contraposição à decadência vinculada à hegemonia geopolítica ocidental (TEITELBAUM, 2020, p. 39-49). O eurasianismo tradicionalista de Dugin ressoa num movimento ideológico do nacionalismo húngaro conhecido como “turanismo”¹⁵, que concebe a etnia húngara a partir de suas raízes de nômades da Ásia Central, o que foi apropriado pelo partido Jobbik e, posteriormente, por Viktor Orbán para se contrapor à “ocidentalização” da Hungria (TEITELBAUM, 2020, p. 52-58).

De qualquer modo, nota-se como perspectivas tradicionalistas alimentam identidades etnonacionalistas, posturas nativistas e racistas (TEITELBAUM, 2020), podendo ser mobilizadas de forma radical pelos populismos de direita e movimentos

14 A autora utiliza o termo “anti-intelectualismo”, porém essa denominação é questionável quando consideramos a existência dos intelectuais orgânicos da direita radical e extrema. Por mais que questionem os conhecimentos acadêmicos e científicos, eles têm suas formulações intelectuais que servem como orientadoras da ação dos grupos direitistas.

15 O turanismo “é a crença, historicamente dúbia, mas não inteiramente desprovida de verdade, de que húngaros étnicos se originaram como nômades na Ásia Central e migraram para a Bacia Cárpata da Europa Central no passado distante” (TEITELBAUM, 2020, p. 52, tradução nossa). O movimento também engloba identidades étnicas de outros países da Europa e da Ásia.

mais extremistas através de uma visão revisionista da história e uma “política excludente” de delimitação de fronteiras, internas e externas, ao Estado-nação (WODAK, 2015, p. 44). Tal política excludente também pode ser constituída pela aversão de grupos tradicionalistas e fundamentalistas religiosos aos movimentos feministas e LGBTQIA+ (TEITELBAUM, 2020; MIGUEL, 2018). Por fim, o anticomunismo geralmente constitui elemento central do discurso excludente da direita radical populista acerca do “povo”, sendo recorrentemente acionado pela narrativa conspiratória do marxismo/comunismo cultural ameaçador da identidade nacional e seus valores patrióticos e tradicionais (TEITELBAUM, 2020; MIGUEL, 2018).

Embora seu enfoque seja na extrema-direita brasileira, Luís Felipe Miguel (2018) apresenta três vertentes principais que são percebidas nos populismos de direita radical em diversas partes do mundo, sobretudo no Brasil e nos Estados Unidos. Os três pilares fundamentais seriam o fundamentalismo religioso, o anticomunismo e o libertarianismo. Este, por sua vez, constitui uma ideologia

descendente da chamada “escola econômica austríaca” e influente em meios acadêmicos e ativistas dos Estados Unidos, prega o menor Estado possível e afirma que qualquer situação que nasça de mecanismos de mercado é justa por definição, por mais desigual que possa parecer. É rotulada de ultraliberal, mas sua relação com o liberalismo clássico é tensa. O libertarianismo começa e termina no dogma da santidade dos contratos “livremente” estabelecidos, reduz todos os direitos ao direito de propriedade e tem ojeriza por qualquer laço de solidariedade social (MIGUEL, 2018, p. 15-16).

Tendo isso em vista, é importante ressaltar a convergência entre neoliberalismo e autoritarismo nos populismos de direita radical. Como Wendy Brown (2019, p. 12) discute, desde seus primórdios no contexto da Sociedade Mont Pelèrin, como o pensamento neoliberal, sobretudo na formulação de Friedrich Hayek, se caracterizou como um “projeto de mercados e moral” (“*markets-and-morals project*”), haja vista sua concepção do mercado e da moralidade tradicional como fundamentos da liberdade, da ordem e do desenvolvimento espontâneo da civilização, o que se contrapõe ao poder político do Estado interventor e a ideias coletivistas. Nessa perspectiva, mesmo que seus primeiros teóricos rejeitassem regimes autoritários, a apropriação por grupos conservadores e reacionários das ideias neoliberais de rejeição da intervenção estatal na economia e na esfera privada, em especial na vida familiar, levou à conformação de atitudes antidemocráticas entre a parcela da população mais apegada à moralidade tradicional e suas hierarquias sociais inerentes, principalmente as classes média e

trabalhadora branca rural cristã, no caso analisado dos EUA (BROWN, 2019, p. 1-21). Com isso, o projeto de mercados e moral neoliberal reproduz e até aprofunda a estratificação social fundamentada na divisão racial e sexual do trabalho, além de repelir contestações às desigualdades, particularmente quando associado a discursos nacionalistas/patrióticos de apego a um passado idealizado (BROWN, 2019, p. 13-14).

Convergindo com essa análise, mas voltando sua atenção para o contexto da Alemanha, Gundula Ludwig (2019) argumenta que o neoliberalismo teria se desenvolvido em duas fases principais, sendo que a primeira, o “neoliberalismo libertário”, teria lançado as bases da ascensão da segunda fase, o “neoliberalismo autoritário”, que seria caracterizada pelos processos de desdemocratização dos países ocidentais e ascensão da política autoritária da *far right*. Nessa perspectiva, as políticas sexuais e de gênero do neoliberalismo libertário teriam contribuído para estabelecer sociedades sem solidariedade coletiva e sem políticas de bem-estar social, ou melhor, por restringirem esses elementos a partir de distinções nativistas de raça e nacionalidade. Através das promessas de liberdade individual, empoderamento e inclusão no capitalismo, os sujeitos envolvidos nos movimentos feminista e LGBTQIA+ normalizaram as desigualdades estruturais do capitalismo ao se apropriarem do discurso de responsabilização individual e meritocracia do neoliberalismo, ao mesmo tempo que parte de suas demandas foi apropriada pela hegemonia neoliberal. Alguns exemplos são a inclusão das mulheres no mercado de trabalho, a emergência de uma elite de mulheres empreendedoras, o casamento de pessoas do mesmo sexo e a aceitação de estilos de vida homonormativos (LUDWIG, 2019). Seguindo a análise de Lisa Duggan (2002), Ludwig (2019, p. 4) entende a política sexual no neoliberalismo como “homonormativa” devido à integração de pessoas em relações homoafetivas sob os mesmos princípios heteronormativos de privacidade, intimidade e família numa perspectiva despolitizada e privatizada da “cultura gay”, por sua vez ancorada no consumo e na domesticidade. Nesses termos, embora a homonormatividade tenha “normalizado”, de certa forma, alguns estilos de vida de gays e lésbicas, ela também tem constituído uma redução da pluralidade de visões e demandas alternativas que também advém da comunidade LGBTQIA+ (LUDWIG, 2019, p. 4-5).

Apesar de parecer uma pluralização da sociedade, a autora argumenta que as políticas sexual e de gênero têm sido mobilizadas como tecnologias de poder

para consolidar a hegemonia neoliberal pela apropriação de demandas populares. Segundo Ludwig (2019), isso acontece porque a precarização do trabalho e o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social que decorre da agenda do neoliberalismo prejudicam principalmente as mulheres, pois reificam a reprodução social como problema da família na esfera privada, o que reforça a estrutura familiar patriarcal. Além disso, a homonormatividade tem sido construída como um espelho da família nuclear heteronormativa, o que implica a reprodução das desigualdades entre os casais homoafetivos. Assim, como Wendy Brown, a autora entende o neoliberalismo como essencialmente anti-democrático por restringir o âmbito do político e reforçar hierarquias preexistentes (LUDWIG, 2019).

Por fim, focando-se na Alemanha, Ludwig (2019) argumenta que a passagem do neoliberalismo libertário para o neoliberalismo autoritário pode ser percebida evidentemente na questão da migração. Ao estabelecer consenso acerca de uma sociedade individualista e sem solidariedade coletiva, a hegemonia neoliberal consolidou também modelos de indivíduos que são aceitos pelo país, cujos limites se encontram nas distinções de nacionalidade e raça. Com as políticas neoliberais de sexo e gênero, as nações europeias fixaram mais uma distinção de superioridade de outras, pois passaram a considerar outros países não brancos, sobretudo islâmicos, como atrasados por sua misoginia e homofobia. Desconsiderando a persistência de misoginia e homofobia em seus próprios territórios, as sociedades europeias têm testemunhado ações discriminatórias de restrição da cidadania de indivíduos e comunidades não brancas em razão da não adequação aos modelos de gênero e sexualidade que se tornaram consensuais. Simultaneamente, testemunha-se a ascensão de partidos de direita radical e extrema-direita que têm se distanciado das promessas de liberdade individual e apresentado promessas de segurança. Isso porque, no caso alemão, prometem proteger as famílias de situações “não naturais”, como o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo (1); as crianças da “sexualização precoce” associada à educação sexual (2) e as mulheres alemãs (brancas e não islâmicas) das “ameaças externas” decorrentes da migração (3) (LUDWIG, 2019).

Diante disso, a autora reconhece que a fase do neoliberalismo libertário foi essencial para a desdemocratização das sociedades por conta do estreitamento do político com a redução da participação política e das políticas de bem-estar social, além do comprometimento dos laços de solidariedade coletiva. Esse processo se

deu pela construção do consenso, ou seja, pelo estabelecimento da hegemonia através de uma “revolução passiva”. Nesse sentido, as políticas sexuais e de gênero apropriadas pelo neoliberalismo foram importantes para reforçar o individualismo e as normas patriarcais e heteronormativas de vida numa perspectiva aparentemente inclusiva, mas que na verdade restringe as possibilidades de políticas radicais de transformação estrutural da sociedade (LUDWIG, 2019).

Não obstante, como bem colocado por Rosana Pinheiro-Machado e Tatiana Vargas-Maia (2023), o processo de ascensão ou ressurgimento da direita radical ou extrema-direita nos países do Sul Global a partir da década de 2010 não pode ser explicado como mero estudos de caso baseados em teorias surgidas para explicar contextos euro-americanos ocidentais. Enquanto as explicações para estes geralmente incluem recessões econômicas, crise no Estado de bem-estar social, problemas migratórios, empobrecimento e ressentimento das classes trabalhadoras, desdemocratização e revolta contra a democracia liberal, as experiências daqueles contemplam outras dimensões em razão das particularidades de cada desenvolvimento histórico, em que se destacam o passado autoritário e colonial e a posição periférica no capitalismo global (PINHEIRO-MACHADO; VARGAS-MAIA, 2023). Nos casos da ascensão ao poder de Narendra Modi na Índia em 2014, Rodrigo Duterte nas Filipinas em 2016 e Jair Bolsonaro no Brasil em 2018, esses países não vivenciavam um colapso num estado de bem-estar previamente consolidado, nem enfrentavam uma crise migratória significativa; eles estavam, na realidade, testemunhando a redução dos índices de pobreza e com exceção do Brasil pós-2014, mantendo altos níveis de crescimento econômico (PINHEIRO-MACHADO; VARGAS-MAIA, 2023). Quanto ao Brasil, destaca-se que, apesar da eleição de Bolsonaro ter ocorrido num cenário de recessão econômica, o ressurgimento da extrema-direita se deu concomitantemente a um pico no desenvolvimento econômico brasileiro, sobretudo através da Internet (ROCHA, 2018; PINHEIRO-MACHADO; VARGAS-MAIA, 2023).

Assim, para compreender efetivamente a novidade desses fenômenos, é necessário atentar para a persistência de autoritarismo, precariedade, conservadorismo e colonialidade nos países sulistas (PINHEIRO-MACHADO; VARGAS-MAIA, 2023). Com isso, deve-se considerar as especificidades das subjetividades políticas, as nuances dos nacionalismos e da xenofobia, o legado do passado ditatorial, o conservadorismo moral e religioso em contextos não seculares

e a resistência de grupos progressistas (PINHEIRO-MACHADO; VARGAS-MAIA, 2023). Esses pontos auxiliam, por exemplo, no entendimento do porquê os governos de extrema-direita de Modi, Duterte e Bolsonaro dispunham de “inimigos internos”, sobretudo minorias étnicas¹⁶, ao invés de “inimigos externos” como nos países do Norte Global (PINHEIRO-MACHADO; VARGAS-MAIA, 2023). Além disso, contribuem para a compreensão da aliança entre os populismos de direita e a agenda neoliberal, como no caso do Brasil, da Índia e das Filipinas (CESARINO, 2020; MASOOD; NISAR, 2020; RAMOS, 2021). Em todo o caso, não se deve descartar das análises a influência dos países centrais no que tange à exportação de ideologias extremistas para outras partes do mundo, especialmente quando elas se estabelecem no poder, já que proporcionam a abertura de oportunidades políticas para atores anteriormente marginalizados politicamente (PINHEIRO-MACHADO; VARGAS-MAIA, 2023).

2.3.1. A ascensão do bolsonarismo no Brasil

No contexto brasileiro, uma série de pesquisas da década passada demonstraram a multiplicação de grupos de direita radical e extrema-direita nas ruas e no ecossistema digital desde o início dos anos 2000 (ROCHA, 2018), mas sobretudo após 2015 (MESSEMBERG, 2017; GALLEGOS, 2018; PINHEIRO-MACHADO; FREIXO, 2018). Tais estudos apontam as ‘Jornadas de Junho’ de 2013¹⁷ como um marco que explicitou abertamente uma crise do *establishment* político-partidário no Brasil, então governado há quase uma década pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e um processo de reorganização das direitas. Apesar da

¹⁶ Como será discutido adiante, o bolsonarismo, enquanto expressão das direitas radicais e extremas no Brasil, se apresenta mais como antagonista dos movimentos progressistas emancipatórios associados à “nova esquerda”, incluindo os antirracistas, do que de minorias étnicas em si. Contudo, declarações racistas recorrentes por parte de atores bolsonaristas e seus apoiadores somadas a decisões políticas que se contrapunham às demandas por redistribuição, reconhecimento e justiça dos movimentos negros e indígenas organizados sugerem uma postura desfavorável a esses grupos, que se mantêm como minorias em termos de representação política, assim como as mulheres e pessoas LGBTQIA+. Este antagonismo era justificado pelo discurso da guerra cultural em defesa de valores resumidos no slogan “Deus, pátria e família”.

¹⁷ As Jornadas de Junho de 2013 se referem a uma série de manifestações de rua que ocorreram em centenas de cidades brasileiras a partir do mês de junho de 2013. Inicialmente organizadas pela juventude do Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento da tarifa do transporte público na cidade de São Paulo, as manifestações ganharam muitos adeptos em todo o Brasil após a divulgação de cenas de repressão policial nas redes sociais, o que levou à multiplicação de reivindicações por parte das/os manifestantes, incluindo desde críticas à corrupção e aos gastos com megaeventos esportivos (a Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016) até a legalização da maconha e do aborto (TATAGIBA, 2014).

diversidade de ideologias, pautas e atores envolvidos naquelas manifestações, pôde-se perceber uma série de críticas, tanto à direita quanto à esquerda, aos representantes da “política tradicional” como um todo, assim como à gestão petista em particular (PINHEIRO-MACHADO; FREIXO, 2018, p. 13). Embora a maior parte das presidências petistas não possa se enquadrar inteiramente na categoria de neoliberal-progressista por terem se apoiado num modelo “reformista fraco” (SINGER, 2012), neodesenvolvimentista (BOITO JÚNIOR, 2016) e neoextrativista (MILANEZ; SANTOS, 2013), seus governos se mantiveram atrelados parcialmente ao neoliberalismo hegemônico do sistema econômico internacional e às pautas progressistas de defesa das minorias e do meio ambiente na perspectiva do desenvolvimento sustentável liberal (BOITO JÚNIOR, 2016; BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020).

Entretanto, mais do que uma crise do modelo de governança petista, o ciclo de manifestações inaugurado em 2013 expressou o início da crise de hegemonia do arranjo da “República do Real” (1994-2016), como denominado por Marcos Nobre (NOBRE, 2020; NOBRE, 2013; PINHEIRO-MACHADO; FREIXO, 2018). Por sua vez, a República do Real representa a política do presidencialismo de coalizão centrada na disputa do PT e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) pela gestão presidencial apoiada no fisiologismo do “Centrão”, modo de fazer política característico do período da redemocratização e denominado de “pemedebismo” pelo autor (NOBRE, 2013), devido ao peso do PMDB nesse arranjo. Nesse sentido, os dois partidos estruturavam o governo provendo cargos, verbas públicas e emendas parlamentares para os partidos constitutivos do Centrão, mas alocando os cargos mais importantes para os quadros partidários próprios, enquanto se aproveitavam da capacidade dele de mobilização de votos para assegurar a maioria parlamentar (NOBRE, 2020).

Com a revelação de múltiplos escândalos de corrupção pela imprensa nas últimas décadas, sobretudo após a instauração da Operação Lava-Jato, tal arranjo demonstrou ser propício para a ocorrência de negociações ilícitas envolvendo atores políticos dos mais diversos partidos, o que fomentou afetos negativos contra os partidos e as instituições políticas na opinião pública e, conseqüentemente, manifestações contra a corrupção (ROCHA, 2018). Todavia, os protestos de junho de 2013 também demonstraram a insatisfação popular com o modelo de gestão petista, sobretudo seu “reformismo fraco” (SINGER, 2012), cuja lógica de

“conciliação de classes” privilegiava a redução das desigualdades sem a transformação da estrutura político-econômica (PINHEIRO-MACHADO; FREIXO, 2018). Além do problema da corrupção, essa postura conciliatória incomodava tanto a base social da esquerda radical, que demandava políticas mais incisivas de combate às desigualdades e criticava as alianças pemedebistas (FERNANDES, 2019), quanto setores mais conservadores e abastados da sociedade, que rejeitavam o aumento dos gastos do Estado e temiam as mudanças decorrentes das políticas sociais voltadas aos pobres e minorias (BOITO JÚNIOR, 2016). Diante disso, a popularidade do governo Dilma foi reduzindo, ao passo que o descontentamento popular explicitado naquele período foi sendo canalizado por atores da direita radical, em especial pelo slogan da luta anticorrupção associada à Lava-Jato (NOBRE, 2020).

A partir de então, a ocorrência de manifestações de rua de direita, geralmente convocadas através das redes sociais, foi se tornando cada vez mais comum na sociedade brasileira, com a agregação de atores com ideias e posicionamentos diversos numa união consolidada com a campanha pró-impeachment de Rousseff após as eleições de 2014 (MESSEMBERG, 2017; PINHEIRO-MACHADO; FREIXO, 2018). Contudo, como evidenciado por Camila Rocha (2018), a “nova direita” que se revelou nitidamente nesse contexto já vinha formando um “contra-público” em fóruns, blogs e comunidades digitais no auge do período lulista, especialmente após o escândalo do Mensalão em 2005. A autora destaca que Olavo de Carvalho foi um pioneiro nesse processo por ter criado um blog em 1998 e um site com outros autores em 2002¹⁸, nos quais eram divulgados textos com ideias críticas ao marxismo e a esquerda nacional (ROCHA, 2018, p. 120). Assim, conectados digitalmente, principalmente através da finada rede social *Orkut*, criada em 2004, indivíduos foram formando comunidades em que podiam discutir ideias conservadoras e “ultraliberais” (ou também “libertarianas”) sem se sentirem envergonhados pelo que percebiam como a “hegemonia cultural de esquerda”, associada tanto ao PT quanto ao PSDB (ROCHA, 2018, p. 113-135). Alguns membros dessas comunidades relacionados com integrantes de *think tanks* pró-mercado se mobilizaram para institucionalizar novas organizações de cunho ultraliberal, como o Instituto Millenium, o Instituto Mises Brasil, o Estudantes pela

18 O nome do blog era “*Sapientiam autem non vincit malitia*” (“A sabedoria não é vencida pela malícia” em latim) e o nome do site era “Mídia Sem Máscara” (ROCHA, 2018, p. 120).

Liberdade e outros (ROCHA, 2018, p. 136-154). Com o tempo, os integrantes desses novos institutos foram se articulando com setores neoliberais-conservadores das elites brasileiras, inclusive a midiática, e redes de *think tanks* pró-mercado internacionais, em que se destacam o *Cato Institute* e a *Atlas Network* (ROCHA, 2018, p. 154).

Após as Jornadas de 2013, grupos já constituídos em torno de comunidades digitais, como o Revoltados Online e o Movimento Brasil Livre (MBL), foram se consolidando e expandindo sua influência como importantes atores convocadores de manifestações com pautas ultraliberais-conservadoras e contra o governo Dilma pelo Facebook e o Twitter, assim como o Vem Pra Rua, surgido em 2014 com características semelhantes (ROCHA, 2018, p. 154-171). No ano da reeleição de Rousseff, os grupos dessa “nova direita” se unificaram em torno do antipetismo e em apoio pragmático à candidatura de Aécio Neves. Portanto, logo após sua derrota, o Revoltados Online e o MBL foram os primeiros a mobilizarem atos em prol do impeachment da então presidente ainda em 2014, atos que também agregaram manifestantes que defendiam ideias radicais como o retorno da ditadura militar, principalmente por parte de setores da classe média (ROCHA, 2018). A situação se tornou muito mais caótica no início do segundo mandato de Dilma em 2015 com o aprofundamento da recessão econômica, novas denúncias de escândalos de corrupção e a consequente crise de governabilidade, o que atraiu, não sem conflitos, mais atores para a campanha pró-impeachment, como o Vem Pra Rua, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e parlamentares de direita, como Eduardo Bolsonaro, José Serra e Aécio Neves. No cenário altamente polarizado que se consolidou desde então, manifestações convocadas por centrais sindicais, movimentos populares e partidos de esquerda em defesa do governo da presidente com slogan “pró-democracia e contra o golpe” também se tornaram frequentes em boa parte do Brasil, embora tenham recebido menos atenção midiática e mais enquadramentos negativos em comparação com os atos de direita (OLIVEIRA, 2016; SOUSA, 2019).

De qualquer maneira, a “direita que saiu do armário” em 2015 (MESSENBURG, 2017) vestida com as cores da bandeira do Brasil atuou no debate público fomentando enquadramentos radicalmente negativos contra atores e pautas progressistas e de esquerda, especialmente através de campos semânticos do antipetismo, conservadorismo moral (incluído o punitivismo legal) e princípios

neoliberais (MESSEMBERG, 2017; GALLEGO, 2018). No campo do antipetismo, além da reivindicação do *impeachment*, havia a associação do PT com a corrupção, a crise econômica e o “bolivarianismo” (MESSEMBERG, 2017, p. 633). No campo do conservadorismo moral, as principais ideias-força eram a família tradicional, o resgate da fé cristã, o patriotismo, o anticomunismo, a oposição às cotas raciais e o combate à criminalidade através de aumento do punitivismo (MESSEMBERG, 2017, p. 633). Já o campo do neoliberalismo estava constituído, principalmente, das ideias-força de um Estado mínimo, eficiência do mercado (privatização), livre iniciativa (empreendedorismo), meritocracia e corte de políticas sociais (MESSEMBERG, 2017, p. 633). Assim, estabeleceram-se no debate público afetos e discursos antissistêmicos em parte apoiados na “luta anticorrupção” lavajatista, com viés conservador, autoritário, antipetista e anticomunista.

A cobertura da grande mídia¹⁹, com seu viés marcadamente antipetista, também contribuiu para o fomento dessas ideias e afetos (AZEVEDO, 2018; SOUSA, 2019). Não somente os escândalos de corrupção envolvendo atores do PT eram mais reportados e criticados do que aqueles envolvendo outros partidos (FERES JÚNIOR; SASSARA, 2016), como também as manifestações contra o golpe eram enquadradas de forma negativa em comparação com as manifestações pró-impeachment (OLIVEIRA, 2016). Nesse caso, enquanto as últimas eram representadas como o “povo brasileiro” indo às ruas numa luta moral contra a corrupção sob a liderança heroica do então juiz Sérgio Moro, as primeiras eram retratadas como uma minoria de militantes de partidos de esquerda agressivos e exagerados nos seus gritos irracionais de “golpe” (OLIVEIRA, 2016; SOUSA, 2019; DIJK, 2017). Além disso, o intercâmbio constante entre a grande mídia e integrantes e apoiadores da Lava-Jato conformou uma “política de escândalos”²⁰ (CASTELLS, 2017), alimentada por vazamentos ilegais de autos da operação e outros procedimentos que tiveram sua validade jurídica questionada, o que contribuiu para

19 Nos estudos de jornalismo político no Brasil da década passada, a “grande mídia” era geralmente composta pelos jornais *Estadão*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, as revistas *Veja* e *IstoÉ* e o telejornal *Jornal Nacional* da Rede Globo, entre outros que contam com linhas editoriais semelhantes. Para uma revisão de literatura sobre o viés antipetista desses veículos e sua influência no processo de impeachment de Dilma Rousseff, cf. SOUSA (2019).

20 No contexto contemporâneo em que a política é moldada pelo poder das mídias de massa nas disputas simbólicas, a “política de escândalos” é tanto um elemento constitutivo dos veículos de comunicação, já que escândalos alavancam sua audiência, quanto pode ser instrumentalizada por atores interessados para prejudicar a reputação de seus adversários políticos. Contudo, uma consequência da política de escândalos promovida pela mídia é que ela contribui para a perda de confiança da opinião pública nas instituições políticas (CASTELLS, 2017).

reforçar afetos negativos contra todo o sistema político, mas sobretudo contra o PT e a esquerda (AZEVEDO, 2018; GOLDSTEIN, 2016; TEIXEIRA et al., 2017; SOUSA, 2019). Por fim, também é importante destacar que alguns veículos da grande mídia se empenharam em prejudicar a reputação de Dilma apostando em enquadramentos misóginos, que a retrataram como louca ou mentalmente incapaz com imagens e informações descontextualizadas (CARDOSO; SOUZA, 2016).

Diante disso, socialmente legitimada pelas manifestações de rua de direita, formou-se uma coalizão relativamente explícita entre políticos de partidos de centro e direita, setores neoliberais-conservadores das elites econômicas, a mídia corporativa e uma parcela do aparelho jurídico-policial do Estado reunida em torno da Operação Lava-Jato que contribuiu para o impeachment de 2016 (PINHEIRO-MACHADO; FREIXO, 2018; BOITO JÚNIOR, 2016). Nessa perspectiva, a Lava-Jato agiu como desestabilizadora das instituições e o golpe jurídico-parlamentar de 2016 teria servido como estratégia das elites políticas de sacrificar um dos lados atacados, no caso o PT, para garantir a preservação política do resto do sistema partidário no arranjo da República do Real (NOBRE, 2020). Mais recentemente, tornou-se evidente a participação de um grupo “linha dura” entre militares de alta patente, sobretudo do Exército, numa “campanha” antipetista dentro dos quartéis e na Internet, justificada como uma reação contra o que percebiam, em convergência com o pensamento de Olavo de Carvalho, como um “plano gramsciano” de “infiltração comunista” nas instituições públicas associado ao PT, cujo auge seria a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída em 2011 por Rousseff (LEIRNER, 2020). Na verdade, o antropólogo Piero Leirner (2020) evidenciou, a partir de suas etnografias com militares iniciadas na década de 1990, a aproximação de Olavo de Carvalho no final daquela década com integrantes do Clube Militar que, anos depois, viriam a compor o governo Bolsonaro. A partir dos governos de Dilma, marcados por muitos atritos com o setor militar, as ideias anticomunistas se tornaram ainda mais radicais entre o grupo militar “linha dura” devido à sua associação com teorias militares da “guerra híbrida”²¹, o que conformou sua interpretação de que a esquerda

21 De acordo com Leirner (2020), há diversas definições para o que seria uma “guerra híbrida”, mas um ponto comum entre elas é a premissa da dissolução das distinções entre a guerra e a política, de modo que formas “não convencionais” de guerra que se apoiam, principalmente, em operações psicológicas subliminares que buscam transformar crenças das populações para desestabilizar ou até derrubar regimes. O antropólogo refletiu que o núcleo linha dura militar que contribuiu para a “campanha” antipetista em meados da década passada teria desenvolvido uma

e, em especial, as gestões petistas seriam “inimigas internas” da nação brasileira por supostamente estarem realizando operações psicológicas em prol da “comunização” do Brasil (LEIRNER, 2020).

Em todo o caso, com as eleições de 2018, ficou evidente que a crise de hegemonia que afetou o PT também impactou a posição privilegiada do PSDB no campo da direita, já que passou a perder cada vez mais espaço para a direita radical constituída em torno de Bolsonaro (NOBRE, 2020). Em consideração a isso, Nobre (2020) sustenta que a candidatura de Bolsonaro em 2018 conseguiu se apresentar como a representante da “política antissistema” dos que se sentiam excluídos na dinâmica da República do Real, em especial as bases evangélica, militar e lavajatista. Segundo o autor, a atuação do atual presidente teria iniciado com uma política de “representante sindical” dos militares e outros funcionários da segurança pública (como policiais militares) de baixa patente. Posteriormente, Bolsonaro foi vocalizando uma cultura política de guerra contra o sistema dentro de todas as instituições, de modo que, primeiramente, conseguiu o apoio do eleitorado comum e somente depois do atentado da fachada que conseguiu alcançar os votos dos líderes evangélicos e militares (NOBRE, 2020, pp. 40-5).

Dessa maneira, um ponto importante da política de Bolsonaro é o “caos como método” (NOBRE, 2020, p. 43). Sua campanha foi constituída com base na produção de caos, sobretudo de caos informacional, com a intenção de assegurar a atenção em torno de si, mesmo sem muito tempo de campanha televisiva e sem participar dos debates, bem como desqualificar seus adversários e descreditar fontes que o criticavam, ou seja, desde os inimigos políticos até atores do sistema de peritos (NOBRE, 2020; CESARINO, 2020). Assim, Bolsonaro conseguiu consolidar uma “coalizão de conveniência” entre setores liberais e conservadores relativamente heterogêneos entre si, assim como alcançar o apoio de eleitores indignados com o *establishment* político anterior (NOBRE, 2020, p. 43).

Singer (2021) analisou esse processo como uma campanha de “reativação” da predisposição histórica da opinião pública brasileira de alinhamento com a direita. Semelhantemente, outras pesquisas de comportamento eleitoral têm destacado a relevância da agenda de costumes conservadora para a eleição de Bolsonaro em 2018, indo além da questão do antipetismo. Oswaldo E. do Amaral (2020)

interpretação que “inverteu” a lógica da guerra híbrida, com a percepção de inimigos internos ao invés de inimigos externos.

demonstrou pela base de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2018 uma maior proporção de evangélicos, homens, sulistas e sudestinos entre os eleitores do atual presidente, sendo que essas características estavam mais associadas a posicionamentos liberais e conservadores do que suas contrapartes. Por outro lado, Matthew Layton et al. (2021) demonstraram, a partir de pesquisa de painel com survey online realizada entre julho de 2018 e janeiro de 2019, como o voto em Bolsonaro estava vinculado não somente à rejeição ao PT e a clivagens sociodemográficas de gênero, raça e religião, mas também significativamente a posturas conservadoras relativas a determinados temas, como o direito ao porte de armas, o ressentimento racial (ligado à questão das cotas) e a intolerância com a homossexualidade. Ademais, embora tenha recebido mais votos de pessoas com renda e escolaridade mais altas, Bolsonaro também recebeu muitos votos de pessoas mais conservadoras de classes populares, que o perceberam como “resposta” necessária às crises econômica, política e, sobretudo, “moral” (ROCHA; SOLANO, 2021).

À vista disso, a campanha populista de Bolsonaro, principalmente através das mídias digitais, foi efetiva por captar os afetos antissistêmicos e antipetistas de parcela significativa da população, assim como o apoio do eleitorado e grupos de poder identificados com ideologias conservadoras, reacionárias e liberais (neoliberais/ultraliberais). Como introduzido no capítulo anterior, a difusão desses afetos é potencializada pela arquitetura digital em que a desinformação típica da pós-verdade pode vicejar, visto que as dinâmicas de captação da atenção e a temporalidade de crise permanente das mídias digitais favorecem o compartilhamento constante de mensagens alarmistas, sensacionalistas, conspiratórias e ultrajantes. Na campanha digital bolsonarista, Cesarino (2020) observou a ampla presença de discursos baseados em desinformação – tanto *fake news*, quanto difamação e calúnia – que mobilizavam o antagonismo “nós” versus “eles” através da representação dos adversários da “velha política”, sobretudo progressistas, esquerdistas e o PT, como inimigos do “povo”, corrompidos moralmente (CESARINO, 2020, p. 103). Com isso, a autora ressalta que a rejeição ao PT pôde ser percebida como a “exterioridade constitutiva” da cadeia de equivalência que se articulou em torno da campanha de Bolsonaro (CESARINO, 2020, p. 103). A estratégia de mobilização de afetos negativos contra o partido e a esquerda a partir de sua associação a um polo antagônico ao cristianismo, à família

tradicional, ao nacionalismo e à moralidade se demonstrou essencial para a consolidação do apoio do eleitorado conservador e reacionário. Alguns exemplos dessa estratégia apresentados pela antropóloga foram a famosa notícia falsa do “kit gay” e as imagens e “memes” em que as feministas são representadas como “vitimistas”, “feias”, “nojentas” e “anticristãs” (CESARINO, 2020, p. 103-110). Outro importante elemento explorado pela campanha foi o medo do “Brasil virar uma Venezuela” por conta do bolivarianismo associado ao PT (BATISTA DA SILVA, 2021).

Com relação aos grupos de poder que se agregaram em torno do bolsonarismo, Idelber Avelar (2021) destaca cinco blocos temáticos com representação parlamentar, apresentados como partidos, “em parte para significar a obsolescência que eles expuseram nos partidos tradicionais” com ações que desestabilizaram de alguma forma o sistema pemedebista (AVELAR, 2021, p. 172). São eles os partidos: do boi e da soja, teocrata, da ordem, do mercado e dos trolls. O primeiro bloco que rapidamente apoiou Bolsonaro foi o “Partido do Boi e da Soja”, associado ao agronegócio, em particular do setor que se contrapunha à expansão de regulações ambientais e de direitos territoriais de indígenas e povos tradicionais (AVELAR, 2021, p. 173-174). O segundo bloco que também se alinhou ligeiramente ao bloco de direita radical foi o “Partido Teocrata”, composto por atores católicos e, principalmente, evangélicos pentecostais e neopentecostais que rejeitavam a laicidade do Estado e a institucionalização de valores progressistas sob a égide dos Direitos Humanos (AVELAR, 2021, p. 174-177).

O terceiro conjunto apontado como fundamental na coalizão bolsonarista é o “Partido da Ordem”, constituído por “juízes, procuradores, delegados, policiais, ex policiais, milicianos e militares de baixa patente”, atraídos pelas consignas de “repressão ao crime” e “bandido bom é bandido morto” (AVELAR, 2021, p. 177). O autor subdivide esse grupo no “Partido da Lava Jato” e no “Partido da Polimilícia”, “bloco político advindo da inseparabilidade entre polícia e milícia, especialmente no Rio de Janeiro” (AVELAR, 2021, p. 177). Enquanto o primeiro grupo teria visto em Bolsonaro a oportunidade de investir num projeto que parecia atender seus interesses, o segundo seria um dos berços do bolsonarismo devido às relações diretas com a família Bolsonaro (AVELAR, 2021, p. 177), que já podiam ser vislumbradas em discursos e ações, como homenagens públicas a pessoas acusadas de participarem de milícias, fotografias postadas nas redes sociais com

algumas delas e, posteriormente, revelações dos escândalos envolvendo o mandato de Flávio Bolsonaro na ALERJ²² (CALIXTO, 2019). O que uniria os dois grupos seria a retórica punitivista do combate ao “crime”, apesar de, ironicamente, ambas as partes terem se envolvido em atividades criminosas que reivindicavam combater – “isso se nota tanto no envolvimento de milícias com o tráfico de drogas (e, claro, com o assassinato de aluguel) como no envolvimento de autoridades lavajatistas com corrupção em sentido estrito” (AVELAR, 2021, p. 180).

O quarto bloco foi o que concedeu a viabilidade eleitoral para a coalizão bolsonarista: o “Partido do Mercado”, centrado na figura de Paulo Guedes (AVELAR, 2021, p. 180). Pós-graduado na Universidade de Chicago e tendo trabalhado na Universidade do Chile com os “Chicago Boys” durante a ditadura militar chilena (1973-1990), Guedes era um importante ator vinculado ao mercado financeiro e à difusão da agenda de reformas neoliberais no Brasil, tendo sido um dos membros fundadores do *think tank* Instituto Millenium junto com Rodrigo Constantino. A adesão do economista à campanha de Bolsonaro foi o passo final para atrair boa parte do mercado para a aliança de direita radical populista (AVELAR, 2021, p. 180-181).

Por fim, o que Avelar denomina de “Partido dos Trolls” diz respeito a atores, em especial jovens, inseridos em comunidades digitais marcadas por uma “linguagem troll” e uma sociabilidade crítica ao *establishment* progressista e suas dinâmicas sociais, como o que ficou conhecido como “cultura do cancelamento”. Além dos seguidores das contas de Bolsonaro e seus filhos, esse grupo incluiria os

22 “No gabinete de Flávio Bolsonaro trabalhou Fabrício de Queiroz, ex-PM e então assessor de Flávio que indicou a mãe e a esposa de Adriano Nóbrega, na época. Raimunda Veras Magalhães, mãe do miliciano homenageado duas vezes pelo filho do presidente, fez os 17 depósitos na conta de Fabrício de Queiroz no escândalo que estourou posteriormente. (...)”

Fabrício Queiroz é ex-policial, amigo do miliciano Adriano Nóbrega. Queiroz recebeu 17 depósitos da mãe do miliciano, na época assessora de Flávio Bolsonaro na Alerj.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) detectou uma movimentação de R\$ 7 milhões, entre os anos de 2014 e 2017, valor muito superior à renda de Fabrício Queiroz. Segundo admite o próprio presidente, R\$ 40 mil desse valor foi repassado para a primeira-dama, Michelle Bolsonaro. O presidente alega que foi o pagamento de um empréstimo. Outro montante teria sido destinado ao próprio Flávio Bolsonaro. Após o caso virar um grande escândalo midiático, Queiroz se escondeu no Rio das Pedras, Zona Oeste do Rio de Janeiro, a mesma região onde atuavam os milicianos presos na operação intocáveis, Ronald Pereira e Adriano Nóbrega, suspeitos no envolvimento na morte de Marielle Franco” (CALIXTO, 2019).

indivíduos dos grupos ultraliberais e olavistas²³destacados por Rocha (2018), YouTubers de direita influenciados por essas tendências²⁴, pessoas de pequenas comunidades de *incels*²⁵, terraplanistas, negacionistas, monarquistas e conspiracionistas (AVELAR, 2021, p. 182-183), além de extremistas vinculados a grupos neofascistas ou neonazistas, como evidenciado pela antropóloga Adriana Dias (DEMORI, 2021). Os ecossistemas digitais desses atores se fundamentam no ressentimento contra a suposta “hegemonia cultural de esquerda”, retroalimentado por memes e mensagens de caráter conservador ou reacionário em que se misturam indistintamente acontecimentos reais com opiniões, ironias, hipérboles, teorias conspiratórias e discursos de ódio (AVELAR, 2021, p. 187-188). Esses ecossistemas digitais convergem nos “públicos antiestruturais” que constituem a dimensão sociotécnica do bolsonarismo descrita por Cesarino (2022). Abordando a questão de forma diferente, Lynch e Cassimiro (2021) destacam que a sociabilidade digital da nova direita se associaria ao “fascismo *troll*” do trumpismo, desenvolvido por Steve Bannon adaptando “antigas técnicas [de propagandas] fascistas para um mundo de base digital” (LYNCH; CASSIMIRO, p. 231) e cuja expressão brasileira se deu em torno da figura de Olavo de Carvalho.

Diante desses pontos, a análise de Lynch e Cassimiro (2021) sobre o governo Bolsonaro como uma forma de populismo radical de direita reacionário também traz importantes reflexões. Os autores argumentam que o populismo reacionário brasileiro liderado por Bolsonaro seria constituído por três principais fontes referenciais: o Regime Militar, o “lulismo às avessas” e o “trumpismo”. A boa imagem do Regime Militar alimentada pelo reacionarismo vem do revisionismo quanto às denúncias de violações de direitos humanos do período, pautado na narrativa de “heroica resistência do povo brasileiro contra o comunismo” de obras como o manuscrito *Orvil: tentativas de tomada do poder* e o livro de memórias de Carlos

23 O “olavismo” se refere tanto ao pensamento do escritor Olavo de Carvalho, quanto ao grupo de seguidores de suas ideias. O pensamento olavista se baseia na tese de que há uma guerra cultural entre conservadores e progressistas, ou melhor, entre o bem e o mal. Nessa perspectiva, a globalização seria um projeto de hegemonia cultural e política do comunismo que tem atuado pela destruição dos valores ocidentais judaico-cristãos tradicionais e das identidades nacionais em prol de uma cultura cosmopolita ateuista e amoral (BIANCHI et al, 2021).

24 Para um aprofundamento nos formuladores de opinião da “nova direita”, cf. Débora Messenberg (2017), para a “direita que saiu do armário” em 2015, e André S. de Oliveira, Breno R. M. Leite e Rodolfo S. Marques (2021), para os atores mais diretamente ligados ao bolsonarismo.

25 *Incel* significa “celibatário involuntário”, autodenominação dada a jovens reunidos em fóruns virtuais com uma sociabilidade própria caracterizada por forte misoginia (AVELAR, 2021, p. 183) e desilusão com as mudanças sociais decorrentes do avanço das pautas feministas na esfera pública.

Alberto Brilhante Ustra *A verdade sufocada* (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 228). Basicamente, a narrativa dessas obras seria que o Regime Militar teria sido o salvador da democracia brasileira de raízes cristãs e estaria sendo atacado pelos “comunistas bandidos revanchistas” com a Comissão Nacional da Verdade e a presidência de Dilma Rousseff, com seu passado na guerrilha comunista (LYNCH; CASSIMIRO, 2021). Como já mencionado, esse discurso revisionista e reacionário também foi alimentado pelas ideias anticomunistas de Olavo de Carvalho.

O elemento do “lulismo às avessas” seria a tentativa de se estabelecer como liderança populista representante do povo brasileiro “autêntico”, que na verdade seria o público “inverso” do representado pelo lulismo, ou seja, os acusados de serem defensores da opressão social e econômica (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 229-231). Nesse sentido, Bolsonaro tinha como intenção se estabelecer como a liderança populista de direita, discursando radicalmente contra a mídia e as instituições para mobilizar sua base, além de aparelhar a administração pública a partir da visão do culturalismo conservador do Regime Militar (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 229-231). Por fim, o elemento do “trumpismo” remete à inspiração na cultura política autoritária, “patriótica” e bélica associada à Alt-Right estadunidense, com seu “fascismo *troll*”, sua guerra cultural e certo culto à personalidade do líder populista representante dos “excluídos” do *establishment* (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 231-232).

De qualquer modo, a campanha populista de Bolsonaro foi eficiente em capturar o apoio dos grupos populacionais discutidos em torno de seu projeto autoritário e reacionário. Em face disso, Lynch e Cassimiro (2021) destacam que o reacionarismo já teve diversas expressões na sociedade brasileira, apesar de sempre terem sido minoritárias, pois o campo das ideologias de direita sempre fora dominado pelo conservadorismo estatista e o liberalismo econômico. A vertente culturalista, de viés reacionário, teve sua principal expressão no integralismo, com “a apologia de uma liderança forte capaz de conduzir um partido de massas disciplinado por um conjunto de símbolos e práticas rituais, com um conteúdo propriamente nacional de apologia das raízes coloniais/católicas do nosso povo e de um passado heroico de conquista da terra e submissão dos elementos bárbaros presentes na sociedade colonial” (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 243). Algumas das consequências contemporâneas da preservação deste imaginário político seriam “o culto da violência como modo de produzir transformação social, a exploração

predatória da natureza, o anti-intelectualismo, o personalismo político de culto ao líder regenerador, etc” (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 244). Diante disso, os autores resumem bem o reacionarismo brasileiro contemporâneo:

Em síntese, é possível ver que o discurso reacionário contemporâneo no Brasil assumiu uma feição bem definida: se, como vimos, o reacionarismo era marcado por uma defesa forte da precedência da autoridade religiosa sobre a autoridade política, aqui a ideia de uma autoridade política emancipada de suas raízes tradicionais foi identificada com o Estado surgido após o processo de redemocratização de 1985, instrumento de ideologias revolucionárias e destruidoras de uma ordem conservadora. Em contraste com esse presente corrompido, ressurgiu o ideal regressista do Estado autoritário de 1964, capaz de coordenar autoridade, hierarquia, disciplina social e desenvolvimento econômico. As raízes dessa ordem conservadora, por sua vez, permaneciam no povo autenticamente cristão, cultivador da família e das tradições e seria, portanto, a partir da escolha de um representante que reunisse essas qualidades do povo brasileiro que a reação deveria começar. E seu objetivo não poderia ser outro senão a destruição da ordem democrática de 1988 (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 244).

Considerando essa discussão, partiremos para um aprofundamento nas estratégias comunicativas da direita radical populista. Dessa maneira, poderemos evidenciar as relações entre tais estratégias e o fenômeno da pós-verdade.

2.4. ESTRATÉGIAS COMUNICATIVAS DA DIREITA RADICAL POPULISTA E A PÓS-VERDADE

Apesar da diversidade de posições no espectro das direitas radicais e extremas, é possível observar certos padrões estratégicos da comunicação política de atores desse campo. Nesse sentido, analisando partidos populistas de direita na Europa e o Tea Party nos Estados Unidos, Ruth Wodak (2015) introduz importantes elementos que nos auxiliam a compreender como as estratégias comunicativas da direita radical populista reforçam o cenário da pós-verdade, em especial o que ela denomina de “perpetuum mobile do populismo de direita”. Mesmo com suas particularidades, é possível notar a aplicação dessa mesma estratégia pelo populismo de Bolsonaro (CESARINO, 2020; CESARINO, 2022).

O perpetuum mobile do populismo de direita se baseia em estratégias discursivas e retóricas de desvio da atenção midiática e definição da agenda pública (agenda setting) através da geração intencional de escândalos em consequência de declarações ou publicações digitais polêmicas que violam normas sociais publicamente aceitas, como discursos de ódio racistas, para citar somente um exemplo (WODAK, 2015, p. 42). Mesmo que sejam críticos ao teor de tais

declarações, os veículos midiáticos se veem obrigados a noticiar os escândalos para que não sejam vistos como coniventes, o que implica dar mais visibilidade ao sujeito do escândalo e sua enunciação problemática (WODAK, 2015, p. 42). Dito isso, após o escândalo ser midiaticizado, a/o política/o inicialmente *nega* o significado ofensivo do conteúdo e se empenha para *redefinir* o escândalo em outros termos por meio de metáforas e analogias que podem conter mensagens de duplo sentido ou ambivalência calculada (WODAK, 2015, p. 43). Em seguida, a/o política/o se apresenta como *vítima* e *dramatiza* a situação ao afirmar estar sendo injustamente acusado pela ofensa, o que pode envolver a instrumentalização da acusação para construir *teorias conspiratórias* cujos *bodes expiatórios* são seus inimigos declarados (WODAK, 2015, p. 43). Ao mesmo tempo, ele ou ela enfatiza a liberdade de expressão como *estratégia justificativa*, frequentemente desviando o enquadramento e gerando um debate sobre o “politicamente correto” e a liberdade de expressão (WODAK, 2015, p. 43). Por fim, tenta-se provocar um *novo escândalo* para mudar o foco e/ou prover uma “*quase desculpa*” calculadamente ambivalente para “acalmar os ânimos” da situação (WODAK, 2015, p. 43).

Diante disso, é possível notar como a performance midiática do populismo de direita tem sido efetiva no sentido da definição da agenda pública com a inserção de ideias radicais ou extremistas de cunho conservador ou reacionário através da produção de escândalos midiáticos, o que tem “empurrado” o espectro político cada vez mais para a direita (WODAK, 2015, p. 43). Semelhantemente, porém analisando o *modus operandi* do governo Bolsonaro e sua base apoiadora a partir de suas declarações antidemocráticas em torno do Dia da Independência em 2021, Cesarino (2022, p. 182-184) argumenta que esses ciclos “cismogênicos” de aumento e alívio de tensão promovem uma corrosão interna e gradual do processo democrático ao inflamarem os “públicos antiestruturais” e propiciarem condições para uma ruptura autoritária. Retomaremos esse ponto mais adiante.

Por agora, insta destacar a questão da instrumentalização das teorias da conspiração. Como vimos, é recorrente na retórica da direita radical populista a mobilização de teorias conspiratórias que definem “bodes expiatórios” baseados em preconceitos e estereótipos contra determinadas minorias étnicas, religiosas, linguísticas ou políticas com a intenção de representá-las como ameaças contra a “nossa nação”, constituindo uma “política do medo” (WODAK, 2015, p. 23), bem como uma “política do ódio” (GALLEGO, 2018). No caso da Europa, os judeus e os

povos Roma (também conhecidos como ciganos) foram, desde o período medieval, os principais bodes expiatórios das teorias conspiratórias de direita, porém hoje em dia elas também passaram a ter como alvos frequentes imigrantes muçulmanos e grupos progressistas (como feministas e pessoas LGBTQIA+) (WODAK, 2015). Inclusive, é possível notar uma ressonância entre a narrativa antiglobalista da *far right* contemporânea e a retórica antissemita europeia do período pós-I Grande Guerra de que haveria uma “conspiração judaica global” contra os povos, baseada na crença preconceituosa de que judeus não seriam confiáveis por supostamente não serem comprometidos a nenhuma nacionalidade, a qual se sincretizou com outros estereótipos preconceituosos, sobretudo na ideologia nazista (WODAK, 2015, p. 127).

Semelhantemente, o atual discurso antiglobalista das direitas radicais e extremas se contrapõe à suposta “conspiração” das elites cosmopolitas progressistas de promoção do “marxismo/comunismo cultural” a nível mundial em detrimento das identidades nacionais e valores tradicionais (LYNCH; CASSIMIRO, 2021; MIGUEL, 2021). No caldo da teoria conspiratória do “globalismo”, destacam-se o mito da “ideologia de gênero” (MIGUEL, 2021) e o negacionismo/ceticismo climático (VON BEHR, 2022; LOCKWOOD, 2018; FORCHTNER, 2020) promovidos por alguns partidos da direita radical populista, tendo em vista a centralidade das pautas de igualdade de gênero e de ações contra as mudanças climáticas no âmbito de órgãos multilaterais como a ONU e a União Europeia. Embora não estejam presentes dessa maneira nos discursos de todos os partidos populistas de direita radical, sobretudo na Europa, esses dois elementos foram centrais nas campanhas e nas gestões presidenciais de Bolsonaro e Trump.

O mito da ideologia de gênero se refere ao discurso que reduz os estudos de gênero, baseados nas teorias acadêmicas feministas e *queer*, e as pautas de seus movimentos emancipatórios associados a uma estratégia do marxismo cultural de subverter a “ordem natural” binária dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres e, conseqüentemente, da “família”, restrita ao “arranjo tradicional, heteronormativo e fundado na dominação paterna” (MIGUEL, 2021, p. 3). Esse discurso compõe uma agenda moral originada da reação do setor conservador católico dos Estados Unidos às conferências internacionais no âmbito da ONU sobre população e desenvolvimento, no Cairo, em 1994, e sobre as mulheres, em Pequim, em 1995, que adotaram a igualdade de gênero como objetivo a ser alcançado pela

comunidade internacional (FILLOD, 2014 apud MIGUEL, 2021, p. 4). Tendo sido adotado posteriormente pela Igreja Católica através do Papa João Paulo II e por outros setores conservadores cristãos ao redor do mundo, o mito da ideologia de gênero tem sido acionado, principalmente, por setores tradicionalistas e fundamentalistas religiosos da direita radical e extrema para promover “pânico moral” contra o avanço dos direitos das mulheres e das pessoas LGBTQIA+ (MIGUEL, 2021; MACHADO, 2017). Assim, líderes populistas capitalizam as ansiedades desse cenário em votos ao reforçar a política do medo com a política do ódio contra esses movimentos, frequentemente com desinformação, o que foi observado no Brasil, nos Estados Unidos, na Hungria e na Polônia (MIGUEL, 2021; FERREIRA, 2021).

A questão da postura cética ou negacionista frente às mudanças climáticas será aprofundada no capítulo 3, porém, ela dispõe de um ponto que merece ser destacado aqui. Embora possa ser um tema secundário da direita radical populista em alguns países, a pauta ambiental aparenta ser, especialmente em lugares como o Brasil e os Estados Unidos, uma importante ponte entre o discurso nacionalista-nativista e a agenda econômica neoliberal. Isso porque a agenda climática da ONU é percebida como uma imposição das elites progressistas cosmopolitas para fragilizar a soberania nacional através de regulações ao mercado (LOCKWOOD, 2018; VON BEHR, 2022; MIGUEL, 2022).

Nesse ponto, a ciência é um ponto de tensão entre os diversos setores da *far right*, mas especialmente para os populistas. Enquanto grupos mais tradicionalistas podem dispor de uma forte aversão à ciência moderna (TEITELBAUM, 2020), lideranças populistas de direita não necessariamente negam a ciência como um todo, mas constantemente rejeitam consensos científicos que percebem como potenciais ameaças contra suas campanhas ou agendas, ao mesmo tempo que apostam em fatos alternativos que corroboram seu discurso populista nacionalista contrário às “elites corruptas”, que nesse caso incluem acadêmicos, cientistas, jornalistas e experts de agências governamentais (CESARINO, 2020; FISCHER, 2019; WAISBORD, 2018; EDIS, 2020; FONSECA; RIBEIRO; NASCIMENTO, 2022; FLEURY; MONTEIRO; DUARTE, 2022). Destaca-se, também, o revisionismo histórico que nega ou minimiza eventos passados em períodos autoritários marcados por violações de direitos humanos, mas idealizados de alguma forma por atores de direita radical ou extrema, como o Holocausto nazista e a Ditadura Civil-

Militar brasileira (WODAK, 2015; LYNCH; CASSIMIRO, 2021). Diante dessas posturas, propicia-se a emergência de teorias conspiratórias que envolvem o sistema de peritos e cuja propagação se desenrola aceleradamente por meio das redes sociais, o que contribui para o cenário da pós-verdade com o crescimento da desconfiança pública sobre tais instituições ou sobre conhecimentos científicos consensuais, como o caráter antropogênico das mudanças climáticas (FISCHER, 2019; EDIS, 2019) e a ineficácia de tratamentos precoces, como a cloroquina, como solução para a Covid-19 (FONSECA; RIBEIRO; NASCIMENTO, 2022; CESARINO, 2022).

Tendo isso em mente, percebe-se como as estratégias comunicativas dos populismos direitistas podem convergir com a estratégia de fabricação de incertezas dos “mercadores da dúvida”, ou seja, dos movimentos negacionistas (ORESQUES, CONWAY, 2010) para desacreditar informações prejudiciais a si. Investigando a história de ideias que negavam consensos científicos no século XX, Naomi Oreskes e Erik Conway (2010) evidenciaram como a indústria do tabaco delimitou uma estratégia para semear dúvidas sobre o consenso da comunidade científica concernente à associação entre o uso do tabaco e o desenvolvimento de câncer. Assim, a indústria mobilizou seus profissionais de relações públicas e financiou experts oriundos do meio científico para vocalizar em espaços públicos, inclusive em telejornais, a narrativa de que não haveria consenso sobre o tema para que as vendas não fossem prejudicadas. A mídia tradicional acabou contribuindo para a disseminação dessas incertezas fabricadas fora da comunidade científica por conta de sua prática de “ouvir os dois lados da história”, o que leva parte da audiência a perceber os dois lados de forma simétrica, sem o entendimento das dinâmicas científicas e mercadológicas envolvidas na controvérsia. Essa mesma estratégia foi utilizada pela indústria petrolífera para semear incertezas a respeito do consenso que vinha se consolidando em torno da centralidade da ação humana para o aquecimento global, o que conforma o chamado “negacionismo climático” ou contramovimento negacionista climático (DUNLAP; MCRIGHT, 2015).

Como Oreskes e Conway (2010, pp. 350-358) apontam, é possível observar o forte elemento anticomunista, legado da cultura política da Guerra Fria, dos negacionismos científicos. Inclusive, a autora e o autor destacam que muitos dos experts criadores de institutos negacionistas trabalharam em agências militares ou governamentais estadunidenses durante o período bipolar. Assim, as estratégias

desinformativas do contramovimento negacionista, tendo como foco principal os *think tanks* neoliberais-conservadores, principalmente dos países anglo-saxões, têm sido empregadas para difundir um fundamentalismo de mercado e pressionar o poder político para rejeitar mais regulações econômicas em prol do programa neoliberal (ORESQUES; CONWAY, 2010).

À vista desses elementos, torna-se mais compreensível o crescente sucesso do radicalismo da direita populista no meio digital. Como discutido no último capítulo, as mídias digitais facilitaram para os políticos rejeitarem a mediação do sistema de peritos e performar uma comunicação aparentemente direta com sua base eleitoral, constituindo o “populismo digital” como denominado por Letícia Cesarino (2020). Entretanto, é fundamental destacar que, embora se apresente como espontânea e sem intermediários, a comunicação do populismo digital também é, na realidade, coordenada através da “fractalização” das campanhas a partir de um centro de comando formulador de mensagens adaptadas para cada plataforma (CESARINO, 2020; 2022). Nesse contexto, os influenciadores digitais nas diversas plataformas exercem papel central de reproduzir e difundir os conteúdos para suas respectivas redes, assim como as “tropas digitais” (BRADSHAW; HOWARD, 2019) associadas, expandindo as mensagens para as “fronteiras” das bolhas ideológicas conformadas pelas mediações algorítmicas (CESARINO, 2022; CESARINO; NARDELLI, 2021). No caso das plataformas de comunicação instantânea como o Whatsapp e o Telegram, desenvolve-se uma cadeia de comando no formato “hidra” em que as mensagens são enviadas de grupos centrais para grupos periféricos garantindo a viralização de conteúdo para além das redes políticas (SANTOS et al., 2019; NASCIMENTO et al., 2022).

Com essa estrutura multiplataforma, policêntrica e implicitamente hierárquica, os atores da *far right* se beneficiam da “temporalidade de crise permanente” (CHUN, 2016) das plataformas digitais, estruturadas para captar incessantemente a atenção e as interações de seus usuários (CESARINO; NARDELLI, 2021; CESARINO, 2022). Nesse sentido, a estratégia de desvio da atenção e do debate públicos do *perpetuum mobile* do populismo de direita, inserido nas políticas do medo e do ódio, é potencializada no ambiente virtual, não somente pela ação das tropas digitais aliadas, mas também pela reação negativa previsível dos “públicos dominantes formados em torno da mídia do *mainstream*” (CESARINO, 2022, p. 184). Desse modo, ambos os lados se constituem em “enxames” digitais contrapostos num

cenário altamente polarizado, no qual uma “vanguarda” com domínio do conhecimento acerca das dinâmicas algorítmicas e estratégias camufladas de operações psicológicas (LEIRNER, 2020) pode intervir mais efetivamente para favorecer seus interesses, o que parece ter sido o caso nas eleições de Bolsonaro e Trump, com a ajuda da Cambridge Analytica (CESARINO; NARDELLI, 2021). Em vista disso, Letícia Cesarino e Pedro Nardelli (2021) sustentam que essa postura transgressora e vanguardista da *far right* com suas “guerrilhas digitais” parece dominar o ambiente virtual por:

(1) entender a dinâmica polarizadora previsível do comportamento de enxame como uma relação entre regras comportamentais e ações individuais; (2) abraçar a aleatoriedade emergente da natureza caótica das interações entre agentes individuais, que, todavia, resulta em enxames fáceis de orientar num nível macro; (3) engajar apoio para as operações de guerrilha por robôs e pessoas reagindo a sinais por “influenciadores”, assim guiando o enxame a formar um laser social que dirige sua energia contra alvos focados; (4) definir a agenda por meios de sua própria inconsistência, assim mantendo o ambiente favorável para intervenções (CESARINO; NARDELLI, 2021, p. 17, tradução nossa).

Perante o exposto, é possível perceber como as estratégias comunicativas da direita radical populista têm sido efetivas em definir agendas públicas ao inserir e, de certa forma, “normalizar” suas ideias antipluralistas, antidemocráticas e até extremistas, antes marginalizadas no debate político. As plataformas digitais têm demonstrado serem espaços de disputa hegemônica privilegiada por esses atores, que contam com uma vanguarda de “engenheiros do caos”, na expressão do jornalista Giuliano da Empoli (2021), composta por marqueteiros, programadores e políticos que instauram o caos estrategicamente por meio do uso das tecnologias. Criticando ferrenhamente o *establishment* da democracia liberal e a intermediação do sistema de peritos, essas práticas reforçam o panorama da pós-verdade vivenciado atualmente, ao mesmo tempo que consolidam novas formas de mediação baseadas nas dinâmicas cibernéticas de influência e manipulação digital, o que por sua vez contribui para o aprofundamento da polarização sociopolítica e a deterioração do processo democrático (CESARINO, 2022).

2.4.1. O governo de Jair Bolsonaro e as estratégias comunicativas da pós-verdade

Nesta seção, abordaremos com mais detalhe a estruturação do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) e suas estratégias comunicativas que reforçam o fenômeno da pós-verdade. Tendo isso em vista, buscamos sustentar que o

bolsonarismo e Bolsonaro são efeitos de uma política antissistêmica, cuja ação é a reprodução de desinformação e teorias conspiratórias com o intuito de retroalimentar sua base social e disputar hegemonia. Nesse sentido, durante seu mandato, áreas como a ciência, a saúde e o meio ambiente foram palcos centrais dessas disputas, haja vista a gravidade da crise da pandemia de Covid-19 (2020-2022) e o desencadeamento de uma série de problemas ambientais, em que se destacam as queimadas na Amazônia e no Pantanal a partir de 2019.

Lynch e Cassimiro (2021) argumentam que o programa de governo de Bolsonaro, assim como de Trump, se confundia com um projeto familiar de poder. Nesse sentido, “o papel principal de Bolsonaro é zelar pela preservação e expansão do ‘populismo reacionário’ que sustenta nas ruas o seu projeto familiar junto aos radicais de direita, entretendo-os com seu repertório golpista e autoritário, para permanecer no poder” (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 234). Com isso, apostava no estabelecimento de tensão entre as instituições, na continuidade da guerra cultural e na distribuição de cargos para manter aliados, inclusive da milícia. Assim, a organização do governo Bolsonaro teria se constituído numa campanha eleitoral permanente com os seguintes núcleos: núcleo estratégico populista, núcleo pragmático e neoliberalismo (LYNCH; CASSIMIRO, 2021).

O primeiro e principal núcleo é estratégico em virtude da promoção da propaganda populista reacionária para dar continuidade ao projeto de poder de Bolsonaro. Esse núcleo se constituiu em torno do “Gabinete do Ódio”, monitorando as redes sociais para propagar boatos, notícias falsas e teorias da conspiração e atacar seus inimigos, incluindo o sistema de peritos, para assegurar a imagem de Bolsonaro como líder antissistema que luta contra a decadência da cultura nacional e a suposta subversão dos vínculos familiares tradicionais e valores da cultura judaico-cristã ocidental com o fortalecimento do cientificismo, ateísmo, feminismo, homossexualidade e ódio racial (ROCHA, 2020 apud LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 236). O imaginário do conservadorismo reacionário de base culturalista tem como utopia uma visão aproximada do Brasil do século XVII pelo apego a valores patriarcais, coloniais e cristãos, associados à idealização das figuras viris e hierárquicas do senhor de terras e do bandeirante (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 236). Assim, a narrativa de guerra cultural de elites cosmopolitas comunistas ameaçadoras da cultura judaico-cristã ocidental uniria a coalizão da “nova direita” em torno do projeto autoritário de desinstitucionalização levado a cabo por

Bolsonaro (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 237). Nesse sentido, de uma perspectiva interna ao bolsonarismo, o ex-presidente era percebido como o “Mito’ por defender de forma desassombrada ‘a liberdade’ das famílias contra a ‘ditadura’ que os progressistas desejariam impor-lhes em matéria de costumes” (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 237). Visto de uma perspectiva externa, o governo Bolsonaro apostava em estratégias comunicativas que fomentavam desordem informacional com a intenção de desestabilizar a confiança nas instituições democráticas e no sistema de peritos e consolidar seu projeto autoritário através da postura de única autoridade epistêmica legítima.

Alguns cargos em ministérios foram essenciais nesse sentido, sobretudo dos reacionários seguidores de Olavo de Carvalho: Relações Exteriores, Meio Ambiente, Direitos Humanos, Educação, Comunicação e Cultura. Estrategicamente, esses ministérios tinham a função de propagar a doutrina autoritária e o culto à personalidade de Bolsonaro, assim como visibilizar e manter a guerra cultural contra o comunismo, inclusive censurando ou demitindo servidores críticos (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 238). Assim, desenrolou-se um processo de desinstitucionalização de políticas públicas anteriores para assegurar esse quadro, o que contou, inclusive, com práticas ilícitas, que muitas vezes foram ignoradas em decorrência do aparelhamento do Ministério Público e da cumplicidade da Advocacia Geral da União (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 238). Um importante exemplo de desinstitucionalização de políticas anteriores associada ao fomento de propaganda conservadora foi a tentativa de ressignificação do conceito de Direitos Humanos para um discurso focado na “defesa da família”, em sua tradicional concepção heteronormativa e patriarcal, aliada ao combate à agenda da igualdade de gênero, realizado por meio da supressão do termo “gênero” de documentos oficiais e da contraposição ao avanço de direitos sexuais e reprodutivos, rejeitados como “doutrinação ideológica” que ameaça as famílias, especialmente crianças e adolescentes (BIROLI; QUINTELA, 2021).

Além disso, o ex-presidente nomeou ministros e ministras de seus outros setores eleitorais para dar espaço de representação para eles, definindo uma “lógica de feudos”, em que se destacavam três principais: *mercado, comércio e indústria* de Paulo Guedes; *agronegócio* de Teresa Cristina; e *lavajatismo* de Sérgio Moro (NOBRE, 2020, p. 43-44). Inicialmente, o governo buscou se distanciar de quadros provenientes da elite política profissional para sustentar a narrativa antissistema, o

que não durou com as múltiplas crises políticas que veio a enfrentar. Bolsonaro buscava se apresentar nessa ordem como o “senhor feudal” que atuava em casos de conflitos entre os setores com seu “direito senhorial de veto” e sua “exigência de vassalagem” (NOBRE, 2020, p. 43-44).

Retomando a análise de Lynch e Cassimiro (2021), o núcleo do neoliberalismo do governo Bolsonaro se voltava para a gerência da economia e de relações com o mercado (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 240-243). No caso brasileiro contemporâneo, esse setor se aproxima da utopia reacionária por entender o Estado regulador como o principal problema que estaria atrapalhando a “ordem natural” das coisas, que seria tradicionalmente hierárquica por si só (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 240-243). Diante disso, Paulo Guedes teria sido escolhido como o interlocutor de Bolsonaro com setores do empresariado, o mercado financeiro e as classes médias privatistas (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 240-243). No caso, os neoliberais têm uma relação instrumental com a democracia, pois passam a adotar posturas autoritárias quando os projetos de reformas impopulares (desburocratização, privatização, flexibilização de direitos trabalhistas etc.) estão ameaçados (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 240-243). Como se espelham nos países do Atlântico Norte, avaliam o Brasil como atrasado e ignorante e, por isso, defendem que o país adote rapidamente os “critérios internacionais” de agências como o FMI, o BM e outras para atrair investimentos e gerar crescimento econômico (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 240-243). Assim, o núcleo neoliberal converge com o discurso bolsonarista de ineficiência, irresponsabilidade e aparelhamento dos governos petistas, que teriam se aproveitado do Estado para consolidar uma revolução oculta (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 240-243). Nesse sentido, o empresariado seria a grande vítima do Estado brasileiro e, portanto, a única solução para o país seria adotar os parâmetros “puramente técnicos” para otimizar o funcionamento do mercado, o que é a “ficção plutocrática do neoliberalismo” (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 242). Devido à impopularidade da agenda neoliberal e à necessidade de tentar boas relações com o Congresso, as reformas de Guedes acabaram por ficar em segundo plano, principalmente a partir da crise da pandemia. Porém, a promessa de manter a agenda de reformas após a neutralização da oposição teria mantido os neoliberais com Bolsonaro até o fim (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 243).

Outro núcleo central do governo Bolsonaro, segundo a análise de Lynch e Cassimiro (2021, p. 239-240), seria o núcleo militar, composto de generais aposentados encarregados da articulação com os poderes legislativo e judiciário e da gerência administrativa através do emprego de outros militares na administração pública. Nessa conformação, as Forças Armadas exerceram o papel de coordenação da estrutura governista, ou seja, a mesma função do PT e do PSDB na dinâmica da República do Real (NOBRE, 2020, pp. 13-15). Tendo isso em mente,

(...) esse núcleo representa em termos simbólicos a “restauração da autoridade” na administração pública, explorando o prestígio que as forças repressivas, aí inclusas as polícias militares, exerceriam sobre os setores conservadores da sociedade brasileira, a partir do imaginário de “bom governo” da ditadura de 1964-1985. Ofendidos pelos ataques à memória do regime militar durante a situação petista, identificada com a corrupção e pautas identitárias divisivas e exóticas, os generais que aderiram ao bolsonarismo acreditavam que, diante da anarquia reinante desde 2013, o Brasil precisaria de um “freio de arrumação” (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 239).

Em consonância com o argumento de Nobre (2020) sobre os dois primeiros anos de mandato de Bolsonaro, é importante destacar que o projeto autoritário bolsonarista buscou se sustentar no governo para o terço da população que o avaliava positivamente nas pesquisas de avaliação governamental utilizadas como base pelo assessoramento presidencial. Essa perspectiva limitada constitui a visão de “democracia” de Bolsonaro e do núcleo duro proveniente das Forças Armadas, que representa uma política gerida somente para os “cidadãos de bem”, excludente de seus críticos, seja da esquerda ou direita democráticas (NOBRE, 2020). Assim, a perspectiva militar de defesa da segurança e da soberania da nação, que nessa versão concebe os grupos de esquerda como “inimigos internos”, é um elemento constitutivo do “patriotismo” do discurso bolsonarista, sendo mobilizado em diversas ocasiões, inclusive na questão da preservação da Amazônia, como discutiremos no próximo capítulo.

Com a pandemia e as crises institucionais geradas por Bolsonaro, sobretudo com Sérgio Moro, seu primeiro ministro da Justiça e Segurança Pública, e Luiz Henrique Mandetta, seu primeiro ministro da Saúde, o governo teve que consolidar uma aliança com o “Centrão” para garantir sua sobrevivência política (NOBRE, 2020). Entretanto, a dinâmica de indicação para os cargos importantes ainda seguiu tutelada pelo Exército, até por conta da ausência de filiação partidária do presidente

por quase dois anos²⁶. O apoio militar a Bolsonaro era essencial para sua manutenção devido à lógica hierárquica característica da instituição, em que o Presidente é o Comandante das Forças Armadas (NOBRE, 2020, pp. 49-51). Porém, ao contrário do que ocorria no Regime Militar, no governo Bolsonaro a ala militar também teria atuado de forma “pragmática” para reduzir a tensão com os outros poderes, mas as cartas finais seriam geralmente dadas pelo núcleo da propaganda reacionária com sua guerra cultural no campo dos costumes (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 243). A utilidade da última função seria tripla, pois:

ela reforça a imagem do governo como autoritário, honesto e tecnocrático; alicia o apoio dos setores conservadores das Forças Armadas para o projeto reacionário; e supre a ausência de um pessoal administrativo partidário para a família Bolsonaro, ganhando os militares a fama de “fiéis cumpridores” de ordens da presidência da República (LYNCH; CASSIMIRO, 2021, p. 240).

Além do cenário de pós-verdade e guerra cultural entre valores conservadores/reacionários e progressistas, testemunhou-se o processo de desdemocratização da sociedade brasileira. Ao passo que, como na propaganda do fascismo histórico (ADORNO, 1951), a comunicação política bolsonarista mobiliza a opinião pública através da propagação de discursos desinformativos que geram pânico moral e desconfiança do resto do sistema político com a intenção de assegurar a fidelidade do eleitorado direitista, o bloco bolsonarista toma decisões que resultam no regresso em termos de direitos de grupos sociais subalternizados, especialmente os setores populacionais racializados. Representando a política em termos religiosos e morais como uma disputa entre o bem e o mal (FARIAS, 2020), a estratégia bolsonarista apostou recorrentemente na criação de “cortinas de fumaça”, especialmente em momentos de tensão em que a imagem do governo era afetada por uma notícia negativa. Como o “perpetuum mobile” do populismo de direita de Wodak (2015), tal estratégia apostava no redirecionamento da atenção pública para outra pauta “quente” e por ataques constantes à lista de “comunistas” e/ou “inimigos do povo”, que seguiu aumentando à medida que mais atores se desvinculam da base situacionista.

O governo Bolsonaro e seus aliados políticos mobilizaram essa estratégia de estabelecimento de desconfiança, não somente sobre consensos científicos, mas também sobre a imprensa e as instituições democráticas, em especial o STF e o TSE. Quanto aos consensos científicos, é possível citar a desastrosa gestão da

²⁶ Jair Bolsonaro ficou sem partido de 2019, quando saiu do Partido Social Liberal (PSL), a 2021, quando se filiou ao Partido Liberal (PL).

pandemia da Covid-19, a negação dos dados sobre desmatamento e os discursos que tratavam a preocupação internacional com a Amazônia como interesses puramente geopolíticos, desconsiderando a urgência da crise climática. Com relação à imprensa, ataques a jornalistas e certos veículos de comunicação, sobretudo dos grupos *Folha de São Paulo*, *Estadão* e *Globo*, eram recorrentes por parte de Bolsonaro, seus filhos e aliados. Por fim, relativamente aos órgãos judiciários, também eram recorrentes os ataques a alguns ministros para descreditar sua imagem, mas se destaca a estratégia adotada desde as eleições de 2018 de criar desconfiança do processo eleitoral brasileiro em razão das urnas eletrônicas (GOMES; DOURADO, 2019), o que gerou, nas eleições de 2022, atos antidemocráticos de um público radicalizado reivindicando a intervenção das Forças Armadas para evitar a posse de Lula. Dessa forma, a estratégia comunicativa bolsonarista buscava engajar os afetos antissistêmicos de seu eleitorado e base fiel de apoio para reforçar a confiança no líder como único poder legítimo. Como discutido, tais estratégias geralmente eram concebidas pelo núcleo da propaganda populista reacionária e testadas através do “ciclo cismogênico” por Bolsonaro (CESARINO, 2022), sendo que às vezes o “alívio” da tensão partia do núcleo militar.

Tendo isso em vista, o governo Bolsonaro e seus aliados tentaram desestabilizar a democracia ao aparelhar órgãos fiscalizadores, como a Polícia Federal (PF) e a Procuradoria Geral da República (PGR), e atacar instituições que apresentaram contrapesos a suas políticas, como o STF, o TSE e a imprensa. Com a pandemia, o bloco de direita radical populista incluiu no rol de adversários cientistas, instituições de aconselhamento científico da área da saúde, governadores e prefeitos que defendiam políticas de isolamento social de toda a população para frear a difusão descontrolada da Covid-19. Baseados num discurso que antagonizava economia e saúde, o governo Bolsonaro e seus aliados seguiram apostando na contraposição ao sistema de peritos, com tratamentos comprovadamente ineficazes, para gerar uma suposta “imunidade de rebanho” e evitar o isolamento horizontal para que a economia não parasse, o que causou uma série de conflitos políticos que confluíram para a demora na tomada de políticas sanitárias, além de centenas de milhares de mortes evitáveis (WERNECK et al., 2021).

Nesse sentido, as disputas do governo Bolsonaro em torno da ciência no contexto da pandemia nos levam a convergir com o argumento de Cesarino (2022)

de que o bolsonarismo busca realizar um processo duplo de desintermediação-reintermediação, apostando na descredibilização do sistema de peritos e das instituições democráticas para fomentar formas de mediação em seus próprios termos. Seguindo um raciocínio semelhante ao analisar a questão do apoio bolsonarista à cloroquina²⁷ como tratamento para a Covid-19, Paulo Fonseca, Barbara Ribeiro e Leonardo Nascimento (2022) argumentam que mais do que simplesmente negar a ciência, como implicado na taxação de “negacionismo”, o discurso bolsonarista, na realidade, demarcava fronteiras entre o que era percebido pelos apoiadores de Bolsonaro como ciência legítima e ilegítima. No contexto pandêmico de inúmeros debates envolvendo a polêmica do “tratamento precoce”, o ecossistema midiático digital multiplataforma do público bolsonarista foi marcado, por um lado, por acusações pejorativas contra a ciência “mainstream” e, por outro, pelo estabelecimento de laços afetivos com a alternativa da cloroquina (FONSECA; RIBEIRO; NASCIMENTO, 2022). À medida que as evidências científicas avançavam para a formação de um consenso acerca da ineficácia da cloroquina e da derivada hidroxicloroquina para o tratamento do novo coronavírus, o público bolsonarista passava a rejeitar a ciência “mainstream” por considerá-la corrupta e despreparada para os problemas brasileiros, enquanto se voltava para a defesa de um modelo de ciência alternativa, denominada de “ciência patriótica” pelos autores por ser representada como alinhada aos “interesses dos cidadãos” (FONSECA; RIBEIRO; NASCIMENTO, 2022). Mobilizada pelo governo Bolsonaro como estratégia de “institucionalização da ignorância”, tal modelo de ciência patriótica se baseou na preferência pelo “conhecimento experiencial” de testemunhos pessoais de médicos ou pessoas do círculo social próximo em detrimento de procedimentos científicos mais rigorosos, como modelos estatísticos e estudos avaliados por revisão duplo-

27 “A cloroquina é um medicamento bem conhecido, que tem sido usado por décadas no tratamento da malária” (KRAFTS; HEMPELMANN; SKÓRSKA-STANIA, 2012 apud FONSECA; RIBEIRO; NASCIMENTO, 2022, p. 2, tradução nossa). Como algumas pesquisas preliminares tinham sugerido que o medicamento poderia ser eficaz contra a Covid-19, algumas lideranças políticas passaram a promovê-la como tratamento para prevenir infecções e tratamento precoce. Trump foi um dos primeiros a adotar essa estratégia nos Estados Unidos, que logo foi seguida por Bolsonaro. Entretanto, poucos meses depois da declaração da pandemia pela OMS, surgiram diversos estudos cujos resultados questionaram a eficácia do uso da droga no caso de infecção por Covid-19, de modo que a organização mundial e outros órgãos sanitários ao redor do mundo, inclusive nos Estados Unidos e no Brasil, passaram a não a recomendar para o tratamento do novo coronavírus e promover outras estratégias. Apesar disso, mesmo com orientações contrárias do próprio Ministério da Saúde., Bolsonaro seguiu apostando na cloroquina e seu derivado (a hidroxicloroquina) como principal solução para a crise pandêmica, tendo até mandado o laboratório farmacêutico do Exército produzir unidades para garantir os estoques (FONSECA; RIBEIRO; NASCIMENTO, 2022, p. 2-9).

cega (FONSECA; RIBEIRO; NASCIMENTO, 2022, p. 19). Como discutiremos no próximo capítulo, pode-se perceber uma estratégia semelhante de desintermediação-reintermediação no caso das disputas em torno da questão ambiental-climática, que inclui também um elemento cultural relativo à suspeita do ambientalismo como comunismo disfarçado em nova roupagem (ORESQUES; CONWAY, 2010).

Na perspectiva dessa guerra cultural, o bolsonarismo busca impedir o avanço da agenda progressista de expansão de direitos de grupos oprimidos em prol de um ideal de nação calcado em hierarquias consolidadas historicamente, especialmente em torno da cultura cristã ocidental. Com isso, o “globalismo” das elites progressistas internacionais e das organizações internacionais, bem como os valores dos direitos humanos estabelecidos pela ONU – como igualdade de gênero, preservação ambiental e diversidade cultural –, são tidos como alguns dos principais inimigos dos bolsonaristas. Quanto a esse ponto, cabe notar como o discurso da “nova direita” como um todo busca ressignificar hegemonicamente o conteúdo do que seriam os direitos humanos, restringindo-os aos “humanos direitos” ou “cidadãos de bem”.

Tendo isso em vista, o governo viveu em tensão com a Constituição de 1988, em particular com os direitos culturais, sociais e ambientais, a liberdade de expressão e a diversidade cultural. Em termos geopolíticos, a gestão Bolsonaro também enfrentou uma série de problemas por conta do desrespeito aos valores dos direitos humanos e o paradigma do desenvolvimento sustentável estabelecidos nos espaços de cooperação multilateral. Logo, observamos processos de desdemocratização fundamentados em políticas reacionárias de reconhecimento e políticas neoliberais de distribuição apoiadas numa nova militarização do poder político que vinha se aprofundando desde o mandato de Michel Temer (PINHEIRO-MACHADO; FREIXO, 2018; GALLEGOS, 2018). Nesse cenário, evidenciou-se o aumento das desigualdades, das violações de direitos humanos e da degradação do meio ambiente, vinculada à expansão da fronteira extrativista e a projetos de grandes empreendimentos, de modo que os principais afetados foram as populações camponesas, indígenas e tradicionais (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020).

Um dos mais importantes exemplos de regressão em termos de direitos é o da área socioambiental. A partir de discursos proferidos publicamente e *online*,

argumentaremos no próximo capítulo que Bolsonaro e seus correligionários apresentaram uma postura antiambientalista e anti povos indígenas e quilombolas. À vista disso, fundamentaram seus discursos em ideias que bebem da fonte do negacionismo climático produzidas por experts conservadores pró-ruralistas, cujos textos são publicados em veículos que não contam com o sistema de avaliação duplo-cega por pares (RAJÃO et al., 2022; ESTEVES, 2021). Uma das principais ideias nesse sentido é atribuída a Evaristo de Miranda, considerado o “ideólogo da política ambiental brasileira”, que argumenta que há pouca terra para o agronegócio, tendo em vista que há terra demais para os indígenas e a proteção ambiental (ESTEVES, 2021). O próprio setor militar do governo se apresentou contrário aos processos de titulações de terras indígenas que vinham avançando desde os anos 1990, considerando-os como ameaças à soberania nacional do Brasil impostas pelas elites progressistas internacionais (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020; LEIRNER, 2020; ZHOURI, 2010). Essas questões serão desenvolvidas com maior profundidade no próximo capítulo.

3. O MEIO AMBIENTE NO CENTRO: DISPUTAS DISCURSIVAS E POLÍTICAS NO GOVERNO BOLSONARO

Conforme temos discutido, a política populista tem fomentado o panorama da pós-verdade no sentido de buscar desacreditar as formas de intermediação estabelecidas no contexto da democracia liberal e tentar consolidar outras para garantir o apoio da base eleitoral. Nessa perspectiva, demonstramos como os populismos de direita têm fomentado tensões com as mídias jornalísticas e atores do meio científico, pautados principalmente na retórica da guerra cultural contra as elites globalistas progressistas (ou até comunistas). Em face disso, a questão da agenda ambientalista e, mais especificamente, da agenda climática global é um ponto nevrálgico desse discurso das direitas radicais e extremas.

Tendo isso em vista, este capítulo tem como objetivo discutir como o meio ambiente se tornou uma pauta central no governo Bolsonaro. Para isso, apresentam-se os desenvolvimentos que ocorreram nos meios científicos e políticos globais no século passado e que estabeleceram a pauta ecológica na política internacional, com consequências para as disputas políticas internas de diversos países ao redor do mundo. Além disso, discute-se a evolução do movimento ambientalista e das políticas ambientais no Brasil, de modo a compreender como esse tema se enraizou no imaginário coletivo e no sistema político-partidário. Em seguida, introduzimos as distintas formas de comunicação ambiental dos movimentos e partidos da *far right* contemporânea, comparando o caso brasileiro com as expressões no Norte Global, de onde predominam as pesquisas desse campo de investigação. Embora seja possível observar a tendência dos partidos e movimentos desse campo expressarem ceticismo ou negacionismo climático, as perspectivas de comunicação e política ambiental não são homogêneas. Enquanto há uma parcela que defende mais incisivamente pautas ecológicas, há um outro grupo que rejeita a agenda ambientalista por preocupações com a soberania nacional.

Localizando a comunicação ambiental bolsonarista nessa segunda linha, buscamos explicar como ela se expressou no governo Bolsonaro e se consolidou no debate público. Saindo da periferia da comunidade científica, estabeleceu-se um discurso negacionista que se institucionalizou de forma mais sustentada no governo do ex-presidente. Argumentamos que esse discurso se constituiu no Brasil como

uma expressão intelectual vinculada principalmente à direita radical e extrema que passou a disputar o debate público e a agenda política legitimado por uma “ciência ambiental patriota” difusora de negacionismo climático. Com isso, o governo Bolsonaro representou uma inflexão na gestão ambiental brasileira com a promoção de ataques a experts da área, além de políticas antiambientalistas e antiindigenistas. Mesmo com a derrota eleitoral de Bolsonaro em 2022, o projeto discursivo da direita reacionária vai continuar existindo na disputa da ciência e das políticas públicas. O cenário de crises ambiental e sanitária que marcou o governo Bolsonaro permitiu observar como opiniões periféricas passaram a disputar espaço na interface entre ciência e política.

3.1. COMO O MEIO AMBIENTE SE TORNOU UMA PAUTA POLÍTICA CENTRAL NO MUNDO E NO BRASIL (1960-2010)

A segunda metade do século XX foi marcada, dentre outras coisas, pela emergência dos movimentos em prol da conservação e justiça ambientais em várias partes do mundo, assim como a articulação de movimentos de povos indígenas e tradicionais em defesa de suas terras e culturas (ACSELRAD, 2002; CONNEL, 2020). Na esteira da efervescência coletiva que marcou o final dos anos 1960 com a formação de novos movimentos sociais, o movimento ambientalista de massas surgiu como importante ator político, inicialmente vinculado a outros movimentos de contracultura da classe média urbana no contexto do Norte Global Ocidental, mas tendo se expandido rapidamente ao redor do mundo (CASTELLS, 1999, p. 154). Posteriormente, partidos verdes foram fundados e passaram a compor as disputas políticas em diversos países.

Não obstante, a preocupação com o meio ambiente tem raízes muito mais antigas, tendo sido expressa de forma mais recorrente pelo Romantismo europeu a partir do século XVIII e por organizações conservacionistas da natureza no século XIX (FORCHTNER, 2020, p. 4). Atualmente associados no imaginário popular à esquerda, os movimentos ambientalistas também possuem expressões à direita. Nesse sentido, articulando a idealização do meio ambiente com ideias nacionalistas, uma parte do pensamento romântico influenciou, no início do século XX, ideologias etnonacionalistas, fascistas e nazistas e suas concepções a respeito da relação entre nação e natureza (FORCHTNER, 2020, p. 6). Como discutiremos adiante,

alguns partidos e movimentos da *far right* contemporânea seguem perspectiva semelhante, enquanto outros têm se apoiado em discursos e políticas que podem ser entendidos como antiambientalistas, com ideias e estratégias negacionistas climáticas.

No caso do Brasil, além da ancestral luta indígena em defesa da preservação dos territórios, as origens do ativismo ambientalista remontam ao ano de 1958, com a criação da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN) no Rio de Janeiro. Contudo, foi a partir da década de 1970 que se observou a multiplicação de grupos ambientalistas, associados também ao movimento pró-redemocratização protagonizado pela esquerda (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 155). Assim, constituíram-se dois gêneros de identidade coletiva “ambientalista”, com dois principais “frames”²⁸ associados: os “técnicos”, defensores do conservacionismo, e os “políticos”, apoiados no socioambientalismo (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 156-7). Enquanto os técnicos se baseavam “em vínculos profissionais entre cientistas naturais, já incorporados à burocracia de Estado por profissão”, os políticos possuíam “formação humanística e [eram] conectados com o movimento pela Redemocratização” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 156). Quanto aos frames, o conservacionista dispõe de uma perspectiva científicista e biocêntrica da relação sociedade-natureza, definindo “o meio ambiente exclusivamente como mundo natural selvagem, vendo qualquer intervenção nele como questão técnica, restrita aos cientistas naturais” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 157). Já o frame socioambientalista, emergido no processo de redemocratização, se aproxima da ecologia política por sua crítica sociocultural ao desenvolvimento industrial capitalista e ao estilo de vida consumista moderno, contemplando assim o mundo urbano, mas defendendo fortemente as populações rurais e indígenas da degradação ambiental proporcionada por essas causas políticas e econômicas (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 156-157). Tendo isso em vista,

Nesse frame, a definição do problema ambiental passa das ciências naturais para as humanas, com ênfase na relação entre processos sociais e naturais. O humanismo da contracultura é incorporado, sob a forma de demanda por uma “ética ecológica”. A própria ideia de meio ambiente é redefinida como relação entre grupos sociais e recursos naturais (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 157).

28 “Frames’ são esses instrumentos cognitivos e guias para a ação que permitem aos ativistas questionar uma dada situação social antes não problemática, atribuir responsabilidade a grupos ou autoridades por tal estado de coisas e apresentar estratégias para alterá-lo” (BENFORD; SNOW, 2000 apud ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 156).

Diante disso, somando-se ao ciclo de protestos pela redemocratização a partir do fim dos anos 1970, os grupos ambientalistas, antigos e novos, buscaram estabelecer coalizões e estratégias coletivas que viriam a ser importantes no contexto da Assembleia Constituinte de 1988. Nesse momento, já era notável a consolidação de um movimento ambientalista brasileiro amplo com suas ações coordenadas que lograram estabelecer lideranças políticas, um capítulo para o meio ambiente na Constituição de 1988 e fundar o Partido Verde (PV) em 1986 (registrado oficialmente em 1993) (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 160-162). Entretanto, devido à resistência de políticos de centro e direita, o capítulo em questão foi marcado pelo conservacionismo, por ser mais “palatável” do que o socioambientalismo (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 162-163). Por outro lado, as comunidades tradicionais, em especial os povos indígenas e quilombolas, testemunharam um maior reconhecimento com o estabelecimento de direitos culturais e territoriais no texto constitucional, corroborados posteriormente pela ratificação de tratados internacionais nesse sentido, o que contrariou o paradigma integrador autoritário do período ditatorial.

De qualquer modo, a partir dos anos 1970, diversos estudos científicos passaram a ser publicados denunciando fenômenos como a poluição atmosférica e hídrica, a destruição da camada de ozônio e o aquecimento global associado à ação humana. Diante desse cenário de aumento da preocupação com o meio ambiente, realizou-se, em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, mais conhecida como Conferência de Estocolmo, e pouco depois no mesmo ano foi fundado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Com debates sobre a necessidade de conciliar desenvolvimento e preservação ambiental, o evento foi um importante marco para impulsionar mudanças nas políticas públicas e nas economias nacionais, inclusive em países que não testemunhavam movimentos ambientalistas de massa. Nessa conjuntura, observou-se um processo de adoção, inicialmente por parte das economias industrializadas, do paradigma da “modernização ecológica”, que se consolidou na agenda do desenvolvimento sustentável no final do século XX. Em linhas gerais, pode-se dizer que a “modernização ecológica”²⁹ aposta em mudanças nos padrões

29 Apesar das limitações da teoria da modernização ecológica analisadas por Gert Spaargaren e Arthur P. J. Mol (1992), opta-se pelo uso do termo porque ele contempla a mudança de paradigma no âmbito da economia mundial que se difundiu com a agenda do desenvolvimento

de produção e consumo das sociedades industriais através de tecnologias mais eficientes, soluções de mercado e gestão ambiental baseada na construção de consensos como formas de enfrentar a crise ecológica (SPAARGAREN; MOL, 1992; ACSERLAD, 2002; BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020).

Tais mudanças internacionais foram sentidas em terras brasileiras, marcando o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil por uma ambiguidade no que tange à questão ambiental. Embora alguns marcos legais tenham sido estabelecidos nesse contexto, como o Estatuto da Terra, de 1964, o Código Florestal, de 1965, a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1973, e a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), em 1981 (POERNER, 2022), o modelo de nacional-desenvolvimentismo do período foi baseado na construção de grandes empreendimentos de infraestrutura e no avanço da fronteira extrativista com a importação do modelo capitalista do agronegócio para o campo (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020). Assim, a modernização conservadora da economia contribuiu para o aumento das desigualdades, a degradação ambiental e a violação de direitos humanos dos grupos mais vulneráveis, sobretudo os povos indígenas e tradicionais, vistos com maus olhos por resistirem à integração ao projeto nacional e demandarem respeito às suas culturas e relações tradicionais com a terra (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020; ZHOURI, 2010). Nesse sentido, a política ambiental de então se voltou basicamente a acomodar os programas desenvolvimentistas, inicialmente com estratégias de administração de recursos ambientais; porém, após a pressão internacional decorrente da Conferência de Estocolmo, criou-se a SEMA e foram adotadas também estratégias de controle da poluição industrial, planejamento territorial, principalmente urbano, e, finalmente, a PNMA (FERREIRA; SALLES, 2016). Assim sendo, na conjuntura de crise econômica a partir de meados dos anos 1970, que contribuiu para o enfraquecimento do Regime Militar, a pressão de movimentos populares, ONGs nacionais e internacionais e chefes de Estado de países capitalistas centrais auxiliou a estabelecer uma política ambiental mais compreensiva e mais alinhada ao desenvolvimento sustentável liberal, a PNMA, que se consagrou anos depois no texto constitucional (FERREIRA; SALLES, 2016).

Ao mesmo tempo que Estados passavam a adotar mais políticas públicas para a área ambiental e os movimentos ecológicos ganhavam mais adeptos,

sustentável da ONU. Para uma avaliação sistemática do conceito, cf. (SPAARGAREN; MOL, 1992; OLIVIERI, 2009).

cientistas acumulavam evidências que corroboravam a tese do aquecimento global decorrente da ação humana (ORESQUES; CONWAY, 2010; DUNLAP; MCRIGHT, 2015). Com esses avanços científicos, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas ('Intergovernmental Panel on Climate Change' [IPCC]) foi criado em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) em parceria com o PNUMA com a intenção de produzir revisões e recomendações compreensivas a respeito do estado do conhecimento da ciência das mudanças climáticas, considerando os impactos sociais e econômicos e potenciais estratégias de resposta a esse cenário, além de elementos a serem inseridos em outros acordos internacionais sobre o tema (IPCC, 2023). Nesse sentido, o Painel se consolidou como autoridade internacional na questão das mudanças climáticas, com uma grande comunidade de cientistas de todo o planeta que colaboram com suas pesquisas e com a formulação de políticas climáticas. Com esse alicerce científico, conferências internacionais envolvendo a questão do meio ambiente passaram a ser realizadas cada vez mais, assim como a pauta ambiental foi se fortalecendo no campo político dos países com mais propostas de legislações regulatórias para proteção da natureza (DUNLAP; MCRIGHT, 2015).

Em reação a isso, surge, no final da década de 1980, o “contramovimento” do negacionismo climático, sustentado por corporações vinculadas à indústria petrolífera, *think tanks* neoliberais-conservadores com seus experts ideologicamente orientados, grupos midiáticos, blogs e políticos conservadores inseridos numa “rede de *advocacy* global”, centrada em instituições de países do Norte Global em que o neoliberalismo se estabeleceu inicialmente, sobretudo nos países anglófonos ricos (DUNLAP; MCRIGHT, 2015). Inspirados pela estratégia desenvolvida pela indústria do tabaco, tais atores inicialmente apostaram na prática de gerar incertezas acerca dos achados científicos para confundir a opinião pública em prol de seus interesses. Posteriormente, passaram a adotar a estratégia de fabricação de falsas controvérsias científicas para desacreditar os experts e as instituições que contrariavam suas narrativas e sugeriam políticas regulatórias (ORESQUES; CONWAY, 2010).

Dessa maneira, a pauta ambiental se consagrou como um dos centros das contendas políticas a partir da década de 1990 com a dissolução da União Soviética. O fortalecimento do contramovimento negacionista nesse período se deu por conta da associação que políticos do campo neoliberal-conservador enxergaram entre os

movimentos ambientalistas/ecológicos com o socialismo, tendo em vista suas críticas a alguns aspectos do capitalismo industrial e as consequentes demandas por regulação. Como Oreskes e Conway (2010) apontam, é possível observar o forte elemento anticomunista, legado da cultura política da Guerra Fria, dos negacionismos científicos. Inclusive, a autora e o autor destacam que muitos dos experts criadores de institutos negacionistas trabalharam em agências militares ou governamentais estadunidenses. Assim, as estratégias desinformativas do contramovimento negacionista, tendo como foco principal os *think tanks* neoliberais-conservadores, têm sido empregadas para difundir a ideologia do fundamentalismo de mercado e pressionar o poder político para rejeitar mais regulações econômicas em prol do programa neoliberal (ORESQUES; CONWAY, 2010).

Voltando ao Brasil, a partir de meados da década de 1980, muitas associações ambientalistas se profissionalizaram, tornando-se organizações não governamentais (ONGs) para promover suas pautas sem necessariamente passar pela arena política, o que foi reforçado nos anos 1990, com o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), que fechou as agências estatais aos grupos ambientalistas dos anos 1970, geralmente vinculados à esquerda (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 163). Com a segunda Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Brasil, em 1992, a Rio-92, o movimento ambientalista brasileiro se alinhou à proposta de desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade do evento e acabou consolidando um frame comum ao movimento: o “neoconservacionismo”, que matizou e conciliou o socioambientalismo e o conservacionismo (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 165). Esse novo frame se diferencia do socioambientalismo por ser menos crítico ao desenvolvimento capitalista e mais focado nas florestas do que na vida urbana e também do conservacionismo por incluir o patrimônio cultural e genético dos povos tradicionais e indígenas como objetos de preservação ambiental (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 165).

Perante tal cenário de diversas mudanças, a questão da Amazônia se tornou ainda mais sensível para os militares no geral em virtude do aumento da preocupação internacional com a preservação do bioma, especialmente após o fim da Ditadura (DHENIN, 2017; PILETTI; 2008). Na verdade, a preocupação de atores políticos brasileiros com os interesses estrangeiros na Amazônia remonta, pelo menos, à década de 1920, quando o governo dos Estados Unidos começou a

financiar expedições de reconhecimento científico da região, de modo que, após a II Grande Guerra, o aumento da presença de estadunidenses lá, em razão de acordos militares e econômicos entre os dois países, passou a instigar ideias nacionalistas e desenvolvimentistas de “integrar para não entregar” entre estadistas e intelectuais (HECHT; RAJÃO, 2020). Com isso, concebendo-a como região estratégica para a soberania nacional por conta da riqueza de recursos naturais, da grande área fronteiriça e da baixa densidade populacional, a Amazônia foi um importante palco dos projetos desenvolvimentistas do período militar e da repressão aos movimentos populares, sobretudo indígenas (POERNER, 2022). Com a redemocratização e as mudanças na ordem geopolítica mundial pós-fim da União Soviética, os militares buscaram redefinir seu papel político e as relações com os civis no contexto da transição, o que os levou a negociar politicamente a função de proteção das fronteiras da região amazônica por conta de potenciais ameaças territoriais, como o narcotráfico e grupos guerrilheiros de esquerda (DHENIN, 2017, p. 375-376). Desse modo, a questão da proteção das fronteiras amazônicas se tornou uma obsessão dos militares na década de 1990, o que implicou o desenvolvimento da desconfiança acerca da preocupação internacional e, sobretudo, de ONGs ambientalistas com a floresta tropical e os direitos dos povos indígenas cristalizada na Rio-92 (DHENIN, 2017; PILETTI; 2008). Diante disso, ao analisar os discursos e as produções intelectuais de militares³⁰, Felipe José Piletti (2008, p. 96-97) evidencia o desenvolvimento desse pensamento militar que, embora não represente necessariamente posições oficiais das Forças Armadas, sofre influência delas ao mesmo tempo que as influencia. Assim:

A “cobiça internacional” pela região amazônica, caracterizada pelo interesse das grandes potências pelos recursos naturais da região é, pois, considerada pelos militares como o maior risco à soberania nacional do Brasil, na medida em que poderia ensejar pressões no sentido de uma maior ingerência ou mesmo uma “internacionalização” da região. Essas pressões provavelmente utilizariam como argumentos justificadores as questões ambientais e indígenas, entre outras, alegando a incapacidade do Brasil em lidar de forma satisfatória com esses temas. Este processo já estaria em andamento, com a tentativa, por exemplo, de propagandear a ideia de que a Amazônia seria um “patrimônio da humanidade” e de que haveria um dever internacional em protegê-la (...) (PILETTI, 2008, p. 99).

30 Em sua dissertação de mestrado, Piletti (2008, p. 96) analisa “artigos escritos por militares e publicados em revistas especializadas, frequentemente de instituições das próprias das Forças Armadas; entrevistas, depoimentos e palestras dadas pelos comandantes e ex-comandantes de unidades e comandos militares importantes, especialmente aqueles vinculados ao Comando Militar da Amazônia (CMA); e monografias e dissertações de mestrado escritas pelos oficiais-superiores do Exército nos cursos realizados na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), a escola de formação de mais alto nível do Exército Brasileiro”.

Assim sendo, no processo de consolidação democrática em curso na década de 1990 e o estabelecimento dos paradigmas do desenvolvimento sustentável liberal e da diversidade cultural na Constituição de 1988, consolidam-se ideias antiambientalistas e antiindigenistas entre uma parcela dos militares em reação aos processos de titulação de terras indígenas e o fortalecimento dos movimentos socioambientalistas no Brasil, entendidos como ameaças à soberania nacional (ZHOURI, 2010; PILETTI, 2008). Os militares que sustentavam essa desconfiança da “cobiça internacional” pela Amazônia argumentavam que o “movimento ambientalista internacional” seria constituído por uma rede global de ONGs patrocinada por corporações internacionais e governos de países ricos com a intenção escusa de “congelar” o crescimento dos países em desenvolvimento para “salvar” os recursos minerais abundantes de seus territórios para serem explorados por esses atores externos posteriormente ou no momento, de forma disfarçada (PILETTI, 2008, p. 107). Com o objetivo de internacionalizar a região para garantir sua exploração, o “movimento ambientalista internacional” estaria denunciando o desmatamento e outros problemas ecológicos nos países amazônicos, como o Brasil, para alegar a necessidade de uma “ingerência externa”, além de promover pautas como a demarcação de múltiplas unidades de conservação e territórios indígenas por meio da agenda do desenvolvimento sustentável (PILETTI, 2008, p. 107-113).

A questão dos direitos territoriais indígenas é particularmente temida por ser compreendida como uma estratégia da “cobiça internacional” de estabelecimento de zonas autônomas do controle brasileiro ou sob controle internacional visando à exploração dos recursos naturais, sobretudo em áreas fronteiriças, resultando numa fragmentação étnico-territorial (PILETTI, 2008, p. 117-134). Por isso, muitos militares, dentre eles o então Comandante Militar da Amazônia General Augusto Heleno, opuseram-se ferrenhamente às demarcações das terras indígenas (TI) lanomâmi, em 1992, e Raposa-Serra do Sol, em 2005³¹, bem como à aprovação da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU, em 2007, todos eventos percebidos como ameaças à soberania nacional do Brasil (PILETTI, 2008, p. 129).

31 “A reserva lanomâmi é a maior e mais antiga das duas: localiza-se entre os estados de Roraima e Amazonas, na fronteira com a Venezuela, tem cerca de 9.700.000 hectares e foi homologada no ano de 1992. Já a reserva indígena Raposa-Serra do Sol se localiza no norte do estado de Roraima, na fronteira do Brasil com a Guiana e a Venezuela e tem cerca de 1.750.000 hectares; seu processo de criação é bem mais recente, tendo sido homologada no ano de 2005” (PILETTI, 2008, p. 129).

Em consideração às preocupações envolvendo a Amazônia, as Forças Armadas realizaram esforços para assegurar a aprovação de arcabouços legais a nível federal no início dos anos 2000 para legitimar o aumento da presença militar, em especial do Exército, nas TIs e suas proximidades, o que não ocorreu sem conflitos já que ONGs, antropólogos e lideranças indígenas criticaram e denunciaram essa ação por trazer efeitos perniciosos para a organização social e a cultura dos povos indígenas (PILETTI, 2008, p. 134-138). Isso porque a ação se baseou na perspectiva de integração dos indígenas à “sociedade branca”:

A presença do Exército em áreas indígenas, com a implantação de unidades militares, faz parte da “Estratégia da Presença”, que pressupõe a “vivificação” da faixa de fronteira do país a partir de uma ação colonizadora que fixe contingentes civis no entorno de unidades militares, como embrião de futuras aglomerações urbanas. Além de oferecer serviços de saúde e educação às comunidades que vivem próximas às unidades, os militares são instruídos para que estabeleçam vínculos de amizade com os moradores da região, buscando a incorporação de indígenas ao Exército e a integração com os núcleos populacionais (PILETTI, 2008, p. 134).

O período entre o final dos anos 1990 e as primeiras duas décadas do século XXI foi marcado por demarcações de unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas, aprovação de novas políticas socioambientais e conservacionistas que expandiram direitos e a participação popular, além da ratificação de tratados internacionais em defesa do meio ambiente e da diversidade cultural que se somaram a esse novo cenário político-jurídico, como o Tratado de Kyoto (1997), a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005) e o Acordo de Paris (2015). Isso foi apoiado com a consolidação do consenso científico sobre as mudanças climáticas antropogênicas em meados dos anos 2000, como atestam alguns estudos sobre o tema (Cf. ORESKES, 2004; COOK et. al. 2018). Com o governo Lula (2003-2010), a ciência e a política climáticas tiveram seu momento de maior desenvolvimento até então (MIGUEL; MAHONY; MONTEIRO, 2019). Contraditoriamente, o estabelecimento do paradigma da modernização ecológica ancorada no capitalismo neoliberal no Brasil levou a um cenário de “violência lenta”³² em que o aparente caráter democrático das técnicas e procedimentos de gestão ambiental, como as envoltas no licenciamento ambiental, escamoteava a desregulação ambiental e a violação de direitos inseridas nos projetos neodesenvolvimentistas através de estratégias de domesticação dos

32 O conceito de “violência lenta” usado pelas autoras significa “uma violência que ocorre gradualmente e fora de vista, uma violência de destruição retardada que é dispersa através do tempo e espaço, uma violência de desgaste que tipicamente não é vista como violência de qualquer modo” (NIXON, 2011, p. 2).

conflitos socioambientais e produção de consenso (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020, pp. 14-20).

De qualquer modo, os avanços nas políticas pró-meio ambiente e a consolidação da pauta climática na política nacional e internacional no período geraram uma reação de setores neoliberais-conservadores e reacionários da sociedade que viriam a formar um contramovimento negacionista com feições brasileiras, sobretudo a partir de meados dos anos 2000 (MIGUEL, 2022). Convergingo com o pensamento de parcela dos militares de desconfiança da agenda ambientalista-climática por preocupações com a soberania nacional, formou-se uma articulação de professores universitários e outros experts com relações próximas com o agronegócio e as Forças Armadas, intelectuais cristãos católicos fundamentalistas e tradicionalistas, dentre eles Olavo de Carvalho e Bertrand de Orleans e Bragança³³, e, posteriormente, atores vinculados aos *think tanks* ultraliberais da “nova direita” (MIGUEL, 2022). Assim, congregaram-se ideias liberais, conservadoras e nacionalistas em torno da narrativa principal de que o “aquecimento global” seria uma farsa instrumentalizada para impor uma “nova ordem mundial comunista” através de fraudes científicas, coordenadas pelo IPCC, com o objetivo político de destruir a civilização ocidental cristã (MIGUEL, 2022, p. 305). Inspirados nos *think tanks* neoliberais-conservadores norte-americanos fomentadores de negacionismo climático, aproveitaram-se da prática dos meios de comunicação de “balanço de informações” para garantir mais visibilidade no debate público e promover os interesses ruralistas, como ficou evidente no processo de reformulação do Código Florestal entre 2009 e 2012 puxada pela Frente Parlamentar Agropecuária (MIGUEL, 2022, p. 299-304). Apesar da predominância da direita entre os negacionistas climáticos que emergiram nesse período, deve-se fazer a ressalva de que um dos políticos que mais fomentou ideias nesse sentido no contexto das discussões da nova lei florestal foi Aldo Rebelo, então deputado federal do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), com a narrativa de que as leis ambientais seriam uma “nova forma de colonialismo” para subjugar os países menos

33 Bertrand de Orleans e Bragança é descendente da família imperial brasileira e um ativista pelo retorno da monarquia no Brasil. Ele publicou em 2012 o livro “Psicose Ambientalista: os bastidores do ecoterrorismo para implantar uma ‘religião’ ecológica, igualitária e anticristã”, no qual critica fortemente os movimentos ambientalistas, assim como o MST, porque estariam promovendo uma “psicose ambientalista” sem fundamentos científicos para implantar um comunismo disfarçado e destruir a civilização cristã capitalista. O título do livro já foi referenciado diversas vezes por Bolsonaro e seus aliados políticos quando dirigiam críticas às pautas ambientalistas (MIGUEL, 2022, p. 307).

desenvolvidos numa nova forma de “guerra comercial” (MIGUEL, 2022, p. 301-302). Com esses pontos em mente, pode-se entender como o negacionismo climático foi, nesse caso, um “dispositivo” estratégico mobilizado para tentar desvincular os compromissos climáticos dos compromissos de redução do desmatamento e “construir um imaginário político de que as mudanças climáticas são uma ameaça à soberania, ao agronegócio e, conseqüentemente, ao crescimento econômico nacional” (MIGUEL, 2020 apud MIGUEL, 2022, p. 301).

À vista do exposto, percebe-se como o final do século passado foi marcado pelo fortalecimento de agendas ambientalistas, ou melhor socioambientalistas, tanto no contexto internacional, quanto na política interna do Brasil e de boa parte do mundo. Concomitantemente, observou-se a consolidação de um “contramovimento” neoliberal-conservador que tem buscado fomentar ceticismo ou, efetivamente, negar conhecimentos produzidos pelas ciências ambiental e climática “mainstream”, principalmente os consensos científicos acerca das mudanças climáticas, de seu caráter antropogênico ou a gravidade de seus impactos para as formas de vida na Terra, com o objetivo de “frear” a adoção ou até reverter legislações regulatórias percebidas como prejudiciais à economia capitalista. No campo conservador brasileiro, diversos atores também passaram a questionar a ciência ambiental-climática, mais especificamente a relevância da Floresta Amazônica para o clima global e os dados sobre desmatamento, assim como a agenda política do desenvolvimento sustentável informado por esse conhecimento expert, como se essa preocupação internacional com o bioma fosse puramente constituída por interesses geopolíticos contrários à soberania nacional do Brasil.

Essas posturas de fomento de ceticismo ou negacionismo climático contribuíram para difundir desconfiança e até rejeição à ONU e suas instituições constituídas de experts de várias áreas por sua vinculação aos valores universalistas de direitos humanos e à agenda do desenvolvimento sustentável, como o IPCC no caso das mudanças climáticas e a OMS no contexto da pandemia de Covid-19. Esse ponto constitui as narrativas conspiratórias de guerra cultural da *far right* contemporânea e é trazido à tona para criticar o multilateralismo de solução de problemas globais, como as mudanças climáticas, com o argumento de que ele estaria promovendo a “perda de soberania” dos Estados-nação. Demonstraremos mais adiante como essas ideias se cristalizaram no discurso bolsonarista, que passou a se apoiar mais diretamente no conhecimento produzido por experts e

personalidades influentes da direita radical numa espécie de “ciência ambiental patriótica”, tal qual a “ciência patriótica” da cloroquina (FONSECA; RIBEIRO; NASCIMENTO, 2022) discutida no último capítulo.

3.2. COMUNICAÇÃO AMBIENTAL DA DIREITA RADICAL/EXTREMA-DIREITA

Diante do progressivo aumento da relevância da questão do meio ambiente nas disputas políticas especialmente a partir de meados do século passado, delineou-se um campo de investigação referente às formas de comunicação pública mediada sobre a temática ambiental, desde as mídias até os partidos políticos e movimentos sociais (HANSEN, 2020). Isso porque o aumento da preocupação com o meio ambiente, sobretudo a partir dos anos 1960, coincide com o crescimento do acesso popular aos meios de comunicação de massa, principalmente visuais, que passaram a noticiar problemas ambientais com frequência (HANSEN, 2020, p. 39). De qualquer modo, a pesquisa em comunicação ambiental busca analisar como grupos midiáticos, políticos e sociais representam em seus discursos a natureza e temas relacionados, incluindo problemas ecológicos, os direitos animais, as dietas vegetarianas/veganais, entre outros.

Nessa perspectiva, voltando-se para a comunicação ambiental dos partidos e movimentos da *far right* da Europa e dos Estados Unidos, Bernhard Forchtner organizou o livro *The Far Right and the Environment: Politics, Discourse and Communication* (2019) com uma coletânea de capítulos com estudos de casos relativos a esses países. Apesar da diversidade de abordagens no campo da direita radical e extrema demonstrada na publicação, é possível notar que o imaginário (etno)nacionalista exerce papel central na fundamentação da comunicação ambiental desses atores. Por outro lado, focado na questão da agenda climática, Matthew Lockwood (2018) também contribui com importantes reflexões acerca da postura discursiva e prática da direita populista da Europa e de países anglófonos ricos (Austrália, Canadá, Estados Unidos e Reino Unido) relativa às mudanças climáticas.

Embora possa parecer a partir da experiência dos governos populistas de direita de Bolsonaro no Brasil e de Trump nos Estados Unidos que a direita radical seria a representante inequívoca de uma agenda antiambientalista, a realidade é

que os partidos desse campo dispõem de concepções nacionalistas ou nativistas da natureza que se expressam de distintas formas nas políticas ambientais que defendem. Revisando algumas formas de abordar a relação entre o ambiente natural e a *far right*, Forchtner (2020, p. 9) destaca que por um lado, há grupos que defendem a proteção da natureza como forma de preservação das particularidades identitárias da comunidade, mas, por outro, há setores que rejeitam a defesa do meio ambiente por conta de razões contextuais, históricas e ideológicas. No primeiro caso, os atores criticam o que percebem como as ameaças responsáveis pela degradação ambiental, particularmente das paisagens naturais nacionais, geralmente atribuindo a deterioração ao “materialismo” e à “globalização”, particularmente a questão da imigração (FORCHTNER, 2020, p. 9). No segundo conjunto, destaca-se justamente a preocupação com a “perda de soberania nacional” que a agenda ambientalista imporá aos Estados (FORCHTNER, 2020, p. 9). Entretanto, as fronteiras entre essas duas visões não são rígidas, notadamente nos partidos populistas de direita que as misturam em seus discursos.

À vista disso, a primeira perspectiva geralmente defende, pelo menos em seus discursos, políticas de preservação ambiental, em especial das paisagens naturais, a partir de um imaginário ambiental enraizado em concepções nacionalistas românticas e nativistas. Alguns exemplos que apresentam ideias nesse sentido são os partidos da *far right* da Alemanha (“Alternative für Deutschland”), Áustria (“Freiheitliche Partei Österreichs”), França (“Rassemblement National”), Dinamarca (“Dansk Folkeparti”), Finlândia (“Perussuomalaiset”), Hungria (“Fidesz” e “Jobbik”) e do Reino Unido (“United Kingdom Independence Party” e “British National Party”), que dispõem de uma ecologia própria em que reivindicam a importância da preservação da natureza, sobretudo do campo, para a identidade nacional (TURNER-GRAHAM, 2020; BOUKALA; TOUNTASAKI, 2020; KØLVRAA, 2020; HATAKKA; VÄLIMÄKI; 2020; VOSS, 2020; KYRIAZI, 2020; FORCHTNER; ÖZVATAN, 2020). Nessa concepção, a imigração seria responsável não somente pela degeneração das identidades nacionais e suas consequências, mas também pela degradação ambiental, poluição e descaracterização das paisagens naturais. Com isso, uma das soluções apresentadas por esses partidos para os problemas ambientais seria um controle migratório bastante rígido, com a possibilidade de construção de muros fortificados nas fronteiras. Isso se aproxima da perspectiva da ecologia nazista, que também pode ser denominada de ecofascista (BIEHL;

STAUDENMAIER, 1995), com sua política particularista de “sangue e solo” (“blood and soil”).

Contudo, essa valorização discursiva do meio ambiente nem sempre se traduz na preferência por políticas alinhadas aos grupos ambientalistas “mainstream”, especialmente no caso da agenda climática. Por um lado, os partidos da Áustria, Dinamarca, França, Finlândia e Hungria apoiam algumas políticas de preservação ambiental e de transição energética sustentável, mas tendem a evitar mencionar as mudanças do clima ou expressam ceticismo, principalmente sobre a agenda climática multilateral, de forma cautelosa ou ambígua (LOCKWOOD, 2018, p. 6). Por sua vez, os partidos da Alemanha e do Reino Unido promovem abertamente alguma forma de negacionismo climático, opõem políticas climáticas e de transição energética sustentável, assim como seus pares na Austrália, Canadá e nos Estados Unidos (LOCKWOOD, 2018, p. 4-6).

Desse modo, os partidos da Alemanha e dos países anglófonos se aproximam do segundo grupo discutido por Forchtner (2020), que se baseia mais fortemente no discurso da “perda de soberania nacional” para se contrapor à agenda ambientalista. Também podem ser incluídos nesse grupo os partidos populistas de direita da Polônia (“Prawo i Sprawiedliwość”) e da Suécia (“Sverigedemokraterna”) (BENNET; KWIATKOWSKI, 2020; HULTMAN; BJÖRK; VIINIKKA, 2020), assim como a coalizão bolsonarista no Brasil. Nesse caso, o discurso populista antielitista e antipluralista toma centralidade na formação dessa perspectiva, pois enquadra a agenda climática como uma conspiração das elites cosmopolitas e da “minoría nefasta” (OSTIGUY; CASULLO, 2017) de tecnocratas e cientistas ambientais-climáticos para ameaçar a soberania nacional e/ou comprometer setores fundamentais de suas economias, como as indústrias de petróleo e carvão (LOCKWOOD, 2018). Diante disso, resulta-se numa postura ambígua com relação a pautas sustentáveis, pois elas podem ser aceitas em alguns casos, quando convergem com a narrativa da defesa da soberania nacional.

Lockwood (2018) argumenta que há duas linhas explicativas acerca da adesão dos populismos de direita ao ceticismo/negacionismo climático: a abordagem estruturalista e a ideológica. Destacando que as mudanças decorrentes da globalização, do enfraquecimento dos sindicatos e dos avanços tecnológicos explicam a adesão das pessoas “deixadas para trás” a movimentos e partidos populistas, o autor observa três potenciais argumentos para a associação dos

populismos direitistas com a hostilidade à agenda climática na abordagem estruturalista: a classe de “deixados para trás” estaria empregada principalmente em setores econômicos de uso intensivo de carbono; a tendência de relação próxima entre lideranças populistas de direita com as indústrias fósseis; e a ideia de que taxas ambientais afetariam negativamente o padrão de vida das pessoas. Apesar de haver evidências que sustentariam esses argumentos em alguns casos, sobretudo nos países anglófonos, o sociólogo introduz resultados de pesquisas que demonstram a insuficiência dessa abordagem (LOCKWOOD, 2018, p. 8-10).

Assim, ele argumenta que tal abordagem é problemática por vários motivos. Primeiro, porque movimentos e partidos populistas não conseguiriam - e de fato não se sustentam somente com - o apoio da parcela da população vinculada aos setores econômicos de alto uso de carbono, até porque em muitos casos essa é uma parcela ínfima da população total. Outro problema é a explicação insuficiente do porquê os eleitores de países tão distintos adeririam a partidos populistas de direita e não de esquerda. Ademais, o autor também ressalta que o argumento da proximidade de líderes populistas direitistas com as indústrias fósseis não se verifica sempre, tendo em vista que alguns países não dispõem de tantos recursos dessa natureza, assim como essa relação de proximidade não se restringe aos partidos populistas em todos os casos (LOCKWOOD, 2018, p. 8-10).

Tendo esses pontos em mente, Lockwood (2018, p. 10-14) argumenta que a abordagem acerca do conteúdo ideológico dos populismos de direita apresenta explicações melhores, que não excluem questões estruturais. A literatura que o autor apresenta explora duas dimensões ideológicas dos populismos direitistas: a importância de valores socialmente conservadores, autoritários e nacionalistas e o desejo por uma relação direta entre o povo e as elites políticas. O primeiro ponto destaca como esses valores geram hostilidade à agenda climática porque é vinculada a elites cosmopolitas liberais contrárias aos interesses nacionais. Nesse quesito, há uma ambivalência dos populismos direitistas com relação às políticas energéticas, pois em países com muitos recursos fósseis, há uma narrativa de defesa da exploração desses recursos para a independência energética, porém em países sem tais recursos, há o desejo de encontrar alternativas aos combustíveis fósseis, mas também a rejeição e suspeita à política climática de organismos supraestatais. Enquanto isso, o segundo elemento se relaciona com a proposta populista de desintermediação da democracia, que seria ameaçada pela agenda

climática por conta de sua complexidade e opacidade por ser percebida como imposta pela “minoría nefasta” de cientistas e tecnocratas ambientalistas associados às elites cosmopolitas (LOCKWOOD, 2018, p. 10-14).

Com isso, percebe-se como a questão ambiental conforma uma união entre aspectos estruturais e culturais, o que implica até distinções identitárias. Nesse sentido, insta destacar o argumento de Martin Hultman, Anna Bjork e Tamy Viinikka (2020) que associa o negacionismo climático da direita radical populista sueca não somente com a estratégia dos “comerciantes da dúvida” (ORESQUES; CONWAY, 2010), a retórica anti-establishment e o etnonacionalismo, mas também com a visão de mundo conservadora das “masculinidades industriais/ do homem provedor”. Considerando pesquisas que apontam dados de que a maior parte dos que geralmente apresentam ceticismo frente às mudanças climáticas antropogênicas são homens e que, sobretudo, são homens influentes as principais figuras públicas do contramovimento negacionista, os autores argumentam que essa postura pode ser entendida como uma forma de “proteção” ao modo de vida e às posições de poder associados a homens, principalmente das classes altas dos países industrializados, que construíram suas vidas na ordem capitalista em torno de práticas que são tidas como ambientalmente insustentáveis e/ou injustas por se basearem numa lógica extrativa colonial (HULTMAN; BJÖRK; VIINIKKA, 2020, p. 128-129). Nesse sentido, pode-se citar também uma crescente literatura que tem corroborado a tese do entrelaçamento de valores conservadores tradicionalistas e o negacionismo ou ceticismo climático (JYLHÄ et al., 2016; MCCRIGHT; DUNLAP, 2011), em que se destacam grupos cristãos (cf. MIGUEL, 2021; SANTOS, 2022) e antifeministas (cf. BARLA; BJORK-JAMES, 2021).

Em face do que foi discutido nesta seção, compreendem-se as perspectivas diversas que constituem a relação de grupos da *far right* com o meio ambiente, as políticas ambientais e climáticas. Assim, será possível vislumbrar a localização do bolsonarismo no que tange a esse tema. Agora, partimos para um aprofundamento na comunicação ambiental no governo Bolsonaro.

3.3. A COMUNICAÇÃO AMBIENTAL NO GOVERNO BOLSONARO: ENTRE O NEGACIONISMO E UMA CIÊNCIA AMBIENTAL “PATRIOTA”?

Em território brasileiro, a campanha populista de Bolsonaro congregou diversos setores em torno de seu projeto reacionário, que teve o meio ambiente como um dos palcos centrais. Ainda antes das eleições de 2018, o candidato do PSL já tinha prometido “acabar com a indústria de multas ambientais” (GILLY, 2018) e “não demarcar nenhuma terra indígena” (RESENDE, 2018), o que não surpreende quando se considera o episódio da multa que recebeu do Ibama em 2012 por pesca ilegal (SERVIDOR DO IBAMA..., 2019) e seu passado garimpeiro, que também explica sua defesa da categoria e de projetos de legalização do garimpo em reservas ambientais, indígenas e quilombolas (AUDI, 2018). Destarte, a retórica anti-establishment de Bolsonaro também se voltou contra as políticas ambientais e indigenistas estabelecidas, o que atraiu fortemente setores neoliberais-conservadores e reacionários que se percebiam como prejudicados com o avanço da agenda regulatória, sobretudo do agronegócio, das Forças Armadas e dos cristãos tradicionalistas ou fundamentalistas.

Fundamentada numa estrutura conspiratória e em elementos moralizantes (VON BEHR, 2022), a comunicação do governo Bolsonaro e sua alta cúpula utilizou da estratégia do contramovimento negacionista de semear dúvidas acerca da credibilidade das instituições de experts da área ambiental orientadas pelos consensos científicos climáticos e da agenda climática multilateral (MIGUEL, 2022; RAJÃO et al., 2022). Contudo, argumentamos que mais do que simplesmente negar a ciência ambiental-climática como um todo, o governo Bolsonaro e sua base política se apoiaram na tentativa de disputar hegemonia acerca da “verdade” referente ao meio ambiente no Brasil a partir de perspectivas marginalizadas no meio científico global. Assim, tentou-se estabelecer uma espécie de “ciência ambiental patriótica” com base no conhecimento produzido por experts acadêmicos e intelectuais com ideias negacionistas e alinhadas ao projeto bolsonarista. Ou seja, seguiu-se o movimento duplo de desintermediação-reintermediação apontado por Cesarino (2022).

Em sua dissertação de mestrado, Klaus R. von Behr (2022) analisou uma série de enunciados orais e documentos escritos por cinco atores relevantes da alta cúpula do governo Bolsonaro acerca da questão ambiental-climática entre 2018 e 2020: Olavo de Carvalho, Filipe Martins (então assessor da presidência), Eduardo Bolsonaro (então deputado federal), Ernesto Araújo (então ministro das Relações Exteriores) e o próprio ex-presidente. A partir disso, o autor observou o discurso

desses atores se fundamentava numa estrutura conspiratória baseada em elementos moralizantes, cujo cerne seria justamente a ideia de que “elites globais, intelectuais, tecnocráticas e de esquerda buscaram controlar as soberanias nacionais e as ações dos indivíduos por meio da instrumentalização da pauta ambiental-climática – em especial via doutrinação ideológica e da promoção de uma ameaça climática exagerada ou inexistente, ameaça esta que justificaria o controle generalizado” (VON BEHR, 2022, p. 115). Insta destacar que o assessor, o filho e o chanceler de Bolsonaro já se declararam publicamente como seguidores do pensamento de Olavo de Carvalho, o que implica um alinhamento discursivo afinado com um matiz levemente diferenciado do discurso de Bolsonaro, mais alinhado ao pensamento militar, como veremos adiante.

De qualquer modo, von Behr (2022) argumenta que os elementos morais mobilizados para representar a pauta ambiental-climática, assim como a reação bolsonarista a ela, apontam para uma mensagem dupla. Ao mesmo tempo que buscam deslegitimar, desqualificar e desacreditar os defensores da pauta como conspiradores contrários à maioria da nação, os atores analisados conclamam a necessidade de lutar contra a imposição dessa agenda, do globalismo e do comunismo (VON BEHR, 2022, p. 116). Nesse sentido, as elites associadas ao ambientalismo, ou “climatismo” no vocabulário de Araújo, eram representadas de forma negativa, como “doutrinadores”, “monopolistas do debate”, “dissimulados”, “desqualificados”, “autoritários”, “mentirosos”, “transgressores” e “hipócritas”. As “metas” dessas elites percebidas pelos atores bolsonaristas seriam “o controle político mundial, cultural ou econômico”, “o controle sobre a soberania do Brasil, ou o controle sobre os indivíduos no geral e sobre a liberdade de expressão em particular” (VON BEHR, 2022, p. 115). As estratégias para implementação de tais metas se baseariam em ações doutrinárias, institucionais ou criminosas, como o autor resume:

A categoria “estratégia” é chave justamente porque mostra como a questão ambiental e climática são “instrumentalizadas” por meio de uma série de “métodos”: seja via (1) doutrinação ideológica, ou via (2) alarmismo (tanto climático quanto na (3) Amazônia e (4) planetário), por meio de (5) ação dissimulada, acobertada e enganosa, (6) pela mudança do termo “aquecimento global” para “mudança climática” ou então via (7) rotulação e difamação daqueles que questionam o consenso científico. Seja também por meios institucionais, como (8) na regulamentação política (como na pressão por demarcação de terras indígenas e áreas de proteção ambiental), (9) via ameaça de sanções econômicas contra o Brasil ou por meio de (10) aparelhamento institucional para fins políticos pró meio ambiente. Por fim, de modo mais extremista, a ação pode ser dada (11) por

meio da corrupção e (12) da promoção de crimes ambientais com o intuito de prejudicar a imagem do governo e do país (VON BEHR, 2022, p. 115).

Nesse panorama, representam-se como “vítimas” das metas de controle: “(1) a nação e o povo brasileiro, (2) os indígenas brasileiros e (3) a população mundial no geral” (VON BEHR, 2022, p. 115). Insta destacar que a percepção dos indígenas como vítimas da agenda ambientalista-climática parte da perspectiva integradora dos povos originários à “nação brasileira” através da inserção no modo de vida capitalista em detrimento das identidades culturais nativas. É nesse sentido que a diversidade cultural de povos indígenas é entendida como uma ameaça à soberania da nação brasileira, o que estava por trás da fala do ex-ministro da Educação Abraham Weintraub vista no vídeo da reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020: “eu odeio o termo ‘povos indígenas’” (STF DIVULGA..., 2020).

Voltando ao outro lado da mensagem moral que compõe o discurso bolsonarista relativo à questão ambiental-climática, o governo Bolsonaro era representado através da codificação moralista como “vítima” dessa conspiração, bem como o Brasil, todavia, por conta de seu “**sentimento patriótico**” e sua “**resistência**”, constituir-se-ia como “**líder moral**” da nação (VON BEHR, 2022, p. 116). Para os olavistas analisados, o foco da luta seria contra o globalismo e sua conspiração de imposição do comunismo (VON BEHR, 2022, p. 116). Para Bolsonaro, ressoando o pensamento militar, o cerne de sua luta seria a resistência contra a cobiça internacional sobre o território brasileiro, particularmente a Amazônia (VON BEHR, 2022, p. 117). Diante dessas ameaças externas, Bolsonaro é representado como “o patriota, aquele que defende os interesses da nação, tanto do território quanto de seu povo. Enfim, para além da luta contra o globalismo, socialismo e colonialismo, trata-se, sobretudo, de uma luta pela verdade contra a ideologia” (VON BEHR, 2022, p. 117).

Com essa estrutura conspiratória, o negacionismo dos consensos científicos sobre mudanças climáticas antropogênicas e dados de desmatamento é sustentado pelo argumento de que existem dados alternativos e, na verdade, “verdadeiros” sobre essas questões (VON BEHR, 2022, p. 115). Nessa perspectiva, como Jean H. Miguel (2022, p. 297-309) argumenta, o negacionismo climático se constituiu como dispositivo estratégico contra a governamentalização ambiental no Brasil a partir dos anos 2000, tendo encontrado no bolsonarismo novas condições de crescimento e exercício do poder. Isso porque o discurso bolsonarista agiu como articulador político das diferentes linhas constitutivas desse dispositivo, pautadas em visões de

mundo neoliberais, nacionalistas/patriotas e cristãs (tradicionalistas e fundamentalistas) (MIGUEL, 2022, p. 310). Com isso, o dispositivo negacionista climático foi mobilizado como estratégia de impedimento da governamentalização ambiental no Brasil pela coalizão bolsonarista, já que sua desconstituição total não seria possível devido aos processos de resistência (MIGUEL, 2022, p. 310). Para tanto, mais do que simplesmente desqualificar e desacreditar a ciência ambiental-climática “mainstream”, foi necessário se basear no discurso alternativo dos experts vinculados ao contramovimento negacionista.

Assim sendo, é necessário elucidar a relação e do governo Bolsonaro de modo geral com seus experts e intelectuais orgânicos vinculados a esse dispositivo negacionista climático. Alguns importantes promovedores de ideias que negam os consensos científicos sobre as mudanças climáticas antropogênicas baseados na narrativa antiglobalista e anticomunista declararam publicamente apoio a Bolsonaro, como os intelectuais católicos Olavo de Carvalho e Bertrand de Orleans e Bragança e os experts Geraldo Luís Lino (geólogo), Luiz Molion (meteorologista e professor da Universidade Federal de Alagoas) e Ricardo Felício (meteorologista e professor de Geografia da USP) (MIGUEL, 2022, p. 309). Suas ideias foram referenciadas por Bolsonaro e seus aliados políticos, além de que Molion, Felício e mais 20 professores universitários com ideias negacionistas e “patriotas” encaminharam uma carta aberta para o ex-ministro Ricardo Salles reivindicando a mudança da agenda climática brasileira no início de 2019, o que ressoou na gestão da política ambiental e na base bolsonarista no Congresso (MIGUEL, 2022, p. 311). Ademais, o próprio Ricardo Salles já havia estabelecido relações com o grupo estadunidense negacionista do clima Competitive Enterprise Institute (MIGUEL, 2022, p. 311).

Outro expert “patriota” de destaque no que tange à questão ambiental-climática foi o agrônomo Evaristo de Miranda, descrito em reportagem da revista *Piauí* como o “ideólogo da política ambiental brasileira” do governo Bolsonaro (ESTEVES, 2021). Tendo sido chamado por Bolsonaro para participar da sua equipe de transição em 2018, o agrônomo deixou suas ideias e dados marcados na gestão ambiental brasileira, principalmente através da influência sobre Salles (ESTEVES, 2021). O jornalista Bernardo Esteves demonstra como, após seus estudos superiores na França, Miranda construiu sua carreira de monitoramento territorial por satélites com intenção de ampliar a agricultura através de ligações com militares e o ex-presidente José Sarney. Tais relações culminaram na criação, por decreto

presidencial de 1989, do Núcleo de Monitoramento Ambiental e de Recursos Naturais por Satélite, em Campinas-SP, e na designação do agrônomo como chefe-geral. Atualmente, o núcleo mudou de nome para Embrapa Territorial e pode ser apontado como um dos principais centros propagadores de negacionismo climático no Brasil. Conforme Raoni Rajão et al. (2022, p. 321) descrevem, o grupo “exerce influência política significativa e produz conteúdos sistematicamente utilizados pela bancada ruralista e pelo governo Bolsonaro para afastar as preocupações com o desmatamento no Brasil”.

Tendo buscado estabelecer relações estreitas com todos os governos desde a redemocratização, tanto de direita quanto de esquerda, Miranda se consolidou como importante referência associada ao meio científico nas disputas políticas sobre questões ambientais e agrícolas (RAJÃO et al., 2022, p. 327). Contudo, sua atuação na Embrapa Territorial se aproxima das estratégias do contramovimento negacionista, com a “fabricação” de controvérsias científicas, uso indevido de credenciais científicas e desconsideração da literatura científica (RAJÃO et al., 2022). Por meio de manipulação de dados sobre diversos temas ambientais e publicações em espaços que não contam com revisão de pares, a instituição e Miranda se apoiam em suas credenciais científicas para promover documentos baseados em “estatísticas criativas” sobre desmatamento, áreas preservadas e negação dos consensos científicos climáticos para beneficiar os interesses do agronegócio, como ocorreu com os debates do Novo Código Florestal de 2012, influenciados por tais perspectivas (ESTEVES, 2021; RAJÃO et al., 2022). Embora pareçam controvérsias científicas para observadores externos, afirma-se que elas são fabricadas porque são constituídas por fora dos procedimentos estabelecidos pela ciência “mainstream”, como a revisão duplo-cega por pares, métodos sistemáticos e o acúmulo de evidências e literatura científica.

No governo Bolsonaro, a influência do expert pôde ser percebida pela reprodução, por parte de atores do alto escalão do governo, da tese de Miranda de que o principal problema ambiental do Brasil seria a falta de saneamento básico e de algumas de suas ideias que não contam com respaldo científico consensual (ESTEVES, 2021). A reportagem de Esteves aponta a replicação da tese proferida por Miranda no contexto das queimadas no Pantanal em 2020 de que uma maior quantidade de bois implicaria menos desmatamento (“o boi como bombeiro”) pelo ex-presidente, Ricardo Salles, Eduardo Bolsonaro e a ex-ministra da Agricultura

Tereza Cristina, contradizendo dados que atestam o crescimento simultâneo do gado e do desmatamento na região. Outras ideias reproduzidas por atores governamentais bolsonaristas foram a tese de que o Brasil seria o maior preservador da natureza do mundo, reforçada pelo argumento de que o país teria terra demais para reservas ambientais e indígenas e não para os produtores rurais e que a preocupação com a Amazônia seria um alarmismo infundado cientificamente (ESTEVES, 2021). Tais narrativas buscam valorizar o papel do produtor rural para a economia e mesmo para a preservação do meio ambiente brasileiro, assim como representá-lo como “vítima” do avanço “desnecessário” das políticas ambientalistas e indigenistas. A reportagem de Esteves ainda aponta para a reprodução dessas ideias negacionistas por alguns atores que compuseram o núcleo militar do governo Bolsonaro, como os generais Eduardo Villas Bôas, Augusto Heleno e Carlos Alberto Santa Cruz.

Geralmente se apoiando nesse discurso alternativo, Bolsonaro e seus outros ministros, sobretudo Salles, negaram constantemente dados sobre desmatamento promovido por ações de fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e grileiros, em especial nas crises das queimadas na Amazônia, em 2019, e no Pantanal, em 2020. A institucionalização da postura de negação do conhecimento expert “mainstream” associado às agendas socioambientalista e climática contribuiu para a deflagração do “Dia do Fogo”³⁴ em 2019 (MATIAS, 2019), o aumento constante e vertiginoso da destruição da Amazônia e do Pantanal e da violência contra comunidades tradicionais desde então (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020, p. 20-27). Insta lembrar que o presidente e outros políticos bolsonaristas ainda acusaram em discurso na ONU os próprios povos indígenas e ONGs ambientalistas de terem causado os incêndios e a mídia de propagar desinformação com a intenção de ‘queimar’ sua imagem (SEM PROVAS..., 2020), demonstrando mais uma vez a estratégia de produção de caos informacional para fomentar narrativas favoráveis aos seus interesses. Numa reunião do G-20, Bolsonaro ainda citou o termo “psicose ambientalista” para argumentar que havia uma conspiração contra o Brasil

³⁴ Tendo sido noticiado primeiramente pelo jornal local paraense Folha do Progresso, o “Dia do Fogo” foi um evento que ocorreu no 10 de agosto de 2019 e que foi organizado através do Whatsapp por produtores rurais, sindicalistas, comerciantes e grileiros do Pará para incendiar áreas da Floresta Amazônica, mais especificamente as margens da BR-163. A intenção desse grupo “era mostrar ao presidente Jair Bolsonaro que apoiam suas ideias de ‘afrouxar’ a fiscalização do Ibama e quem sabe conseguir o perdão das multas pelas infrações cometidas ao Meio Ambiente” (MATIAS, 2019).

(BOLSONARO DIZ..., 2019). Ademais, após a divulgação pelo INPE de dados que constatavam o aumento vertiginoso do desmatamento no país em 2019, o então presidente acusou o diretor do órgão, Ricardo Galvão, de estar agindo a “serviço de uma ONG”, o que gerou embates entre os dois que levaram à demissão do cargo (AS CRÍTICAS..., 2019). Esses exemplos podem ser entendidos como mais uma demonstração de uma comunicação fomentadora da pós-verdade por parte do governo Bolsonaro.

Na ala militar do governo, cabe ressaltar o papel central do ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência (GSI) Augusto Heleno e do ex-assessor do órgão Eduardo Villas Bôas como propagadores de ideias da “ciência ambiental patriota”. Em entrevista à BBC News Brasil, em julho de 2019, Heleno alegou que os dados sobre desmatamento na Amazônia seriam manipulados, que o Brasil seria o maior preservador ambiental do mundo e reforçou a soberania brasileira sobre a região (FAN, 2019a). No mês seguinte, em discurso na Escola Naval, no Rio de Janeiro, durante o Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, o general da reserva chamou a preocupação internacional sobre a preservação da Amazônia de “exagerada” e fundamentada por ambições econômicas, acusando o presidente francês Emmanuel Macron³⁵ de estar difamando o governo brasileiro por interesses políticos (FAN, 2019b). Em setembro do mesmo ano, numa audiência pública convocada pelo ministro do STF Luís Roberto Barroso sobre o estado das questões ambientais no Brasil, Heleno reforçou a tese de que potências estrangeiras e ONGs estariam usando dados e argumentos manipulados com o objetivo oculto de prejudicar o Brasil e derrubar o governo e reforçou mais uma vez a soberania brasileira sobre a Amazônia (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Em setembro de 2020, em entrevista à rádio Bandeirantes, o então ministro do GSI admitiu que a “destruição” na Amazônia é uma questão antiga e defendeu o restabelecimento do Conselho Militar da Amazônia Legal, coordenado pelo vice-presidente Hamilton Mourão. Contudo, Heleno acusou a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) de crime de lesa-pátria por associação com interesses estrangeiros por conta de um episódio no qual a coordenadora do movimento, Sônia Guajajara, e a ativista socioambientalista sueca Greta Thurnberg fizeram um apelo conjunto para que

35 Após a divulgação do dia do fogo pela mídia internacional, Macron criticou a gestão ambiental brasileira em seu Twitter, o que foi respondido por Bolsonaro como uma manifestação “colonialista com interesses políticos pessoais”. Isso foi seguido por uma onda de tweets com ataques ao presidente da França por parte de perfis bolsonaristas (WALZ, 2022).

peças ao redor do mundo pressionassem governos pela preservação da Amazônia e pelo respeito aos povos indígenas (FAN, 2020).

Em outra frente, Villas Bôas realizou esforços para promover as ideias da “ciência ambiental patriota”. Em agosto de 2021, duas semanas depois da publicação de mais um relatório do IPCC, o Instituto General Villas Bôas (IGVB), *think tank* criado pelo ex-comandante do Exército em 2019, realizou um webinar com a presença de famosos negacionistas climáticos brasileiros focado em questões relacionadas à Amazônia, como o panorama geopolítico, infraestrutura, meio ambiente, clima, desenvolvimento e proteção de fronteiras (IGVB, 2021a; VALENTE, 2021). O evento mediado pelo jornalista Alexandre Garcia contou com a presença de Luiz Molion, Geraldo Lino, os então ministros Tarcísio Freitas (Infraestrutura) e Tereza Cristina, o vice-presidente Mourão, o general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva e o general Ubiratan Poty. É interessante notar que, no resumo do evento, também consta a presença de Jonas de Souza Marcolino, apresentado como “Cacique da etnia Macuxi, na comunidade indígena do Pontão, terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima” (IGVB, 2021a, p. 18) e que foi candidato a deputado federal pelo Partido Liberal nas eleições de 2022. Em outubro e novembro do mesmo ano, foram realizados mais dois webinars com organização e temas semelhantes: mediados por Garcia e com palestras de ministros e secretários do governo Bolsonaro, profissionais da segurança pública, empresários vinculados ao agronegócio, à mineração e à indústria, jornalistas conservadores, lideranças indígenas com discurso alinhado ao governo, experts com ideias negacionistas climáticas, dentre eles Evaristo de Miranda, e o único político de um partido de esquerda, Aldo Rebelo (PDT-SP) (IGVB, 2021b; 2021c). Em julho de 2022, realizou-se o quarto webinar com o tema “Saúde e Tecnologia como ferramentas de desenvolvimento da Amazônia” com palestras de políticos bolsonaristas e defensores do garimpo na região (IGVB, 2022a; 2022b; 2022c; 2022d).

Como é possível supor a essa altura, as palestras do evento convergiram na narrativa de que a preocupação internacional com a preservação da Amazônia seria “alarmista” e baseada puramente em interesses econômicos e geopolíticos e que as ONGs estariam instrumentalizando as agendas ambientalista e indigenista para impedir o desenvolvimento econômico do Brasil e *dos indígenas*. Assim, buscando se contrapor à ciência ambiental-climática “mainstream” e à agenda política informada por ela, esses eventos serviram para se somar ao “dispositivo do

negacionismo climático” (MIGUEL, 2022) através do discurso da “verdade” dos “patriotas”. Nesse sentido, cabe mencionar as palavras do próprio Villas Bôas no texto de abertura da terceira edição do webinar, quando disse que ela “poderia ser chamada de ‘O que não foi dito em Glasgow³⁶’. A diferença é que lá há forte influência militante, enquanto aqui seguimos critérios baseados na realidade e vivência” (IGVB, 2021c, p. 11). Mesmo com a derrota do projeto bolsonarista nas eleições presidenciais de 2022, o ex-comandante não desistiu de sua estratégia de difundir essas ideias para a opinião pública, tendo em vista que em dezembro do mesmo ano ele se tornou colunista do site de notícias liberal-conservador *Revista Oeste* (BÔAS, 2022b), já publicando textos seguindo o mesmo raciocínio e acrescentando que “[d]esde 1972, o ambientalismo vem, crescentemente, sendo empregado como um braço do imperialismo” (BÔAS, 2022a)

No meio digital, deve-se destacar como o governo Bolsonaro e seus aliados políticos próximos mobilizaram, as narrativas de sua “ciência ambiental patriótica” para reforçar o discurso populista no contexto dos escândalos das queimadas em 2019 na Amazônia (WALZ, 2022) e em 2020 no Pantanal (RECUERO; SOARES, 2020). Analisando os tweets de Jair Bolsonaro e Ricardo Salles nos dias seguintes ao evento que ficou conhecido como “dia do fogo” na Amazônia tendo como base o referencial teórico de Cesarino (2020; 2021), Silvia R. Walz (2022) reconhece as estratégias populistas de delimitação da fronteira antagonística amigo/inimigo, performance de equivalência entre líder e povo, mobilização permanente através de ameaça e crise, espelhamento do inimigo e inversão das acusações e, por fim, a produção de um canal comunicativo exclusivo. Além disso, reconhece nas respostas do ecossistema bolsonarista os padrões epistêmicos de eu-pistemologia, divisor amigo-inimigo (quanto à confiabilidade da informação) e elos ocultos/conspiratórios. Em linhas gerais, Bolsonaro e Salles negaram os dados e notícias que apontavam a gravidade das queimadas ou sua origem na ação coordenada de fazendeiros, representando as ONGs ambientalistas, a mídia, o então presidente do INPE Ricardo Galvão e atores internacionais, em que se destaca o presidente francês Emmanuel Macron, como inimigos com interesses econômicos ocultos na região

36 Entre o final de outubro e o início de novembro de 2021, foi realizada a COP26 em Glasgow na Escócia. A sigla COP significa Conference of the Parties (ou Conferência entre as Partes, em português), que diz respeito às reuniões anuais realizadas no âmbito da ONU voltadas para discutir questões relativas às mudanças climáticas, seguindo o compromisso estabelecido pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) formulada na Rio-92.

amazônica, contrários à soberania nacional. Nessa perspectiva, reforçava-se a liderança de Bolsonaro como representante e protetor genuíno dos interesses do povo contra seus inimigos, incitando a mobilização da base bolsonarista em defesa do governo, com o espelhamento das ações do inimigo (sobretudo através de hashtags) e a inversão de suas acusações, principalmente por meio do compartilhamento de fotos e vídeos descontextualizados que alegadamente conteriam a “verdade escondida” sobre os interesses externos na Amazônia (WALZ, 2022).

No caso da crise das queimadas no Pantanal em 2020, pôde-se observar o emprego de estratégias semelhantes de propaganda computacional. Raquel Recuero e Felipe B. Soares (2020) realizaram uma análise de dados da difusão de desinformação no Facebook nesse episódio e evidenciaram uma forte polarização entre um cluster pró-Bolsonaro e outro anti-Bolsonaro, constituídos em torno de perfis majoritariamente políticos, embora o segundo grupo também contasse com o compartilhamento de perfis de veículos informativos, meio ambiente, religião, hiperpartidários e outros. Nessa análise, constatou-se uma circulação muito maior de conteúdo desinformativo no cluster pró-Bolsonaro do que na sua contraparte, assim como se evidenciou a ação mais intensiva das páginas apoiadoras do presidente, pois, apesar de corresponderem “a 17% do total de nós com mais de 50 publicações relacionadas às queimadas, foi responsável por 62% do total da circulação de conteúdo desinformativo total na rede” (RECUERO; SOARES, 2020, p. 72-73). Insta destacar que o cluster anti-Bolsonaro também compartilhou desinformação que convergia com seu viés contrário ao governo, mas muitas vezes replicou os links pró-Bolsonaro com denúncias de que o conteúdo seria “fake news” (RECUERO; SOARES, 2020, p. 76-77). Em todo o caso, a narrativa do grupo pró-governo, coordenada por páginas de políticos bolsonaristas como Eduardo Bolsonaro, Ricardo Salles e outros, se baseou em teorias conspiratórias e enquadramentos sensacionalistas. Nessa perspectiva, compartilharam-se principalmente vídeos e imagens descontextualizadas ou efetivamente fabricadas para confundir, que atribuíam as queimadas ao MST, aos indígenas ou às ONGs (RECUERO; SOARES, 2020, p. 74). Além disso, replicaram-se mensagens que sustentavam que as queimadas seriam uma “histeria da imprensa” com base em dados alternativos que “comprovariam” que as queimadas que ocorreram naquele período seriam “muito menores” do que o noticiado, além de que a grande mídia

também foi enquadrada como promotora de uma conspiração contra o então presidente (RECUERO; SOARES, 2020, p. 74).

Também insta citar o caso mais recente da descoberta de uma rede de diversos perfis e contas no Facebook e no Instagram ligados a dois então membros do Exército brasileiro cujo foco era propaganda digital com desinformação relacionada à Amazônia (PRAZERES, 2022). Derrubada pela Meta (empresa dona das duas redes sociais) após o reconhecimento do comportamento inautêntico das contas, a rede difundia conteúdo visual que, por um lado, elogiava a política ambiental do governo e a ação do Exército no combate ao desmatamento na Amazônia, mas por outro, acusavam as ONGs de não serem confiáveis porque estariam desviando verbas e manipulando dados para atender interesses estrangeiros. Embora o Exército tenha afirmado desconhecimento prévio dessa ação e o comprometimento de não fomentar desinformação por meio das mídias sociais, é possível notar a influência do pensamento militar produzido por oficiais de alta patente na década de 1990 de desconfiança da agenda ambientalista devido à preocupação com a soberania nacional. Com o estabelecimento do bolsonarismo como força política no país com suas estratégias de comunicação digital, não surpreende a multiplicação de redes de propaganda digital organizadas por apoiadores para disputar hegemonia sobre temas contenciosos que estão no centro do debate público, dentre eles a pauta ambiental.

Em 2021, com a ascensão de Joe Biden à Presidência dos Estados Unidos, Bolsonaro perdeu seu principal aliado no sistema internacional, Donald Trump. Devido à consolidação da imagem de “pária internacional” do Brasil, os discursos de Bolsonaro em órgãos de cooperação multilateral, como a Cúpula de Líderes sobre o Clima e a Assembleia Geral da ONU, passaram a ter um tom de “ambivalência calculada” (WODAK, 2015). Embora tenha reconhecido a relevância de medidas políticas contra o desmatamento, essa postura veio vinculada à solicitação de pedidos de destinação de mais investimentos para o Brasil. Além do mais, o presidente seguiu difundindo, nessas e noutras ocasiões, dados distorcidos ou inverídicos para sustentar que o desmatamento diminuiu em seu governo e que vinha tomando medidas efetivas para proteger o meio ambiente e os povos indígenas, bem como para solucionar as crises econômica e pandêmica (ESCOBAR, 2021; RIBEIRO et al, 2021). Assim, ressalta-se que, embora com uma nova roupagem, a estratégia de produção de desordem informacional seguiu sendo

utilizada por Bolsonaro para confundir o debate público em benefício de sua coalizão.

Perante o exposto, pode-se dizer que a comunicação ambiental do governo Bolsonaro e da base bolsonarista se baseou nas referências de sua “ciência ambiental patriota” que, por sua vez, apoiam-se no dispositivo do negacionismo climático para legitimar políticas que contrariam a agenda ambientalista-climática e a expertise associada a ela. Assim, congregando ideias nacionalistas e neoliberais reacionárias³⁷ através de uma comunicação fomentadora da pós-verdade, buscou-se estabelecer um novo modelo de governança ambiental, sobretudo na Amazônia, cujo foco alegado seria a proteção da soberania nacional e o desenvolvimento econômico por meio de práticas extrativistas. Nesse sentido, convergimos com a análise de M. Cecília Oliveira e Leandro Siqueira (2022) de que os ataques do governo Bolsonaro às instituições de governança ambiental, com seu regime de transparência baseado no compartilhamento de dados com a sociedade civil e alinhamento com o ativismo ambientalista, compuseram uma tentativa de “contra-ativismo” centrada em restabelecer uma governança desenvolvimentista e militarizada na Amazônia, apoiada num regime de alegada “hipertransparência” por conta do discurso conspiratório de “revelação da verdade” sobre a preocupação internacional com a floresta tropical. Apesar dessa narrativa, buscou-se restringir o acesso e a participação da sociedade civil aos dados e ao mesmo tempo fomentar o crescimento econômico, legitimado pelo crescente controle militar sobre a região amazônica, com tolerância ao aumento do desmatamento (OLIVEIRA; SIQUEIRA, 2022). Em consideração a essa discussão, é necessário nos aprofundarmos na política do governo Bolsonaro para o meio ambiente e áreas relacionadas.

3.4. A POLÍTICA ANTIAMBIENTALISTA E ANTIINDIGENISTA DO GOVERNO BOLSONARO

Com a ascensão de Bolsonaro à Presidência, esses discursos se converteram em políticas evidentemente agressivas contra a governança socioambiental, particularmente no enfraquecimento e na posterior militarização das

³⁷ Neste sentido, queremos dizer ideias de retorno a um Estado que não regula as atividades econômicas visando a proteção e a sustentabilidade ambiental, o que converge com as propostas neoliberais de redução e minimização do Estado.

instituições públicas ambientais e indigenistas. A sustentação do então presidente e de seus aliados políticos nos discursos formulados pela “ciência ambiental patriota” foi fundamental para legitimar essas ações. Nesta seção, apresentamos uma revisão bibliográfica com artigos publicados nos últimos anos sobre a questão ambiental no governo Bolsonaro.

Conforme análise de Raquel Giffoni Pinto e Julianna Malerba (2022), a gestão ambiental de Jair Bolsonaro seguiu basicamente as mesmas linhas que o governo Trump nos Estados Unidos. Além da semelhança ideológico-discursiva, os dois chefes de Estado convergiram na postura inflexiva e sem precedentes com relação à direção da política ambiental estabelecida nos governos anteriores, que experimentava avanços em termos de direitos mesmo com as contradições do desenvolvimento sustentável liberal (GIFFONI PINTO; MALERBA, 2022, p. 145). As autoras identificaram quatro pontos de afinidade entre as políticas adotadas pelos dois ex-presidentes:

1. O desmonte e deslegitimação dos órgãos ambientais e das agências relacionadas;
2. As tentativas de desregulamentação ambiental e o enfraquecimento da fiscalização;
3. A perseguição política aos servidores e cientistas da área;
4. A violação de direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais (GIFFONI PINTO; MALERBA, 2022, p. 145).

O desmonte e deslegitimação dos órgãos ambientais e das agências relacionadas se iniciou com a indicação de pessoas defensoras de agendas vinculadas a setores econômicos cujas atividades costumam ser o foco das regulações ambientais (GIFFONI PINTO; MALERBA, 2022, p. 146). No caso do Brasil, destaca-se o primeiro ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, ex-diretor da Sociedade Rural Brasileira. No caso dos Estados Unidos, foram indicados nomes vinculados às indústrias de petróleo e gás, carvão e agronegócio para cargos centrais da pasta ambiental. Destacam-se o primeiro diretor da Environmental Protection Agency (EPA), Scott Pruitt, “entusiasta da indústria de petróleo e gás e negacionista climático” com histórico de processos contra a agência por conta de regulações sobre a emissão de gases de efeito estufa (DILLON et al., 2018 apud GIFFONI PINTO; MALERBA, 2022, p. 147), e seu sucessor, que assumiu em 2019, Andrew Wheeler, lobista da indústria do carvão (FRIEDMAN, 2019 apud GIFFONI PINTO; MALERBA, 2022, p. 147).

Voltando ao Brasil, a gestão de Salles no MMA foi marcada pelo deslocamento do Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Agência Nacional das Águas para o Ministério do

Desenvolvimento Regional; pela extinção da Secretaria de Mudança do Clima e Florestas e de 11 coordenações regionais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); e pela exoneração de 21 dos 27 superintendentes regionais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) (GIFFONI PINTO; MALERBA, 2022, p. 146). Além disso, a gestão Bolsonaro como um todo cortou grande parte do orçamento do MMA, do ICMBio, do Ibama, da Embrapa, do INPE, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e da Fundação Cultural Palmares, assim como também aparelhou essas instituições, com a inserção de militares e fundamentalistas religiosos, e a perseguição de funcionários de carreira comprometidos com as causas socioambientais para interromper as atividades de fiscalização de crimes ambientais e contra os povos indígenas e quilombolas (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020). Por fim, Salles extinguiu o Comitê Orientador do Fundo Amazônia porque queria reformular suas regras para direcionar parte dos recursos para indenizações para proprietários de terras em reservas ambientais, o que levou à interrupção da cooperação internacional dos países doadores Alemanha e Noruega e à suspensão dos projetos do Fundo (GIFFONI PINTO; MALERBA, 2022, p. 146-147).

Nos Estados Unidos, além do governo Trump ter reduzido drasticamente o orçamento da EPA desde seu início, ele também não tardou em revogar regulações sobre emissões, controle de poluição ambiental, atividades extrativas e diversos outros temas associados à questão ambiental (GIFFONI PINTO; MALERBA, 2022, p. 147-148). Com isso, promoveu o enfraquecimento da fiscalização e das penalidades ambientais (GIFFONI PINTO; MALERBA, 2022, p. 149). Durante a pandemia, influenciado por *think tanks* conservadores ligados ao contramovimento negacionista climático, o líder estadunidense aproveitou para reformular radicalmente a Lei Nacional de Políticas Ambientais, enfraquecendo protocolos de avaliação de impactos ambientais e sociais, reduzindo a participação da sociedade civil nos processos e passando a desconsiderar os efeitos cumulativos dos projetos relacionados às mudanças climáticas (GIFFONI PINTO; MALERBA, 2022, p. 147-148).

O governo Bolsonaro também apostou na tentativa de desregulamentação ambiental e no enfraquecimento da fiscalização, inclusive na pandemia. Ainda em 2019, algumas medidas adotadas por atores do governo brasileiro foram a revogação do zoneamento econômico-ecológico da cana-de-açúcar por decreto de

Paulo Guedes e Tereza Cristina, a Medida Provisória 910/2019, “que permitia que terras públicas desmatadas e ocupadas irregularmente até 2018 fossem regularizadas”, o desembargo do então presidente do Ibama, Eduardo Bim, de 22 mil hectares de uma lavoura de soja em terras indígenas no Mato Grosso – decisão que foi suspensa pelo STF (GIFFONI PINTO; MALERBA, 2022, p. 148). A MP em questão acabou caducando por não ter sido votada, mas seu conteúdo foi transferido para o Projeto de Lei 2.633/2020, aprovado na Câmara dos Deputados em 2021, mas ainda não tramitado no Senado. Outra medida importante foi a criação, por meio do decreto nº 9.760/2019, de uma etapa de conciliação com infratores ambientais, o que levou à paralisação de múltiplos processos sancionadores do Ibama e do ICMBio e à redução da própria capacidade de sanção (GIRARDI, 2020 apud GIFFONI PINTO; MALERBA, 2022, p. 149). No contexto da pandemia, adotaram-se outras medidas que buscaram desregular a preservação ambiental, o controle de poluição e critérios de eficiência energética e hídrica (GIRARDI, 2020 apud GIFFONI PINTO; MALERBA, 2022, p. 149). Finalmente, cabe apontar que o governo Bolsonaro foi o que mais liberou o uso de agrotóxicos, com o total de 2.138 ao final dos quatro anos, considerando o início da aferição dos dados no ano 2000 (SALATI, 2023).

Outro ponto de convergência entre os dois governos foi a perseguição política aos servidores e cientistas da área. Nos Estados Unidos, a administração Trump atuou ativamente para interromper o desenvolvimento e a divulgação de pesquisas de cientistas funcionários do governo que contrariavam os interesses da gestão e de seus aliados ligados a corporações, o que, em conjunto com os assédios morais recorrentes, contribuiu para uma onda de demissões de cientistas (GIFFONI PINTO; MALERBA, 2022, p. 151-153). No Brasil, a perseguição política que ficou evidente nos casos das exonerações comandadas por Salles e a polêmica envolvendo Ricardo Galvão no INPE se desenvolveu posteriormente em muitas outras camadas. O então ministro Salles e outros membros do governo Bolsonaro tomaram algumas ações para censurar opiniões críticas de funcionários dos órgãos público, processar cientistas ambientalistas críticos e monitorar ativistas e até diplomatas em eventos internacionais, como a COP25, em Madrid, na Espanha (GIFFONI PINTO; MALERBA, 2022, p. 149-151).

O processo de desinvestimento e aparelhamento ideológico de órgãos ambientais também se deu em outras instituições vinculadas ao setor cultural, em

especial as associadas às áreas de educação, cultura e direitos humanos, como a FUNAI e a Fundação Palmares (AVRITZER, 2021), demonstrando a política de guerra cultural bolsonarista. Além disso, isso se somou ao desmonte das políticas de participação social, sobretudo a partir do Decreto nº 9.759/2019, que extinguiu ou restringiu colegiados participativos, incluindo conselhos e comissões de políticas públicas, conformando um panorama de desdemocratização. De acordo com relatório da OXFAM Brasil (2021, p. 30):

O decreto de Bolsonaro, além de determinar a extinção de colegiados criados por norma infralegal — incluindo decretos ou atos normativos inferiores, como atos de outros colegiados —, revogou a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). Embora o dispositivo deixasse de fora conselhos mais tradicionais — como os Conselhos Nacionais de Educação, de Saúde, do Meio Ambiente, de Assistência Social, dos Direitos Humanos e dos Direitos da Mulher —, cuja criação estava prevista em lei, o corte atingiu colegiados que tratavam de temas como as drogas/drogadição, trabalho decente, pessoas com deficiência, Previdência Social, política indigenista, segurança pública, uso da internet, e direitos dos idosos e da população LGBTQIA+, entre muitos outros.

A extinção arbitrária dos colegiados foi também responsável pelo fim do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), órgão essencial na estruturação de políticas de combate à fome no Brasil.

Embora o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) não tenha sido extinto, seu número de integrantes encolheu dramaticamente, bem como a participação social no âmbito do MMA foi bastante prejudicada com a extinção de colegiados como o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC), a Comissão Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Conaveg), a Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio), a Comissão Nacional de Florestas (Conaflor), o Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas e o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (LISBOA; PRIZIBISCZKI, 2019 apud GIFFONI PINTO; MALERBA, 2022, p. 153). Além disso, o Decreto nº 10.179/2019 extinguiu a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), assim como foi vetada a persecução das metas dos ODS do Plano Plurianual 2020-2023 (Lei nº 13.971/2019) (GALBIATI; GONZÁLEZ; SANTOS, 2022).

Em consideração a isso, entramos no último ponto de convergência analisado por Giffoni Pinto e Malerba (2022): a violação de direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, que responderam com articulações para resistência. Além da negligência com a saúde dos povos indígenas durante a pandemia, os dois governos promoveram medidas que feriram os direitos territoriais das comunidades

originárias. A administração Trump realizou ações que prejudicaram a soberania dos indígenas estadunidenses sobre seus territórios, como a autorização de construção de um oleoduto próximo ao Rio Missouri e a quatro comunidades nativas em 2017, a revogação do status de reserva dos Mashpee Wampanoag em Massachusetts, a redução drástica da área protegida de locais considerados sagrados para os indígenas (Bears Ears e Grand Staircase-Escalante em Utah) e a articulação com o Congresso para autorizar o leilão de áreas de petróleo e gás em localidades próximas ao povo Gwich'in no Alasca, todos os três episódios em 2020 (GIFFONI PINTO; MALERBA, 2022, p. 154-155).

No Brasil, desde antes de sua campanha, Bolsonaro já era conhecido por suas falas racistas contra indígenas e quilombolas e por defender a expansão da fronteira extrativista do agronegócio e da mineração, especialmente na Amazônia. Desde o início de seu mandato, Bolsonaro interrompeu os processos de titulação de terras indígenas e quilombolas e concluiu seu mandato cumprindo a promessa de “não demarcar nenhuma terra indígena”. Além disso, suas falas em apoio aos garimpeiros e grileiros, associadas ao desmonte das instituições de fiscalização ambiental, estimularam a degradação e a invasão de territórios indígenas, o que contribuiu para a propagação descontrolada do novo coronavírus entre os povos originários durante a pandemia e vários casos de violência (GIFFONI PINTO; MALERBA, 2022, p. 154; SOUZA et al., 2022) em que se destaca a crise humanitária do povo lanomâmi. Diante dessas ações, pode-se afirmar que a eleição de Bolsonaro consagrou a passagem da “violência lenta” para a “violência bruta” contra os povos indígenas e tradicionais, com o projeto de aprofundamento dos processos de desregulação ambiental e violação de direitos humanos, fundamentado na rejeição dos paradigmas do multilateralismo, do desenvolvimento sustentável e da diversidade cultural (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020, pp. 20-27).

Deve-se citar a ação de estímulo da mineração em terras indígenas, que é proibida pela legislação brasileira. Não somente a Agência Nacional de Mineração (ANM) aprovou pelo menos 58 requerimentos de pesquisa ou lavra de minério em TIs da Amazônia (RAMOS, 2020 apud GIFFONI PINTO; MALERBA, 2022, p. 155), como também manteve suspensos mais de 4 mil requerimentos de exploração mineral em diversas TIs enquanto esperava a alteração da legislação, o que foi condenado pela Justiça Federal em 2021, já que tais requerimentos são ilegais (AGÊNCIA NACIONAL..., 2021). A mudança legislativa esperada se refere ao

projeto de lei 191/2020, que regulamentaria “a exploração mineral, o uso dos recursos hídricos para produção de energia elétrica e a extração de hidrocarbonetos em terras indígenas” (GIFFONI PINTO; MALERBA, 2022, p. 155), mas que não chegou a ser votado ainda. Por fim, o programa “Adote um parque”, com o objetivo de privatizar a gestão de 131 unidades de conservação federais na Amazônia, foi adotado na gestão Salles através do Decreto nº 10.623/2021 sem a devida consulta aos povos indígenas e tradicionais que habitam aqueles territórios, violando o direito nacional e internacional (GIFFONI PINTO; MALERBA, 2022, p. 156). Poucos meses depois dessa medida, em junho de 2021, o ex-ministro resignou do cargo após ser acusado por tráfico de madeira ilegal da Amazônia para os Estados Unidos em 2021 (INVESTIGADO..., 2021).

Em fevereiro de 2020, com a reação negativa da sociedade civil brasileira, de autoridades e investidores internacionais frente ao aumento constante do desmatamento na Amazônia e à desestruturação da política ambiental de forma geral, o governo Bolsonaro decidiu recriar o Conselho da Amazônia Legal sob responsabilidade do vice-presidente, general Hamilton Mourão e, alguns meses depois, designar as Forças Armadas como responsáveis pelo combate aos incêndios e ao desflorestamento (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020, pp. 22-23). Nesse sentido, deve-se destacar:

Em meio à pressão internacional de investidores e à pressão nacional de empresários, as forças militares se tornam protagonistas das metas governamentais voltadas para a Amazônia, anunciando sua competência para compatibilizar os interesses protecionistas (combate às queimadas, fiscalização ambiental, retomada dos projetos e investimentos do Fundo Amazônia) com a (não menos importante) dita “regularização fundiária”. Uma série de outros interesses estratégicos aparecem atrelados à expressão “regularização fundiária”, tal como a mineração em terras indígenas e da União, o aumento da disponibilidade de terras para o agronegócio e grandes empreendimentos de infraestrutura – em suma, a ocupação da Amazônia para fins do interesse econômico empresarial a partir da política neoextrativista (...). Ou seja, interesses e estratégias econômicas que se mostram historicamente incompatíveis com a proteção da floresta e dos direitos dos povos indígenas e tradicionais. (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020, p. 23).

Tendo esses pontos em mente, é compreensível a priorização pela gestão Bolsonaro da aprovação da nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental, inscrita no Projeto de Lei 3.729/2004, apelidada pela oposição ambientalista como “a mãe de todas as boiadas”. Aprovada pela Câmara em maio de 2021 e ainda em tramitação no Senado, o novo marco seria uma amálgama dos quatro eixos da política ambiental bolsonarista apontados por Raquel Giffoni Pinto e Julianna Malerba

(2022). Com o objetivo de “simplificar” os processos de licenciamento, a nova lei possui dispositivos que enfraquecem o papel e a autoridade das agências ambientais, restringem ou vedam a participação da sociedade civil nos processos decisórios e eliminam a consulta prévia aos povos indígenas e quilombolas que habitam em territórios não titulados (ATHAYDE et al., 2022, p. 5). Ademais, o novo arcabouço legal promove a isenção de avaliação de impacto e licenciamento para setores econômicos com atividades potencialmente prejudiciais ao meio ambiente, em especial o agronegócio e a construção de infraestrutura, e uma forma de “auto licenciamento” para vários tipos de projetos (ATHAYDE et al., 2022, p. 5). A questão da concessão automática de licença ambiental já havia sido tentada pela Medida Provisória 1.040 de março de 2021, no caso para facilitar o funcionamento de empresas que exerçam atividades com classificação de risco médio, porém foi considerada inconstitucional pelo STF em abril de 2022 (STF DECIDE..., 2022), o que indica que o novo marco do licenciamento ambiental ainda pode enfrentar judicialização se aprovado pelo Senado Federal.

À vista disso, compreendem-se mais facilmente os interesses em jogo, escancarados na já citada reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, em especial as falas de Ricardo Salles de aproveitar a pandemia para “passar a boiada” e de Paulo Guedes de criar um ambiente juridicamente favorável aos investidores (STF DIVULGA..., 2020), ou seja, evidenciava-se a intenção de promover a desregulação das legislações socioambientais para facilitar a entrada de capital estrangeiro, a construção de grandes empreendimentos e o avanço da fronteira extrativista. Essas ideias são fundamentadas na negação da urgência do combate às mudanças climáticas, bem como no fundamentalismo de mercado e no desrespeito aos direitos humanos, sobretudo dos povos originários e tradicionais. Além do mais, por mais que justificada pelo discurso da proteção da soberania nacional, as posturas adotadas pelo governo Bolsonaro demonstraram a submissão do país aos interesses do rentismo internacional e ao modelo econômico exportador de commodities visando formas rápidas de acumulação em detrimento dos direitos ambientais e das comunidades vulneráveis à destruição da natureza, em especial os povos indígenas, quilombolas e tradicionais (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020, p. 12). Mesmo com a derrota de Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2022, é certo que essas ideias e projetos não sumirão facilmente dos debates públicos, tendo em

vista que os quatro anos da gestão bolsonarista alçaram a “ciência patriota” para um patamar muito maior de visibilidade e articulação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou contribuir com os debates recentes acerca dos fenômenos da pós-verdade, dos populismos radicais de direita, em especial o bolsonarismo, e a comunicação e a política de atores do campo da *far right* a respeito do meio ambiente e temas associados, como a agenda climática global, o desenvolvimento sustentável e os direitos de povos indígenas e tradicionais. Nessa perspectiva, a partir de uma revisão de literatura sobre esses temas, buscou-se ressaltar a relação entre os populismos de direita e a pós-verdade por conta de suas estratégias comunicativas de promoção de desordem informacional apoiadas nas dinâmicas impulsionadoras da arquitetura digital neoliberal. Entretanto, como Letícia Cesarino (2022) tem argumentado, essa política da pós-verdade tem efetuado um movimento duplo de desintermediação do sistema político e reintermediação em outros termos. Assim, analisando a questão da comunicação ambiental, argumentamos que mais do que simplesmente desestabilizar a confiança popular no establishment político e no sistema de peritos que lhe informa, o governo Bolsonaro institucionalizou sua “ciência ambiental patriota” orientada pelo dispositivo do negacionismo climático (MIGUEL, 2022) para promover políticas prejudiciais à natureza e aos povos mais ligados a ela, sobretudo os indígenas e quilombolas.

Desse modo, no primeiro capítulo, ressaltamos como a proliferação de discussões envolvendo os termos fake news, desinformação e pós-verdade decorrentes dos casos de campanhas de propaganda digital de meados da década passada apontou para um cenário de crescente desordem informacional em que as redes sociais exerciam papel central. No contexto de crescente descontentamento popular com o establishment político e a hegemonia neoliberal, o meio digital, com sua abertura para a auto expressão, proporcionou um canal de conexão de pessoas que compartilhavam ideias e sentimentos semelhantes com relação ao estado da economia e da política em comunidades. Nesses ambientes digitais, propiciou-se a difusão de mensagens com ceticismo e críticas ao establishment e ao sistema de peritos, muitas vezes baseadas em teorias conspiratórias e informações falsas, o que favoreceu a crescente insegurança epistemológica decorrente das incertezas ligadas às transformações sociais contemporâneas e contribuiu para a consolidação de “eu-pistemologias” (ZONEN, 2012). Somando-se a isso, a arquitetura neoliberal das mídias digitais (CESARINO, 2021), estruturada na

segmentação de conteúdo a partir da extração dos dados do comportamento individual online e no impulsionamento de conteúdo sensacionalista e apelativo em tempo real, tem contribuído para a formação de bolhas ideológicas e, portanto, para a polarização política.

À vista desses desenvolvimentos tecnológicos orientados pela lógica neoliberal do capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2018), os atores populistas, notadamente da direita radical, demonstraram na década passada uma habilidade vanguardista de integrar públicos numa base eleitoral a partir de campanhas digitais que mobilizam os afetos antissistêmicos de grandes parcelas da população se aproveitando da arquitetura algorítmica das mídias digitais (CESARINO, 2020; 2021; CESARINO; NARDELLI, 2021; GERBAUDO, 2018; 2019). Tendo isso em mente, discutimos a ascensão do populismo, entendido como forma de fazer política característica da democracia liberal representativa cujo discurso promovido pelas lideranças se fundamenta numa fronteira antagonística (LACLAU, 2005) entre o “povo” moralmente puro e as “elites” corruptas (MÜLLER, 2016), apoiadas em “minorias nefastas”, que incluem grupos étnicos ou tecnocratas (OSTIGUY; CASULLO, 2017). Como significantes vazios, o “povo”, as “elites” e as “minorias nefastas” são construídas discursivamente a partir de influências ideológicas tanto à esquerda quanto à direita (LACLAU, 2005). O fortalecimento dos populismos contemporâneos pode ser percebido como uma resposta às crises de confiança nas instituições da democracia liberal e da hegemonia do neoliberalismo globalizado (FRASER, 2018). No primeiro ponto, destaca-se a incapacidade da democracia liberal de atender todas as demandas populares por conta de suas mediações institucionais que favorecem grupos com maior força política ou econômica (MÜLLER, 2016). No segundo, ressaltam-se os efeitos da agenda neoliberal de precarização da vida das classes trabalhadoras com choques na circulação de bens e capital (geralmente associados ao populismo de esquerda) e/ou nos fluxos imigratórios (usualmente ligados ao populismo de direita) (MANOW, 2021). Essa conformação do establishment político-econômico propiciou sentimentos de insatisfação e ressentimento com a “política tradicional” e o sistema de peritos que a informa.

No caso da direita populista, agregou-se o ressentimento de parcelas populacionais conservadoras e reacionárias à institucionalização de valores progressistas e universalistas ligados aos movimentos antiopressão e ambientalistas

da “nova esquerda” não somente na política interna dos países, mas principalmente nos organismos supraestatais, como a ONU e a União Europeia (FRASER, 2018; MANOW, 2021; LYNCH; CASSIMIRO, 2021). Nesse sentido, o discurso antielitista e antipluralista do populismo de direita se volta para uma “guerra cultural” contra as elites descritas como cosmopolitas/globalistas/progressistas (e, no Brasil, comunistas), defensoras de minorias que alegadamente atentam contra a ordem tradicional da família patriarcal, da propriedade privada e/ou da identidade nacional (habitualmente associada à supremacia branca e cristã) (LYNCH; CASSIMIRO, 2021). Diante do avanço da política progressista de reconhecimento, os populistas de direita aprenderam a mobilizar em seu favor os meios de comunicação de massa e as redes sociais através de sua retórica fundamentada numa política do medo (WODAK, 2015) e do ódio (GALLEGO, 2018), que busca ganhar visibilidade midiática e atenção pública ao atentar contra normas (quase) consensuais do establishment, como o “politicamente correto”, no que foi denominado por Ruth Wodak (2015) de “perpetuum mobile do populismo de direita”.

Além disso, a direita populista tem apostado em desacreditizar a mídia tradicional e a ciência “mainstream” ao inseri-las no campo do inimigo da fronteira antagonística, buscando simultaneamente estabelecer formas de mediação do sistema político diferentes das estabelecidas no arranjo moderno da democracia liberal, possivelmente de caráter autoritário e antipluralista (CESARINO, 2022). Enquanto há grupos da *far right* que, de fato, rejeitam completamente o conhecimento científico, especialmente das humanidades, por se apegarem a valores espirituais tradicionalistas (TEITELBAUM, 2020), os populismos de direita podem apresentar uma postura ambígua com relação à ciência e à academia de acordo com seus interesses. Em todo o caso, as lideranças populistas têm se empenhado em multiplicar seus canais de comunicação “direta” com sua base eleitoral, aproveitando-se das dinâmicas das mídias digitais e da formação de influenciadores aliados que conectam públicos distintos em comunidades digitais mais amplas, mas cujo discurso segue uma linha definida pela organização da campanha propagandística.

Nessa perspectiva, o bolsonarismo se constituiu como um movimento que amalgamou setores ultraliberais, conservadores e reacionários da sociedade brasileira, assim como outros “públicos antiestruturais” inseridos em ecossistemas midiáticos digitais caracterizados por sociabilidades conspiratórias, céticas,

negacionistas, radicais e extremistas com relação ao establishment político, à política progressista e ao sistema de peritos “mainstream” (CESARINO, 2022). No contexto de crise de hegemonia da “República do Real” marcada pela polarização entre o PT e o PSDB coordenada pelo pemedebismo (NOBRE, 2020), o populismo digital de Jair Bolsonaro foi efetivo por canalizar a insatisfação popular por meio de uma campanha aparentemente antissistema e anticorrupção apoiada na difusão massiva de desinformação, teorias conspiratórias e conteúdo apelativo para desqualificar seus adversários, inclusive do sistema de peritos (CESARINO, 2020). Com a intenção de consolidar um público fiel avesso à base eleitoral do lulismo em torno de projeto político-cultural autoritário e reacionário, o governo Bolsonaro se organizou pela união não harmônica de um núcleo estratégico de propaganda populista reacionária, um núcleo militar tido como “pragmático” e um núcleo representante do neoliberalismo (LYNCH; CASSIMIRO, 2021). Responsável pela campanha eleitoral permanente, o primeiro núcleo ganhou visibilidade no escândalo do “Gabinete do Ódio”, cuja função era justamente programar campanhas de propaganda digital de propagação de caos informacional e ataques aos inimigos.

Com esse ordenamento, a tensão do populismo reacionário bolsonarista com o conhecimento expert “mainstream” pôde ser percebida explicitamente com as crises da pandemia e da área ambiental, em especial nos escândalos das queimadas na Amazônia e no Pantanal. Nessas situações, evidenciou-se nitidamente a tentativa de demarcar distinções entre a ciência “mainstream” e uma “ciência patriota” (FONSECA; RIBEIRO; NASCIMENTO, 2022), que seria mais legítima por não se render aos interesses e/ou métodos tecnocráticos das “elites globalistas comunistas”. Na crise pandêmica, essa estratégia pôde ser percebida principalmente na polêmica da defesa do “tratamento” da Covid-19 com a cloroquina, mesmo após a comunidade científica internacional ter apresentado diversas evidências que questionavam a eficácia da droga (FONSECA; RIBEIRO; NASCIMENTO, 2022).

No que tange à comunicação e às políticas para o meio ambiente, os grupos da *far right* contemporânea podem apresentar posturas favoráveis ou contrárias à preservação da natureza, embora geralmente expressem de alguma forma ceticismo ou negacionismo climático, principalmente por suspeitarem da agenda multilateral do desenvolvimento sustentável (FORCHTNER, 2019; LOCKWOOD, 2018). Demonstramos como o discurso bolsonarista se insere na perspectiva de

negacionismo climático e de rejeição às políticas de preservação ecológica, o que inclui a titulação de territórios indígenas e quilombolas, em razão da suspeita de que o ambientalismo e os direitos indígenas estariam sendo instrumentalizados pelas potências estrangeiras e atores interessados para limitar a soberania nacional do Brasil devido à “cobiça” internacional pela Amazônia. Essa desconfiança se originou no meio militar no contexto de “reinvenção” do papel das Forças Armadas no período da redemocratização e se consolidou a partir da conferência Rio-92, pois alguns indivíduos da elite militar passaram a perceber as pressões externas para preservação da Floresta Amazônica e titulações de terras indígenas como uma estratégia para “congelar” o desenvolvimento brasileiro e salvaguardar os recursos naturais para poderem ser explorados posteriormente por atores externos (PILETTI, 2008; DHENIN, 2017). Tal conjectura encontrou um aliado forte no “contramovimento negacionista climático”, vinculado a *think tanks* neoliberais-conservadores anglo-saxões (DUNLAP; MCCRIGHT, 2015) e cuja ação se fortaleceu no Brasil a partir de meados dos anos 2000 por meio de experts e intelectuais ligados ao agronegócio, às Forças Armadas, ao reacionarismo católico e/ou a institutos ultraliberais (MIGUEL, 2022; SANTOS, 2022). O bolsonarismo conjugou ideias desses grupos num discurso que, em poucas palavras, define a agenda ambiental-climática como um “alarmismo” promovido pelas elites globalistas/progressistas/comunistas como estratégia para impor uma nova ordem mundial que ameaçaria o modo de vida da civilização judaico-cristã ocidental capitalista por sua agenda regulatória e intervencionista (MIGUEL, 2022; VON BEHR, 2022). Com os episódios das queimadas na Amazônia e no Pantanal, políticos bolsonaristas e seus influenciadores aliados difundiram essas ideias nas redes sociais através de campanhas de propaganda digital populista em que culpavam as ONGs ambientalistas, indígenas ou o MST pelos incêndios e acusaram a imprensa e atores internacionais, como Emmanuel Macron, de estarem conspirando contra o governo Bolsonaro e o Brasil (RECUERO; SOARES, 2020; WALZ, 2022).

Tendo isso em vista, demonstramos como a gestão do ex-presidente buscou desinstitucionalizar a governança ambiental estabelecida previamente e descredibilizar o conhecimento expert que lhe informava, fundamentado nos consensos científicos sobre a urgência das mudanças climáticas e no alinhamento às políticas de enfrentamento à crise climática. Ao mesmo tempo, a coalizão

bolsonarista se apoiou em dados e narrativas alternativos de sua “ciência ambiental patriota”, constituída pela rede defensora do dispositivo do negacionismo climático como estratégia de impedimento da governamentalização ambiental (MIGUEL, 2022). Nesse sentido, tal qual a gestão de Trump nos Estados Unidos, o governo Bolsonaro, com o protagonismo de Ricardo Salles, apostou em enfraquecer as instituições públicas de defesa do meio ambiente, a FUNAI e a Fundação Palmares, censurar ou perseguir politicamente cientistas e servidores da área, desregular legislações ambientais e violar direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais (GIFFONI PINTO; MALERBA, 2022). Com as reações negativas a nível internacional às políticas antiecológicas e antiindigenistas, a presidência decidiu reforçar a militarização da gestão ambiental com a inserção de militares nas agências da pasta e a recriação do Conselho Nacional da Amazônia Legal, que foi comandado pelo então vice-presidente general Hamilton Mourão.

Em consideração a esse ponto, pudemos notar como o núcleo militar exerceu influência central tanto na comunicação quanto nas políticas relacionadas ao meio ambiente no governo Bolsonaro. Nesse aspecto, o general Augusto Heleno e o general ex-comandante do Exército Eduardo Villas Bôas foram importantes promotores do discurso da proteção da soberania nacional contra a cobiça internacional sobre a Amazônia representada pelas ONGs (socio)ambientalistas e indigenistas, apoiados nas teses dos experts da “ciência ambiental patriota”. Ressaltam-se as ações de Villas Bôas, que, além de ter se tornado colunista do site de notícias neoliberal-conservador *Revista Oeste* já publicando textos criticando as agendas ambientalista-climática e de direitos territoriais indígenas, promoveu através de seu *think tank* (Instituto General Villas Bôas) quatro webinars entre 2021 e 2022 com famosos experts negacionistas climáticos, ministros e secretários do governo Bolsonaro, profissionais da segurança pública, empresários vinculados ao agronegócio, à mineração e à indústria, jornalistas conservadores e lideranças indígenas com discurso alinhado com ideias liberais e nacionalistas.

Interessante notar como, desde os anos 2000 com o aumento da presença militar na Amazônia, o Exército tem se empenhado em estabelecer relações com indígenas locais e cooptar alguns para o serviço militar (PILETTI, 2008), o que pode sugerir uma estratégia que parece estar contribuindo para a emergência de lideranças de povos originários alinhadas com o discurso bolsonarista de que o movimento indígena organizado e o movimento ambientalista seriam porta-vozes de

interesses estrangeiros prejudiciais à soberania brasileira. Além do já citado Jonas de Souza Marcolino, uma outra figura que se destaca nesse sentido é Silvia Waiãpi, eleita deputada federal pelo Partido Liberal em 2022, tendo sido a primeira mulher indígena a entrar no Exército em 2011, além de ter ocupado o cargo de secretária de Saúde Indígena no governo Bolsonaro (ALVES, 2022). Assim, percebe-se como o bolsonarismo só reconhece como indígenas “legítimos” aqueles que se integram ao seu modelo de nação firmado na cultura cristã tradicionalista e na ordem capitalista, enquanto o movimento indígena organizado em defesa de seus territórios e culturas são desprezados como “inimigos” da nação. Esse reconhecimento bifurcado (CESARINO, 2022) também se estende às mulheres, às pessoas negras e LGBTQIA+, já que só são acolhidas aquelas cuja visão de mundo se opõe aos respectivos movimentos emancipatórios de cunho progressista.

Após a exposição da comunicação e política bolsonarista relativa ao meio ambiente e temas correlatos, traçamos aqui algumas reflexões finais e apontamentos para elementos que merecem melhor investigação futura. Em primeiro lugar, a pesquisa pôs em evidência como a pauta ambiental serve como confluência entre políticas redistributivas e de reconhecimento³⁸. Considerando principalmente os casos do bolsonarismo e do trumpismo, as políticas redistributivas se voltaram para privilegiar as atividades econômicas de setores extrativistas, como o agronegócio, a mineração e os combustíveis fósseis, da construção de infraestrutura e seus patrocinadores do mercado financeiro em detrimento dos direitos ambientais e territoriais dos grupos afetados negativamente pela degradação de seus locais de habitação, em especial as parcelas racializadas da população. Quanto às políticas de reconhecimento, observou-se a aversão ferrenha aos atores vinculados a movimentos que se orientam pelos paradigmas da diversidade cultural e do socioambientalismo, aliada à valorização da identidade do produtor rural, do garimpeiro (associado ao bandeirante), do “empreendedor” que subjuga a natureza (e os direitos coletivos) para crescer economicamente e do militar que protege o território da cobiça internacional. Com relação ao sistema de peritos, reconheciam-se positivamente os experts, intelectuais e jornalistas defensores da “ciência ambiental patriota”, enquanto os ligados à ciência “mainstream” eram taxados de inimigos do “povo”.

38 Agradeço imensamente à professora Leticia Cesarino pelos comentários que instigaram as reflexões desenvolvidas nessa conclusão, em especial neste parágrafo e no seguinte.

Por esse ângulo, cabe o questionamento: estariam as direitas radicais e extremas e, particularmente, o bolsonarismo apostando em inverter definitivamente a hierarquia da ciência “mainstream”? Pelas experiências dos governos de Bolsonaro e Trump, parece-nos que há um empenho de parte da *far right* em descredibilizar métodos científicos de produção de conhecimento amplamente estabelecidos ao redor do mundo e em dificultar ou impedir a participação democrática, sobretudo de movimentos em prol da justiça social e ambiental, nas interfaces entre ciência e política. Ao invés de fomentarem uma maior democratização do acesso à ciência, os ex-presidentes aparentavam se esforçar para estabelecer um controle mais centralizado dos processos científicos, ao mesmo tempo que buscavam legitimar as tentativas de censura a dados e conhecimentos “desconfortáveis” aos seus projetos políticos se apoiando numa “ciência patriota”, marcada por “eu-pistemologias” (como no caso do “tratamento precoce” para a Covid-19) e ideias presentes no senso comum (como o ceticismo popular com relação às instituições de governança global e às mudanças climáticas). Em consideração a isso, percebe-se a relevância do incitamento ao discurso da guerra cultural do populismo direitista, haja vista a definição constante de “bodes expiatórios” que conspiram contra o “povo”, o que justifica a intervenção do líder contra o establishment. Nesse caso, quando percebem o sistema de peritos alinhado a “interesses progressistas/estrangeiros/globalistas”, os líderes populistas radicais precisam intervir, mesmo que discursivamente, para garantir a mobilização fiel da base radicalizada. Ou seja, como Lynch e Cassimiro (2021, p. 245) argumentam, eles se constituem como parasitas do sistema democrático que vivenciam um dilema, pois ao instigar continuamente o incremento dos conflitos com o establishment, arriscam-se a dismantelar a democracia e criar uma situação que foge ao seu controle trazendo prejuízos imprevisíveis. Com isso, cabe acompanhar em investigações futuras se, nos próximos anos, a política da *far right* seguirá apostando em tensionar o establishment político e a ciência “mainstream”, sobretudo na área ambiental mesmo com a reação negativa a nível internacional às posturas antiambientalistas e antiindigenistas de Trump e Bolsonaro.

Por fim, cabe refletir sobre os problemas envolvendo o discurso da proteção da soberania nacional e a conseqüente política antiambientalista que se instalou. Mesmo que possa haver uma “cobiça internacional” sobre a Amazônia ou sobre os recursos naturais brasileiros de forma geral, por interesses econômicos ou políticos,

é injusto reduzir às lutas socioambientalistas, incluídas as lutas por direitos territoriais de comunidades indígenas e quilombolas, a uma mera estratégia de potências estrangeiras através de ONGs “porta-vozes” de seus interesses para acabar com a soberania territorial dos países em desenvolvimento. Primeiramente, a preocupação com o mundo natural pode ser encontrada espontaneamente em qualquer parte do mundo, apoiada em visões de mundo ligadas tanto à esquerda quanto à direita, não necessariamente sendo vinculada ao ativismo ecológico ou mesmo fundamentada no conhecimento aprofundado da ciência ambiental-climática. Nessa perspectiva, a degradação ambiental, mesmo que justificada por uma gramática político-econômica, pode ser percebida por parte da população justamente como uma forma de perda de soberania sobre o território em que vive, especialmente quando esse processo ocorre em benefício de grupos minoritários, mas poderosos. É certo que essa preocupação pode ser intermediada por enquadramentos provenientes de comunidades epistêmicas particulares e/ou canalizada por interesses políticos. Todavia, desprezar as demandas populares de preservação ambiental como se fossem simplesmente uma conspiração é uma postura autoritária que interfere na soberania de diversas comunidades no país sobre os territórios que habitam. Também podemos argumentar que essa postura se baseia numa lógica colonizadora e racista, cujos prejuízos atingem mais fortemente as comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais que resistem à integração total ao modo de vida capitalista.

Em segundo lugar, por mais que seja válido questionar ou criticar a expertise científica, especialmente em situações em que ela é mobilizada em abordagens que reforçam injustiças e desigualdades, desconsiderar a vasta quantidade de evidências reunidas por décadas em pesquisas executadas e escrutinadas por inúmeros cientistas de diversas áreas sobre o ecossistema global e as mudanças geradas pela ação humana sobre a natureza também é, para dizer o mínimo, uma atitude arriscada, principalmente a longo prazo. A curto prazo, podemos observar a dificuldade no estabelecimento de alianças geopolíticas com o enquadramento do Brasil sob Bolsonaro como “pária internacional”, o que, inclusive, não contribuiu para o fortalecimento da soberania nacional, se considerarmos a continuidade da dependência brasileira das relações econômicas com as potências estrangeiras. Considerando um tempo maior, políticas que fomentam a destruição ambiental, com a emissão insustentável de gases de efeito estufa na atmosfera e a poluição da

biosfera, sem estratégias adequadas de compensação e/ou adaptação produtiva para as mudanças climáticas podem levar países a enfrentarem, a longo prazo, prejuízos econômicos e sociais muito maiores do que o crescimento econômico que experimentaríamos a curto ou médio prazo. Isso porque as atividades econômicas atuais se sustentam com base nas condições ambientais e climáticas que se estabeleceram no período geológico em que a humanidade se desenvolveu como espécie dominante do planeta Terra, o Antropoceno. Com as transformações no ecossistema terrestre decorrentes da ação humana, não é possível prever com certeza como os processos produtivos responderão às novas dinâmicas climáticas, porém é lógico supor que alterações bruscas no clima global podem ser nocivas para formas de vida adaptadas à atual era geológica, o que prejudicaria diretamente a produção agropecuária e setores dependentes e, conseqüentemente, os meios de reprodução da vida humana.

Nesse sentido, a continuidade da política da pós-verdade promovida pelo populismo reacionário de Bolsonaro através da descredibilização da expertise da governança ambiental-climática e do fomento da ciência ambiental patriota, fundamentada no dispositivo do negacionismo climático, poderia resultar não somente em prejuízos ambientais para o Brasil e para o mundo, mas também em efeitos deletérios para a economia a longo prazo e para as classes sociais mais vulnerabilizadas pelas desigualdades estruturais. Assim sendo, ao reunir a agenda neoliberal de desregulação com políticas de expansão insustentável da fronteira extrativista em áreas de fundamental importância para a estabilização do clima global, sobretudo a Amazônia, o governo Bolsonaro apostou em privilegiar os setores econômicos rentista e exportador de commodities e, portanto, a acumulação de uma pequena parcela da população às custas do patrimônio ambiental brasileiro. Com isso, seguiu aprofundando as desigualdades sociais e a injustiça ambiental, especialmente dos grupos populacionais racializados.

Apesar disso, deve-se ponderar que a comunicação ambiental da *far right* expressa algumas preocupações e demandas populares que também devem ser levadas em consideração pelo sistema democrático, porém de forma distinta da lógica populista, como argumenta Müller (2016). Num cenário tão globalizado quanto o contemporâneo, o incômodo de partes da população com pressões internacionais é inevitável, tanto à direita quanto à esquerda. Contudo, o trabalho de disputar hegemonia, por qualquer meio de comunicação que seja, para mudar as crenças

das pessoas nunca será totalmente efetivo, tendo em vista que a confiança num regime de verdade é algo muito complexo de se alterar (FISCHER, 2019). De qualquer modo, no que tange à agenda climática multilateral e à questão da soberania nacional, percebe-se como necessário fomentar a deliberação pública sobre a intersecção entre desenvolvimento e justiça climática, tanto interna quanto global, para possibilitar a aproximação de um “terreno comum” nesse panorama polarizado. É fundamental debater sobre a responsabilidade das potências estrangeiras no que tange à crise climática, tendo em vista que, historicamente, foram elas as principais promotoras de devastação ambiental devido aos processos de colonização e industrialização, que conformaram um padrão de vida de alto consumo energético e material, portanto, de volumosa emissão de carbono, sobretudo nas classes mais ricas (RITCHIE, 2019; GORE; ALESTIG; RATCLIFF, 2020). À vista disso, as demandas por soberania nas políticas de desenvolvimento dos países do Sul Global são justas, porém certamente implicam um ponto de complexa resolução nas negociações internacionais e nas disputas políticas nacionais acerca da crise climática – o que requer um acompanhamento pormenorizado das ciências sociais em investigações futuras.

De qualquer maneira, com o crescente extremismo da militância bolsonarista que tem sido testemunhado nos últimos meses, é difícil esperar que um diálogo compreensivo nesses termos seja possível num futuro próximo. Além disso, o atual foco dos parlamentares da extrema-direita brasileira em impedir a aprovação de medidas de maior regulação das redes sociais com o discurso de “defesa da liberdade de expressão” demonstra a importância que o bloco percebe nos canais digitais como estratégia de disputa de hegemonia político-cultural. A continuidade da desresponsabilização das plataformas digitais frente ao alastramento de discursos de ódio e desinformação é percebida como fundamental ao projeto de fortalecimento do populismo reacionário e do neoliberalismo. Caso a alteração legislativa se concretize, também seria prejudicada a propagação de ideias negacionistas climáticas e que fomentam suspeitas sobre as agendas ambientalista-climática e de direitos dos povos indígenas e tradicionais. Nessa situação, será necessário um olhar investigativo atento às possíveis novas estratégias comunicativas das direitas radicais e extremas para disputar hegemonia e às relações entre os atores desse espectro político e as plataformas digitais no novo cenário. Finalmente, outros pontos que merecem atenção de pesquisas futuras são o crescimento de lideranças

indígenas alinhadas ao bolsonarismo, além do papel dos militares e dos setores extrativistas bolsonaristas na difusão da “ciência ambiental patriota” e de ideias antidemocráticas nos próximos anos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

3M COMPANY. **State of Science Index Survey**. 2022. Disponível em: https://www.3m.com/3M/en_US/state-of-science-index-survey/interactive-3m-state-of-science-survey/. Acesso em: 28 nov 2022.

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, n. 5, pp. 49-60, jan.jun. 2002.

ADORNO, Theodor W. **A teoria freudiana e o modelo fascista de propaganda**. [Publicado originalmente em *Psychoanalysis and the Social Sciences* 3 (408-433) 1951. Reproduzido em *Gesammelte Schriften* Vol. 8, T. I [*Soziologische Schriften*] Frankfurt: *Surhkamp Verlag*, 1975, p. 408-433. Traduzido por Francisco Rüdiger]. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/Theodor_Adorno_-_A_Teoria_freudiana_e_o_modelo_fascista_de_propaganda_1951_.htm?1349568035

AGÊNCIA BRASIL. Interesses ocultos usam meio ambiente para prejudicar país, diz Heleno. **Correio Braziliense**. 21 set 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/09/4876823-interesses-ocultos-usam-meio-ambiente-para-prejudicar-pais-diz-heleno.html>. Acesso em: 02 mai 2023.

AGÊNCIA NACIONAL de Mineração é condenada a negar pedidos de exploração em terras indígenas do AM. **G1**. 03 ago 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/08/03/agencia-nacional-de-mineracao-e-condenada-a-negar-pedidos-de-exploracao-em-terras-indigenas-do-am.ghtml>. Acesso em: 03 mai 2023.

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**, vol 31(2), p. 211-236, 2017.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos Estudos**, 79, p. 151-169, nov 2007,

ALVES, Jéssica. Silvia Waiãpi: quem é a deputada indígena, militar e bolsonarista. **UOL**, 11 out 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/08/militar-e-bolsonarista-indigena-silvia-waiapi-e-eleita-deputada-federal.htm>. Acesso em: 10 mai 2023.

AMARAL, Oswaldo. The Victory of Jair Bolsonaro According to the Brazilian Electoral Study of 2018. **Brazilian Political Science Review**, vol. 14, n. 1, 2020, pp. 1-13.

AS CRÍTICAS de Bolsonaro que levaram à queda do diretor do Inpe, órgão que monitora desmatamento na Amazônia. **BBC News Brasil**, 02 ago 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49212332>. Acesso em: 02 mai 2023.

ATHAYDE, Simone; FONSECA, Alberto; ARAÚJO, Suely M. V. G.; GALLARDO, Amarilis L. C. F.; MORETTO, Evandro M.; SANCHEZ, Luis E. The far-reaching

dangers of rolling back environmental licensing and impact assessment legislation in Brazil. **Environmental Impact Assessment Review**, Volume 94, mai 2022.

AUDI, Amanda. O passado garimpeiro de Bolsonaro – e o perigo que essa paixão representa para a Amazônia. **The Intercept Brasil**. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/11/05/passado-garimpeiro-bolsonaro/>. Acesso em: 30 abr 2023.

AVELAR, Idelber. Genealogia discursiva do bolsonarismo. **AISTHESIS**, n. 70, 2021, pp. 169-198.

AVRITZER, Leonardo. Política e antipolítica nos dois anos de governo Bolsonaro. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. 1ª ed.

AZEVEDO, Fernando Antônio. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 2, pp. 270-290, mai./ago. 2018.

BARLA, Josef; BJORK-JAMES, Sophie. Introduction: Entanglements of Anti-Feminism and Anti-Environmentalism in the Far-Right. **Australian Feminist Studies**, 36:110, 2021, p. 377-387, DOI: 10.1080/08164649.2022.2062668.

BATESON, Gregory. **Steps to an ecology of mind**. Chicago: University of Chicago Press, 1972.

BATISTA DA SILVA, Flávia. **Foreign policy as fake news? Bolsonaro's electoral fearmongering campaign in Brazil (2018)**. Thesis (Master of Arts in Portuguese) - Graduate College of the University of Illinois Urbana-Champaign, 2021.

BENFORD, Robert; SNOW, David. Framing processes and social movements: an overview and assessment. **Annual Review of Sociology**, n. 26, 2000, p. 611-39.

BENNETT, Samuel; KWIATKOWSKI, Cezary. The environment as an emerging discourse in Polish far-right politics. In: FORCHTNER, Bernhard. (Ed.) **The Far Right and the Environment**. Politics, Discourse and Communication. Routledge, New York, 2020.

BIANCHI, Alvaro et al. Olavo de Carvalho e a Guerra cultural das novas direitas: entrevista com Alvaro Bianchi. **Em Tese**. Florianópolis, v. 18, n. 2, pp. 67-79, set./dez., 2021.

BIEHL, Janet; STAUDENMAIER, Peter. **Ecofascism: Lessons from the German Experience**. Oakland: AK Press. 1995.

BIROLI, Flávia; QUINTELA, Débora Françolin. Mulheres e direitos humanos sob a ideologia da “defesa da família”. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BÔAS, Eduardo Villas. A evolução do ambientalismo e o Brasil no banco dos réus. *Revista Oeste*. 16 dez 2022a. Disponível em: <https://revistaoeste.com/revista/edicao-143/a-evolucao-do-ambientalismo-e-o-brasil-no-banco-dos-reus/>. Acesso em: 02 mai 2023.

_____. O General Villas Bôas estreia como colunista de Oeste. *Revista Oeste*. 16 dez 2022b. Disponível em: <https://revistaoeste.com/revista/edicao-142/a-estreia-do-general-villas-boas-como-colunista-de-oeste/>. Acesso em: 02 mai 2023.

BOITO JR, Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. *Crítica Marxista*, n. 42, p.155-162, 2016.

BOLSONARISTAS ACHAM que Lady Gaga é responsável por 'intervenção federal'. Estado de Minas reproduzido por **Correio Braziliense**. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2022/11/5049824-bolsonaristas-acham-que-lady-gaga-e-responsavel-por-intervencao-federal.html>. Acesso em: 28 nov 2022.

BOLSONARISTAS COMEMORAM notícia falsa sobre prisão de Alexandre de Moraes. **UOL**. Política. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/11/01/bolsonaristas-comemoram-noticia-falsa-sobre-prisao-de-alexandre-de-moraes.htm>. Acesso em: 28 nov 2022.

BOLSONARO DIZ ter falado para Merkel que Brasil é alvo de 'psicose ambientalista'. **G1**. 29 jun 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/29/bolsonaro-diz-ter-falado-para-merkel-que-brasil-e-alvo-de-psicose-ambientalista.ghtml>. Acesso em: 02 mai 2023.

BOUKALA, Salomi; TOUNTASAKI, Eirini. From black to green: Analysing Le Front National's 'patriotic ecology'. In: FORCHTNER, Bernhard. (Ed.) **The Far Right and the Environment**. Politics, Discourse and Communication. Routledge, New York, 2020.

BRADSHAW, Samantha; HOWARD, Philip N. **The Global Disinformation Disorder: 2019 Global Inventory of Organised Social Media Manipulation**. Working Paper 2019.2, Project on Computational Propaganda. Oxford, Reino Unido. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.

BRONZ, Deborah; ZHOURI, Andréa; CASTRO, Ednea. Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil. *Revista Antropolítica*, n. 49, Niterói, pp. 8-41, 2. quadr. 2020.

BROWN, Wendy. **In the ruins of neoliberalism**: the rise of antidemocratic politics in the West. New York: Columbia University Press, 2019.

CALIXTO, Larissa. Dez fatos que ligam a família Bolsonaro a milicianos. **Congresso em Foco**. 23 dez 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto->

[bula/reportagem/dez-fatos-que-ligam-a-familia-bolsonaro-a-milicianos/](#). Acesso em: 18 abr 2023.

CARDOSO, Yasmin Ribeiro Gatto; SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues De. Dilma, uma “presidente fora de si”: o impeachment como um processo patriarcal, sexista e midiático. **Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 45-65, jul./dez. 2016.

CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 35. e242084, 2021, pp. 1-52.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017. 630 p.

_____. **O poder da identidade**. v. II, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CESARINO, Letícia. Bolsonarismo sem Bolsonaro? Públicos antiestruturais na nova fronteira cibernética. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 82, p. 162-188, ago. 2022.

_____. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, nº 1, v. 1, fev. 2020, pp. 91-120.

_____. Pós-Verdade e a Crise do Sistema de Peritos: uma explicação cibernética. **Revista Ilha**, v. 23, n. 1, pp. 73–96, 2021.

_____; NARDELLI, Pedro H. D. The hidden hierarchy of far-right digital guerrilla warfare. **Digital War**, 2:16–20. 2021.

CHUN, Wendy. **Updating to Remain the Same: Habitual New Media**. Cambridge, MA: MIT Press, 2016.

CONNEL, Raewyn. **Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science**. New York: Routledge, 2020.

COOK, J., VAN DER LINDEN, S., MAIBACH, E., & LEWANDOWSKY, S. **The Consensus Handbook**. 2018. DOI:10.13021/G8MM6P. Disponível em: <http://www.climatechangecommunication.org/all/consensus-handbook>. Acesso em: 20 abr 2023.

COOK, John; WASHINGTON, Haydn. **Climate Change Denial: heads in the sand**. Editora Earthscan, New York, 2011.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIDSON, Neil; SAULL, Richard. Neoliberalism and the Far-Right: A Contradictory Embrace. **Critical Sociology**, 43(4–5), 707–724, 2017.

DEMORI, Leandro. Pesquisadora encontra carta de Bolsonaro publicada em sites neonazistas em 2004. **The Intercept**. 28 jul 2021. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2021/07/28/carta-bolsonaro-neonazismo/>>. Acesso em: 18 abr 2023.

DHENIN, Miguel. Democracia, militares e ambientalismo no Brasil: o redimensionamento do binômio segurança/desenvolvimento no pós-ditadura. In: COSTA, Jodival M. **Amazônia**: olhares sobre o território e a região. 1. ed. Rio de Janeiro: Autograia ; Amapá, AP : UNIFAP, 2017.

DIJK, Teun A Van. How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff. **Discourse & Communication**, v. 11, n. 2, p. 199-229, jan. 2017.

DILLON, L. et al. The Environmental Protection Agency in the Early Trump Administration: Prelude to Regulatory Capture. **American Journal of Public Health**, 108(S2) 89-94, 2018. doi: 10.2105/AJPH.2018.304360

DUGGAN, Lisa. The new homonormativity: The sexual politics of neoliberalism. In: CASTRONOVO, R.; NELSON, D. (Ed.) **Materializing democracy**: Toward a revitalized cultural politics. Durham, NC: Duke University Press, 2002, p. 175–94.

DUNLAP, Riley E.; MCCRIGHT, Aaron M. Challenging climate change: the denial countermovement. In: DUNLAP, Riley E.; BRULLE, Robert J. (org.). **Climate change and society**: sociological perspectives. New York: Oxford University Press, 2015. pp. 300–332.

EDIS, Taner. A Revolt Against Expertise: Pseudoscience, Right-Wing Populism, and Post-Truth Politics. **Disputatio. Philosophical Research Bulletin**, Vol. 9, No. 13, Jun. 2020.

ELEIÇÕES 2022: os expoentes do bolsonarismo eleitos – e os que não conseguiram se eleger. **BBC News Brasil**. 3 out 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63114489>>. Acesso em: 20 dez 2022.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**: Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. 1ª ed. 4ª reimp. São Paulo: Vestígio, 2021.

ESCOBAR, Herton. “Um dos países mais antiambientais do mundo”. **Jornal da USP**. 23 abr 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/um-dos-paises-mais-antiambientais-do-mundo/>. Acesso em: 10 out 2021.

ESTEVES, Bernardo. O fabulador oculto: a trajetória e os métodos de Evaristo de Miranda, o ideólogo da política ambiental de Bolsonaro. **Revista Piauí**, São Paulo, 2021.

FAN, Ricardo. Gen Heleno: “Há ambições em relação à Amazônia”. **DefesaNet**. 30 ago 2019b. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/ffff/noticia/34067/gen-helena-ha-ambicoes-em-relacao-a-amazonia/>. Acesso em: 02 mai 2023.

_____. Heleno defende que governo entre com ação contra associação indígena por crime de lesa-pátria. **DefesaNet**. 23 set 2020. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/armas/noticia/38202/heleno-defende-que-governo-entre-com-acao-contr-a-associacao-indigena-por-crime-de-lesa-patria/>. Acesso em: 02 mai 2023.

_____. Índices de desmatamento na Amazônia são manipulados, diz ministro Augusto Heleno. **DefesaNet**. 08 jul 2019a. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/armas/noticia/33476/indices-de-desmatamento-na-amazonia-sao-manipulados-diz-ministro-augusto-helena/>. Acesso em: 02 mai 2023.

FARIAS, Edson Silva de. O 'povo' e a guerra cultural no campo bolsonarista. In: MONTEIRO, Geraldo Tadeu; TEIXEIRA, Carlos Sávio. (Orgs.). **Bolsonarismo: teoria e prática**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2020, v. 01, p. 83-106.

FEDERICI, Silvia. Globalização e Reprodução Social. In: FEDERICCI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019, p. 133-234.

FERES JÚNIOR, João; SASSARA, Luna De Oliveira. Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, v. 35, n. 02, p. 205-225, jul. 2016.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos: A Encruzilhada da Esquerda Brasileira**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FERREIRA, Letícia Figueiredo. A Investida “Anti-Gênero” da Extrema Direita Polonesa e Húngara: Retrocessos Domésticos e Atrasos para a Agenda Social Europeia. **Observatório de Regionalismo**. 17 ago 2021. Disponível em: <http://observatorio.repri.org/2021/08/17/a-investida-anti-genero-da-extrema-direita-polonesa-e-hungara/>. Acesso em: 18 abr 2023.

FERREIRA, Marcus B. M.; SALLES, Alexandre O. T. Política ambiental brasileira: análise histórico-institucionalista das principais abordagens estratégicas. **Revista de Economia**, v. 43, n. 2 (ano 40), mai./ago. 2016.

FILLOD, Odile. L'invention de la 'théorie du genre': le mariage blanc du Vatican et de la science. **Contemporary French Civilization**, v. 29, n. 3, 2014, pp.321-33.

FISCHER, Frank. Knowledge politics and post-truth in climate denial: on the social construction of alternative facts, **Critical Policy Studies**, 13:2, 133-152, 2019. DOI: 10.1080/19460171.2019.1602067

FLEURY, Lorena; MONTEIRO, Marko; DUARTE, Tiago. Brazil at COP26: Political and Scientific Disputes Under a Post-Truth Government. **Engaging Science, Technology, and Society**, 8(3): 107–117, 2022. DOI: <https://doi.org/10.17351/ests2022.1381>.

FONSECA, Paulo; RIBEIRO, Barbara; NASCIMENTO, Leonardo. Demarcating Patriotic Science on Digital Platforms: Covid-19, Chloroquine and the Institutionalisation of Ignorance in Brazil. **Science as Culture**, 2022, DOI: 10.1080/09505431.2022.2105691

FORCHTNER, Bernhard. Far-right articulations of the natural environment. *In*: _____. (Ed.) **The Far Right and the Environment**. Politics, Discourse and Communication. Routledge, New York, 2020.

FORCHTNER, Bernhard; ÖZVATAN, Özgür. Beyond the 'German forest': Environmental communication by the far right in Germany. *In*: FORCHTNER, Bernhard. (Ed.) **The Far Right and the Environment**. Politics, Discourse and Communication. Routledge, New York, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Discipline and Punishment: The Birth of the Prison**. New York: Random House. 1991.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 40, pp. 43-64, 2018.

FRIEDMAN, L. Andrew Wheeler confirmed as EPA Administrator. **The New York Times**, 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/02/28/climate/andrew-wheeler-epa-confirmation.html>. Acesso em: mar., 2021.

GALBIATI, Lígia A.; GONZÁLEZ, Axel B. P.; SANTOS, Nathalia M. Rupturas a partir da política da boiada: uma análise segundo Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Ambiente & Sociedade**, Vol. 25, 2022.

GALLEGO, Esther Solano (Org.) **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2018.

GARDELS, Nathan. Wael Ghonim: we have a duty to use our social media power to speak the truth. **The World Post**, 26 out 2016. Disponível em: https://www.huffingtonpost.com/entry/waelghonim-social-media_us_580e364ae4b000d0b157b53a. Acessado em: 8 mai 2023.

GERBAUDO, Paolo. Social media and populism: an elective affinity? **Media, Culture & Society**, [s./l.], v. 8, n. 5, p. 745–53, 2018.

_____. **The Digital Party: Political Organisation and Online Democracy**. London: Pluto Press, 2019.

GIFFONI PINTO, Raquel; MALERBA, Julianna. A política (anti)ambiental nos Estados Unidos e no Brasil: uma análise comparativa. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 60, p. 143-166, jul./dez. 2022.

GILLY, Lara. Bolsonaro diz que quer acabar com 'festa' de multas do Ibama. **G1**. 01 dez 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2018/12/01/bolsonaro-participa-de-formatura-de-cadetes-na-academia-militar-das-agulhas-negras.ghtml>. Acesso em: 30 abr 2023.

GIRARDI, G. Com núcleo de conciliação, multa ambiental trava no país. **O Estado de S. Paulo**, 2020. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,com-nucleo-de-conciliacao-multa-ambiental-trava-no-pais-partidos-pedem-extincao-de-decreto-no-stf,70003484766>. Acesso em: mar 2021.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações sociais civis no Brasil contemporâneo**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOLDSTEIN, Ariel Alejandro. The contribution of the liberal-conservative press to the crisis of Dilma Rousseff's second term. **Cogent Social Sciences**, [S.L], v. 2, p. 1-13, nov. 2016.

GOMES, Wilson da Silva; DOURADO, Tatiana. *Fake news*, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. 16 nº 2, jul-dez 2019.

GORE, Tim; ALESTIG, Mira; RATCLIFF, Anna. **Confronting carbon inequality**. Putting climate justice at the heart of the COVID-19 recovery. OXFAM media briefing. 21 set 2020. Disponível em: <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621052/mb-confronting-carbon-inequality-210920-en.pdf>. Acesso em: 11 mai 2023.

GRAMSCI, Antonio. "Caderno 11 (1932-1933). Introdução ao estudo da filosofia". In: _____. **Cadernos do Cárcere**, V1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HANSEN, Anders. Environmental communication research: Origins, development and new directions. In: FORCHTNER, Bernhard. (Ed.) **The Far Right and the Environment**. Politics, Discourse and Communication. Routledge, New York, 2020.

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. New York: Oxford University Press Inc, 2005.

HATAKKA, Niko; VÄLIMÄKI, Matti. The allure of exploding bats: The Finns Party's populist environmental communication and the media. In: FORCHTNER, Bernhard. (Ed.) **The Far Right and the Environment**. Politics, Discourse and Communication. Routledge, New York, 2020.

HECHT, Susanna; RAJÃO, Raoni. From "Green Hell" to "Amazonia Legal": Land use models and the reimagination of the rainforest as a new development frontier. **Land Use Policy**, 96, 2020.

HOCHSCHILD, Arlie. **Strangers in Their Own Land**. Anger and Mourning on the American Right. The New Press, New York, 2016.

HULTMAN, Martin; BJÖRK, Anna; VIINIKKA, Tanya. The far right and climate change denial: Denouncing environmental challenges via anti-establishment rhetoric, marketing of doubts, industrial/breadwinner masculinities, enactments and ethno-nationalism. In: FORCHTNER, Bernhard. (Ed.) **The Far Right and the Environment**. Politics, Discourse and Communication. Routledge, New York, 2020.

HUNTER, James Davison. A guerra cultural contínua. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 15, n. 1, p. 22-62, jan./jun. 2022.

_____. Culture wars: the struggle to define America. New York: Basic Books, 1991.

IGVB. **1º Webinar IGVB - Brasil 2022: 200 Anos de Independência**. 25-27 ago 2021a. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1o49g3gEG5bXvaZTURVrW5nxJpsd24yGt/view>.

Acesso em: 02 mai 2023.

_____. **2º Webinar IGVB - Brasil 2022: 200 Anos de Independência**. 06-08 out 2021b. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1o8ZIU8fNgAZFHpS_TF8jH4TmVxSwVY96/view.

Acesso em: 02 mai 2023

_____. **3º Webinar IGVB - Brasil 2022: 200 Anos de Independência**. 17-19 nov 2021c. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1UgxyHxZGFWPXpV-C7Uvoyxj3dHCSwuwl/view>. Acesso em: 02 mai 2023.

_____. **4º webinar inicia com debate sobre saúde e crianças indígenas em risco**. 28 jun 2022b. Disponível em: <https://igvb.org/blog/4o-webinar-inicia-com-debate-sobre-saude-e-criancas-indigenas-em-risco/>. Acesso em: 02 mai 2023.

_____. **Meio ambiente, soberania nacional e ongs na amazônia pautam último dia do 4º webinar IGVB**. 12 jul 2022c. Disponível em: <https://igvb.org/blog/meio-ambiente-soberania-nacional-e-ongs-na-amazonia-pautam-ultimo-dia-do-4o-webinar-igvb/>. Acesso em: 02 mai 2023.

_____. **Mineração e desenvolvimento sustentável foram os temas do segundo dia do 4º webinar**. 05 jul 2022d. Disponível em: <https://igvb.org/blog/mineracao-e-desenvolvimento-sustentavel-foram-os-temas-do-segundo-dia-do-4o-webinar/>.

Acesso em: 02 mai 2023.

_____. **Saúde e tecnologia na amazônia são os temas do 4º webinar IGVB**. 03 jun 2022a. Disponível em: <https://igvb.org/blog/saude-e-tecnologia-na-amazonia-sao-o-tema-do-4o-webinar-igvb/>. Acesso em: 02 mai 2023.

INGLEHEART, Ronald. Democratização em perspectiva global. **Opinião Pública**, Campinas, vol. I, nº 1, Julho/Agosto, 1993, p. 09-67

INVESTIGADO por tráfico de madeira, Ricardo Salles deixa Ministério do Meio Ambiente. **IstoÉ**. Disponível em: <https://istoe.com.br/investigado-por-trafico-de-madeira-ricardo-salles-deixa-ministerio-do-meio-ambiente/>. Acesso em: 10 set 2021.

IPCC. History of the IPCC. 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/about/history/>. Acesso em: 27 abr 2023.

JYLHÄ, Kirsti M.; CANTAL, Clara ; AKRAMI, Nazar; MILFONT, Taciano L. Denial of anthropogenic climate change: Social dominance orientation helps explain the

conservative male effect in Brazil and Sweden. **Personality and Individual Differences**, 98, 2016, 184–187.

KAISER, Jonas. In the heartland of climate scepticism: A hyperlink network analysis of German climate sceptics and the US right wing. In: FORCHTNER, Bernhard. (Ed.) **The Far Right and the Environment**. Politics, Discourse and Communication. Routledge, New York, 2020.

KØLVRAA, Christoffer. Wolves in sheep's clothing? The Danish far right and 'wild nature'. In: FORCHTNER, Bernhard. (Ed.) **The Far Right and the Environment**. Politics, Discourse and Communication. Routledge, New York, 2020.

KRAFTS, K., C, A. From methylene blue to chloroquine: a brief review of the development of an antimalarial therapy. **Parasitology Research**, 111, pp. 1–6, 2012. doi:10.1007/s00436-012-2886-x

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

KYRIAZI, Anna. The environmental communication of Jobbik: Between strategy and ideology. In: FORCHTNER, Bernhard. (Ed.) **The Far Right and the Environment**. Politics, Discourse and Communication. Routledge, New York, 2020.

LACLAU, Ernesto. **On populist reason**. Londres: Verso, 2005.

_____; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015 [1º ed. inglês, 1985].

LATINOBARÓMETRO. *Informe 2018*. Santiago, Chile, 2018. Disponível em: https://www.latinobarometro.org/latdocs/INFORME_2018_LATINOBAROMETRO.pdf.

LAYTON, Matthew; SMITH, Amy Erica; MOSELEY, Mason; COHEN, Mollie. Demographic polarization and the rise of the far right: Brazil's 2018 presidential election. **Research and Politics**. Vol. 8, Issue 1, 2021, pp. 1–7.

LEIRNER, Piero. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida**: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. São Paulo: Alameda, 2020.

LISBOA, C.; PRIZIBISCZKI, C. "Revogação" extingue órgãos colegiados do Ministério do Meio Ambiente. **O Eco**, 2019. Acesso em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/revogaco-extingue-orgaos-colegiados-do-ministerio-do-meio-ambiente/>. Acesso em: mar 2021.

LOCKWOOD, Matthew. Right-wing populism and the climate change agenda: exploring the linkages. **Environmental Politics**, 2018, DOI: 10.1080/09644016.2018.1458411

LUDWIG, Gundula. The aporia of promises of liberal democracy and the rise of authoritarian politics. **Distinktion: Journal of Social Theory**, volume 21, issue 2, 2020.

LYNCH, Christian Edward Cyril; CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018-2021). **AISTHESIS**, Nº 70 (2021): 223 – 249.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 26(2): e47463.

MANOW, Philip. **The political economy of populism in Europe**. Hyperglobalization and the heterogeneity of protest movements. Londres: The Royal Institute of International Affairs, 2021.

MASOOD, A.; NISAR, M. A. Speaking out: A postcolonial critique of the academic discourse on far-right populism. **Organization**. 27(1), 162-173, 2020

MATIAS, Ivaci. Grupo usou WhatsApp para convocar "dia do fogo" no Pará. **Globo Rural**. 25 ago 2019. Disponível em: <https://globorural.globo.com/Noticias/noticia/2019/08/grupo-usou-whatsapp-para-convocar-dia-do-fogo-no-para.html>. Acesso em: 02 mai 2023.

MAZZARELLA, William. The anthropology of populism: beyond the liberal settlement? **Annual Review of Anthropology**, [s./], n. 48, p. 45-60, 2019.

MCCRIGHT, Aaron. M.; DUNLAP, Riley E. Cool dudes: The denial of climate change among conservative white males in the United States. **Global Environmental Change**, 21, 1163–1172, 2011.

MELLO, Patrícia Campos de. Empresários bancam campanha contra o PT no WhatsApp. **Folha de S. Paulo**. 18 out 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em: 15 ago 2021.

MESSENERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 2, pp. 621-647, set/dez 2017.

MIGUEL, Jean Carlos Hochsprung. A “meada” do negacionismo climático e o impedimento da governamentalização ambiental no Brasil. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 37, Número 1, Janeiro/Abril 2022.

_____. Negacionismo climático no Brasil. **Coletiva**, Dossiê 27, Crise climática, 2020.

MIGUEL, Jean.; MAHONY, Martin.; MONTEIRO, Marko. Infrastructural geopolitics of climate knowledge: the Brazilian Earth System Model and the North-South knowledge divide. **Sociologias**, v. 21, p. 44-75, 2019.

MIGUEL, Luís Felipe. A reemergência da direita brasileira. *In*: GALLEGO, Esther Solano (Org.) **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2018.

_____. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, (62), 2021, e21621.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. **Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo**: duas faces da mesma moeda? Trabalho apresentado no 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013.

MIROWSKI, Philip. Hell is truth seen too late. **Boundary 2**, [s.l.], v. 46, n. 1, p. 1-53, 2019.

MOUFFE, Chantal. **The democratic paradox**. Londres: Verso. 2000.

MUDDE, Cas. A direita radical populista: uma normalidade patológica. **Em Tese**, Florianópolis, v. 19, n. 01, p. 1-26, 2021.

_____. **Populist Radical Right Parties in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press. 2007.

MÜLLER, Jan-Werner. **What is populism?** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

NASCIMENTO, Leonardo F.; CESARINO, Letícia; FONSECA, Paulo; BARRETO, Tarssio; MUSSA, Vítor. Públicos refratados: grupos de extrema-direita brasileiros na plataforma Telegram. **Internet & Sociedade**, v. 3, n. 1, ago 2022, p. 31-60.

NIXON, Rob. Introduction. *In*: NIXON, Rob. **Slow violence and the environmentalism of the poor**. Cambridge: Harvard University Press, 2011. pp. 1-44.

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia**: Razões da revolta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 35 p.

_____. **Ponto-final**: A guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia. 1ª ed., 2020.

OLIVEIRA, André Silva de; LEITE, Breno Rodrigues de Messias; MARQUES, Rodolfo Silva. As novas direitas no Brasil e as estratégias de comunicação política nas mídias sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 245-269, set./dez., 2021.

OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves De. Retrato das manifestações de rua no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff: a construção da opinião pública pela mídia privada brasileira. **Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 83-96, jul./dez. 2016.

OLIVEIRA, M. Cecília; SIQUEIRA, Leandro. Digitalization between environmental activism and counter-activism: The case of satellite data on deforestation in the Brazilian Amazon. **Earth System Governance**, volume 12, abril 2022.

OLIVIERI, Alejandro Gabriel. **A teoria da modernização ecológica**: uma avaliação crítica dos fundamentos teóricos. 2009. 211 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília.

ORESQUES, Naomi. The Scientific Consensus on Climate Change. **Science**, v. 306, n. 5702, p. 1686, 2004.

ORESQUES, Naomi; CONWAY, Erik. **Merchants of doubt**: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming. New York: Bloomsbury Press, 2010.

OSTIGUY, P.; CASULLO, M.E. **Left versus right populism**: antagonism and the Social Other. Paper presented at the 67th Annual Conference of the Political Studies Association, Glasgow, 10-12 April 2017.

OXFAM BRASIL. **Democracia inacabada**: um retrato das desigualdades brasileiras. 9 ago 2021.

OXFORD UNIVERSITY PRESS. **Word of the Year 2016**. Oxford Languages, 2016. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>. Acesso em: 19 ago 2020.

PILETTI, Felipe José. **Segurança e defesa da Amazônia**: o Exército Brasileiro e as ameaças não-tradicionais. 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de. Introdução: Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. *In*: _____. (Orgs.) **Brasil em Transe**: Bolsonaroismo, Nova Direita e Desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; VARGAS-MAIA, Tatiana. Why We Need a New Framework to Study the Far Right in the Global South. **Global Dialogue**. Disponível em: <https://globaldialogue.isa-sociology.org/articles/why-we-need-a-new-framework-to-study-the-far-right-in-the-global-south>. Acesso em: 30 mar 2023.

POERNER, Bárbara. A agenda ambiental da ditadura militar brasileira. **Elástica**. 31 mar 2022. Disponível em: <https://elastica.abril.com.br/especiais/ditadura-brasil-meio-ambiente-destruicao-indigena/>. Acesso em: 27 abr 2023.

PRAZERES, Leandro. Facebook derruba rede de desinformação sobre Amazônia operada por militares do Exército. **BBC News Brasil**. 7 abr 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61030394>. Acesso em: 02 mai 2023.

RAJÃO, Raoni et al. O risco das falsas controvérsias científicas para as políticas ambientais brasileiras. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 37, Número 1, Janeiro/Abril 2022.

RAMOS, Charmaine G. The return of strongman rule in the Philippines: Neoliberal roots and developmental implications. **Geoforum**, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2021.04.001>

RAMOS, R. Governo autorizou requerimentos de mineração ilegal em terras indígenas da Amazônia, diz levantamento. **O Globo**, 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/meio-ambiente>>. Acesso em: jan 2021

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe B. A Desinformação sobre Meio Ambiente no Facebook: O caso das Queimadas no Pantanal Brasileiro. **Journal of Digital Media & Interaction**, Vol. 3, No. 8, 2020, p. 64-80.

RESENDE, Sarah Mota. 'No que depender de mim, não tem mais demarcação de terra indígena', diz Bolsonaro a TV. **Folha de S. Paulo**. 5 nov 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/03/29/ibama-exonera-servidor-que-multou-bolsonaro-por-pesca-irregular.ghtml>. Acesso em: 20 abr 2023.

RIBEIRO, Amanda et al. Na ONU, Bolsonaro lista rosário de mentiras sobre ambiente, pandemia e corrupção. **Aos Fatos**. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/checamos-bolsonaro-assembleia-geral-onu/>. Acesso em: 5 out 2021.

RITCHIE, Hannah. Who has contributed most to global CO2 emissions? **Our World In Data**. 01 out 2019. Disponível em: <https://ourworldindata.org/contributed-most-global-co2>. Acesso em: 11 mai 2023.

ROCHA, Camila. “**Menos Marx, mais Mises**”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROCHA, Camila; SOLANO, Ester. A ascensão de Bolsonaro e as classes populares. *In*: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia, Editora Caminhos, 2020.

RÖLKE, Gabriela. Bolsonaroistas ainda promovem atos de terror no Brasil e até no exterior. **IstoÉ**. 02 dez 2022. Disponível em: <https://istoe.com.br/terror-bolsonarista/>. Acesso em: 20 dez 2022.

ROOSE, Kevin. What Is QAnon, the Viral Pro-Trump Conspiracy Theory? **New York Times**, 03 set 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/article/what-is-qanon.html>. Acesso em: 08 mai 2023.

ROXO, Marco Antonio; MELO, Seane. Hiperjornalismo: uma visada sobre *fake news* a partir da autoridade jornalística. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, pp. 1-19, set-dez 2018.

SALATI, Paula. Bolsonaro liberou 2.182 agrotóxicos em 4 anos, recorde para um governo desde 2003. **G1**. 04 fev 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/02/04/bolsonaro-liberou-2182-agrotoxicos-em-4-anos-recorde-para-um-governo-desde-2003.ghtml>. Acesso em: 04 mai 2023.

SANTOS, João Guilherme Bastos dos et al. Whatsapp, política mobile e desinformação: a hidra nas eleições presidenciais de 2018. **C&S** – São Bernardo do Campo, v. 41, n. 2, p. 307-334, maio-ago. 2019.

SANTOS, Renan W. **Negacionismo climático cristão**. Trabalho apresentado no 46º encontro anual da ANPOCS - ST40: Ciências, conhecimento e poder: negacionismos, anti-intelectualismos e conspiracionismos. 2022.

SEM PROVAS, Bolsonaro volta a culpar índios; Salles nega desmatamento. **UOL**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/09/24/sem-provas-bolsonaro-volta-a-culpar-indios-por-fogo-salles-ve-perseguido.htm>. Acesso em: 12 set 2021.

SERVIDOR DO IBAMA que multou Bolsonaro por pesca irregular é exonerado de cargo de chefia. **G1**. 29 mar 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/03/29/ibama-exonera-servidor-que-multou-bolsonaro-por-pesca-irregular.ghtml>. Acesso em: 20 abr 2023.

SINGER, André. A reativação da direita no Brasil. **Opinião Pública**, vol. 27, n. 3, 2021, pp. 705-729.

_____. **Os sentidos do lulismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

SOUSA, Adriano Casemiro Nogueira Campos de. **Golpe ou impeachment? A diferença de enquadramentos entre a "grande mídia" e a Carta Capital sobre a deposição de Dilma Rousseff**. 2019. 95 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) —Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SOUZA, Luiz Enrique Vieira de; FETZ, Marcelo; ZAGATTO, Bruna Pastro; PINHO, Nataly Sousa. Violence and Illegal Deforestation: The Crimes of “Environmental Militias” in the Amazon Forest. **Capitalism Nature Socialism**, 33:2, 5-25, 2022. DOI: 10.1080/10455752.2021.1980817.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues. “Fake news”, pós-verdade e sociedade do capital: o irracionalismo como motor da desinformação jornalística. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, pp. 1-17, 2019.

SPAARGAREN, Gert; MOL, Arthur P. J. Sociology, environment, and modernity: Ecological modernization as a theory of social change, **Society & Natural Resources: An International Journal**, 5:4, 323-344, 1992. DOI: 10.1080/08941929209380797.

STF DECIDE que é inconstitucional concessão de licença ambiental pelo método simplificado. **Portal STF.** Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=486116&ori=>. Acesso em: 04 mai 2023.

STF DIVULGA íntegra do vídeo da reunião ministerial de 22 de abril. São Paulo: **CNN Brasil**, 2020. 1 vídeo (114 min.), son., color. Disponível em: <https://bit.ly/3k1fS3s>. Acesso em: 19 ago 2021

STROBEL, Warren; BAYOUMY, Yara. Factbox: U.S. intel report on Russian cyber-attacks in 2016 election. **Reuters**. 6 jan 2017. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-usa-russia-cyber-intel-factbox-idUSKBN14Q2HH>. Acesso em: 23 nov 2022.

SUSSER, Daniel; ROESSLER, Beate; NISSENBAUM, Helen. Online Manipulation: Hidden Influences in a Digital World. **Georgetown Law Technology Review**, 4(1), 1-45, 2019.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, vol. 13, nº 28, set/dez 2014.

TEITELBAUM, Benjamin. **War for Eternity: Inside Bannon's Far-Right Circle of Power Brokers**. HarperCollins Publishers Inc., New York, 2020.

TEIXEIRA, J. F. et al. Espetacularização do vazamento de áudios pelo telejornalismo brasileiro: estratégias adotadas pelo Jornal Nacional na cobertura da conversa entre Romero Jucá e Sérgio Machado. **Revista Eptic**, v. 19, n. 2, p. 109-121, mai./ago. 2017.

THALER, Richard H.; SUNSTEIN, Cass R. **Nudge: Improving Decisions About Health, Wealth, and Happiness**. New Haven: Yale University Press, 2008.

TURNER, Victor. Liminality and communitas. In: **The ritual process: structure and anti-structure**. Chicago: Aldine Publishing, 1969. p. 94-130.

TURNER-GRAHAM, Emily. 'Protecting our green and pleasant land': UKIP, the BNP and a history of green ideology on Britain's far right. In: FORCHTNER, Bernhard. (Ed.) **The Far Right and the Environment**. Politics, Discourse and Communication. Routledge, New York, 2020.

USCINSKI, Joseph. **Conspiracy Theories: a primer**. Published by Rowman e Littlefield, USA, Maryland, 2020.

VALENTE, Rubens. ONG do general Villas Bôas reúne negacionistas do clima e ministros. **UOL** 12 ago 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2021/08/12/instituto-villas-boas-aquecimento-global-negacionistas.htm>. Acesso em: 02 mai 2023.

VASCONCELOS, Rodrigo. Relatório da PF entregue ao Supremo aponta a existência de um "gabinete do ódio". Brasília: **CNN Brasil**, 11 fev 2022. Disponível

em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/relatorio-da-pf-entregue-ao-supremo-aponta-a-existencia-de-um-gabinete-do-odio/>. Acesso em: 21 dez 2022.

VON BEHR, Klaus Ramalho. **A conspiração do clima**: populismo e negacionismo climático no início do governo Bolsonaro (2018 – 2020). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb; ARAL, Sinan. The spread of true and false news online. **Science**, 359, pp. 1146-1151, 2018.

VOSS, Kristian. The ecological component of the ideology and legislative activity of the Freedom Party of Austria. *In*: FORCHTNER, Bernhard. (Ed.) **The Far Right and the Environment**. Politics, Discourse and Communication. Routledge, New York, 2020.

WAISBORD, Silvio. The elective affinity between post-truth communication and populist politics, **Communication Research and Practice**, 2018, DOI: 10.1080/22041451.2018.1428928

WALZ, Silvia R. **Os discursos no Twitter sobre as queimadas na Amazônia em 2019**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

WARDLE, Claire; DERAKSHAN, Hossein. **Information disorder toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Council of Europe. 2017.

WERNECK, Guilherme Loureiro et al. **Mortes evitáveis por covid-19 no Brasil**. Junho 2021.

WILLIAMSON, Vanessa; SKOCPOL, Theda; COGGIN, John. The Tea Party and the Remaking of Republican Conservatism. **Perspectives on Politics**, vol. 9, nº 1, mar 2011.

WODAK, Ruth. **The Politics of Fear**: What Right-Wing Populist Discourses Mean. SAGE, 2015.

ZHOURI, Andréa. “Adverse forces” in the Brazilian Amazon: developmentalism versus environmentalism and indigenous rights. **Journal of Environment & Development**, Thousand Oaks, v. 19, n. 3, pp. 252-273, 2010.

ZOONEN, Liesbet van. I-pistemology: changing truth claims in popular and political culture. **European Journal of Communication**, [s.l.], v. 27, n. 1, pp. 56-67, 2012.

ZUBOFF, Shoshana. Big other surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. **Journal of Information Technology**. 30, p. 75-89, 2015.

_____. **The age of surveillance capitalism: the fight for the human future at the new frontier of power.** New York: Public Affairs Books, 2018.